

# A LÍNGUA NOSSA DE TODO DIA

ORGANIZAÇÃO  
FLAVIO BENITES E MARTA COCCO

**UNEMAT**  
Universidade do Estado de Mato Grosso  
- Editora Unemat -



## **CONSELHO EDITORIAL EDITORA UNEMAT**

**MARIA DO SOCORRO DE SOUZA ARAÚJO (PRESIDENTE)**

**ARIEL LOPES TORRES**

**LUIZ CARLOS CHIEREGATTO**

**MAYRA APARECIDA CORTES**

**NEUZA BENEDITA DA SILVA ZATTAR**

**SANDRA MARA ALVES SILVA NEVES**

**SEVERINO DE PAIVA SOBRINHO**

**TALES NEREU BOGONI**

**ROBERTO VASCONCELOS PINHEIRO**

**FERNANDA A. DOMINGOS PINHEIRO**

**ROBERTO TIKAO TSUKAMOTO JÚNIOR**

**GUSTAVO LAET RODRIGUES**

CIP – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO  
Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário  
Luiz Kenji Umeno Alencar - CRB1 2037.

---

B4671 Benites, Flávio Roberto Gomes.  
A língua nossa de todo dia / Flávio Roberto  
Gomes Benites; Marta Helena Cocco (orgs.).  
Cáceres: UNEMAT Editora, 2015.

167 p.: il.

ISBN 978-85-7911-157-0

1. Linguagem. 2. Letras. 3. Língua e Linguagem.  
I. Título. II. Cocco, Marta Helena (org.).

CDU 81/82

---

CAPA  
A partir do desenho de Wagner Luiz Faquineti

# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	5
<b>DISCURSO E ARGUMENTAÇÃO: POLÍTICAS DE/DA MEMÓRIA NO TEXTO PUBLICITÁRIO</b> José Simão da Silva Sobrinho .....	10
<b>PERSPECTIVA SOCIOCULTURAL EN LA ENSEÑANZA DEL ESPAÑOL</b> María Eugenia Flores Treviño .....	27
<b>ENTRE AS RELAÇÕES DE ENSINO DA LÍNGUA E AS REPRESENTAÇÕES DOS PROFESSORES TERENA, O MOVIMENTO IDENTITÁRIO</b> Alessandra Manoel Porto Vania Maria Lescano Guerra .....	38
<b>PERSPECTIVA DA CRÍTICA LITERÁRIA FEMINISTA: DO ESCREVINHAR À ESCRITA</b> Romair Alves de Oliveira .....	64
<b>THOMAS HOBBS E JOHN LOCKE: ENTRE O INDIVÍDUO E O ESTADO POLÍTICO</b> Raimundo França.....	92
<b>ENTRE O ESCAMOTEAMENTO E A DESOCULTAÇÃO: SOBRE O PODER DA ESCRITA NO CONTO ME LLAMO RIGOBERTA</b> Ivana Ferigolo Melo .....	104
<b>A MEMÓRIA SOCIAL E OS DIRECIONAMENTOS DE SENTIDOS NA INSTITUIÇÃO IMPRENSA</b> Cristiane de Oliveira Miranda.....	112
<b>O RITO DE INICIAÇÃO OU DE PASSAGEM NOS CONTOS DE JOÃO ANTÔNIO: ETERNO RECOMEÇO</b> Clairton José Weber .....	123
<b>SUPERPODEROSAS: O (DIS)CURSO DO CORPO E A (DES)CONSTRUÇÃO DO FEMININO EM PROPAGANDAS DE LINGERIE</b> Flávio Roberto Gomes Benites.....	133
<b>A “LÍNGUA” INFLAMÁVEL DE ANTÔNIO CARLOS LIMA</b> Marta Helena Cocco .....	144
<b>METODOLOGIAS VARIADAS, IDENTIDADE DO APRENDIZ E O ASPECTO CRÍTICO NA AULA DE LÍNGUA: UMA PROPOSTA PARA O ENSINO DE INGLÊS</b> Bárbara Cristina Gallardo Norma Gisele de Mattos .....	156

Viver é descobrir de súbito  
que pode ser sempre novo  
um fato de todos os dias  
(pela vista dos meus olhos).

Lucinda Personá, *Tempo Comum*, 2009.

## APRESENTAÇÃO

Os textos que compõem este livro resultam de pesquisas realizadas na área da Linguagem e das Ciências Humanas e, portanto, trazem reflexões que apontam para a pluralidade de perspectivas científicas. Algumas dessas reflexões foram apresentadas no IV Colóquio Internacional de Letras, evento realizado, em setembro de 2014, pelo Curso de Letras do Campus de Tangará da Serra. Outras produções são de pesquisadores de Instituições parceiras com as quais mantemos uma interlocução em grupos de pesquisas.

O autor do texto *Discurso e argumentação: políticas de/da memória no texto publicitário* reflete sobre o funcionamento discursivo de propagandas eleitorais. Mais especificamente, sobre os modos como as relações entre língua e história constroem a argumentação na textualização da política. O autor compreende que, nas campanhas publicitárias das quais as propagandas eleitorais fazem parte, frequentemente, a argumentação (re)produz discursos identitários; por isso, analisa essa articulação entre argumentação e discurso por meio de um deslocamento na concepção de argumentação.

Em *Perspectiva sociocultural en la enseñanza del español*, a autora aborda a pertinência de se considerar a perspectiva sociocultural no ensino de uma língua materna ou estrangeira. Para além de simples decodificação de elementos linguísticos, a autora considera necessário levar em conta a cultura da língua que se está ensinando, já que, na interação cotidiana, dialoga-se com um sujeito plural que possui um devir histórico e cultural que o condiciona e se manifesta nas expressões que emprega. Consideram-se também outras dimensões, como a ideologia, os valores, a moral etc, cuja interpretação é

possível somente a partir de uma aproximação transdisciplinar, de uma perspectiva semiótico-discursiva. Assim, a autora propõe uma ampliação da perspectiva de ensino e aprendizagem, transcendendo os limites da aula para se chegar a questões sociais e culturais, já que considera esta a segunda fase do aprendizado de toda língua.

As autoras de *Entre as relações de ensino da língua e as representações dos professores terena, o movimento identitário* analisam as representações de língua e linguagem no discurso de professores Terena, da região de Aquidauana - MS, enquanto mecanismos de controle e de defesa de uma etnia minoritária frente à sociedade hegemônica. O procedimento metodológico recorre ao método genealógico foucaultiano, às questões discursivo-desconstrutivistas, às noções de identidade e subjetividade, à discussão sobre o indígena na luta pela terra, numa visão transdisciplinar. Alguns resultados observados assinalam que os professores indígenas têm alteradas as suas formações discursivas e suas ideologias, bem como as suas identidades docentes a partir de suas relações com a sociedade dominante como efeito de espelhamento.

No texto *Perspectiva da crítica literária feminista: do escrever à escrita*, discute-se a produção literária de autoria feminina, a partir da qual o autor afirma ser esse um dos lugares possíveis para se traçar uma história do papel desempenhado pelo feminino no contexto social e cultural através dos séculos, no qual a mulher, na medida do possível, se revela através de sua escrita presente nas diversas áreas da sociedade. No campo das artes, mais especificamente no da literatura, discutiu-se por muito tempo se existe uma escrita feminina caracterizada por um discurso com marcas genuínas de voz de autoria feminina. A reflexão em torno desta questão, mesmo quando de natureza essencialista, na qual se via a ligação mulher/natureza como justaposição da condição biológica à social, tem contribuído para se pensar e se analisar a literatura sob nova ótica, levando-se em conta as variações possíveis.

O autor de *Thomas Hobbes e John Locke: entre o indivíduo e o estado político* procura destacar o pensamento desses dois pensa-

dores sobre as noções de indivíduo e estado político, que são expressões em uma determinada língua e traduzidas para outras, no caso, para a língua portuguesa. Assim, o autor diz que, quando pensamos na língua do dia a dia, pensamos o idioma como algo compartilhado entre uma comunidade para que seja estabelecida alguma comunicação e interação entre os indivíduos. E então pensamos nos aspectos mais comuns e corriqueiros dos usos dessa língua. Mas ela também serve para a circulação das ideias, pensamentos e formulações mais sofisticadas sobre o sistema político, por exemplo. Muitas vezes, essas formulações necessitam de uma mediação de leitura para que possam se tornar mais compreensíveis àqueles que não possuem certa familiaridade com conceitos advindos de uma área específica de estudos.

A autora de *Entre o escamoteamento e a desocultação: sobre o poder da escrita no conto “me llamo Rigoberta”* desenvolve uma reflexão em torno da escrita e de sua força colonizadora. Ao dar forma, eternizar e fixar, em determinados ambientes, saberes, sentidos, imagens, narrativas, o discurso escrito pode ocupar o lugar de outros significados, desencadeando, assim, um processo de escamoteamento desses significados. No caso da América Hispânica, o colonizador trazia consigo a escrita. O autóctone, na maioria das vezes, a desconhecia. Alheio à possibilidade de registrar no papel seus costumes, seus saberes, suas visões do mundo, os americanos passaram a depender da vontade e da gentileza do outro, atributos atípicos para um colonizador, para perpetuar seus discursos, seus conhecimentos, suas criações literárias, suas crenças, suas histórias, suas experiências. Desconhecendo a escrita do colonizador e privados, portanto, da possibilidade de dizer quem eram, como viam o branco e o que achavam de sua presença, muitos autóctones tiveram suas existências mutiladas ou pelas armas ou pelos registros escritos elaborados e disseminados pelo colonizador.

No texto *A memória social e os direcionamentos de sentidos na instituição imprensa*, a autora, a partir da orientação teórica da Análise do Discurso (francesa), mostra que a mídia, especificamente a imprensa, estrutura seus discursos a partir de sua cultura, relacionados a dizeres interdiscursivamente legitimados. Isso signifi-

ca dizer que a mídia atua num processo de constituição de sentido e de sujeito, levando seus leitores a acreditarem numa linearidade dos acontecimentos, mais precisamente os acontecimentos políticos. Isso provoca a ilusão de que o mundo é perfeitamente organizado e que os acontecimentos são livres de interpretações.

O autor de *O rito de iniciação ou de passagem nos contos de João Antônio: eterno recomeço* preocupa-se com os rituais nos contos que analisa. A tensão do ambiente, fatos ocorridos anteriormente, situações diversas como ciúme, inveja etc, influenciam nesta “passagem” e são frequentemente explorados no campo literário. Assim, o autor pretende abordar a questão dos rituais como um novo e interessante aspecto do fazer literário como objeto de estudo, apontando para a epifania e o trágico, que reclamam novos estudos por parte dos teóricos literários nos dias de hoje.

No texto *Superpoderosas: o (dis)curso do corpo e a (des) construção do feminino em propagandas de lingerie*, o autor analisa propagandas de lingerie da marca *Esbelt*, especificamente as da campanha publicitária *Superpoderosas Esbelt*, cujas materialidades linguísticas (compostas por fotos e enunciados) são veiculadas no site da empresa/marca, em revistas destinadas ao público feminino e em redes sociais. Para tanto, a discussão foi arrolada com base nos pressupostos teóricos da Análise de Discurso (de origem francesa) em diálogo com alguns apontamentos que alicerçam as relações de gênero, considerando que estas perspectivas podem contribuir para uma problematização acerca de enunciados que fazem parte do universo discursivo feminino e dos efeitos de sentido que emergem nas propagandas escolhidas. Com o objetivo de vender, obviamente, esta empresa de lingerie busca valorizar as mulheres por meio da campanha *Superpoderosas Esbelt*, atribuindo características tidas como naturais às mulheres (“espírito guerreiro”, “força natural”), as quais remetem ao discurso da emancipação feminina. Apesar disso, os resultados da análise mostram que há contradições percebidas em alguns enunciados que tendem a reforçar o discurso da dominação masculina e, conseqüentemente, enfraquecer a luta pela paridade de gêneros.



No texto, *A “língua” inflamável de Antônio Carlos Lima*, a autora traz uma pequena biografia de Toninho e avança na discussão ao dizer que a experiência desse autor com a música e a publicidade está presente em muitos poemas em que se vislumbra um primoroso trabalho com os aspectos sonoros e semânticos da língua (aliteração, assonância, rimas, ironia, ambiguidade e outros). Seus poemas circularam em caixas de fósforo, livros, shows, saraus, performances, em varais no saguão da UFMT e outros espaços públicos e privados. Uma leitura atenta do conjunto da sua obra aponta, de imediato, para um fazer poético alinhado com perspectivas políticas mais ou menos aos moldes do movimento da contra-cultura, nos anos 60. A produção do autor, enfim, é destacada pelo modo como alguns recursos da língua são mobilizados para produzirem efeitos de sentido de denúncia político-social e, em outros, de uma lírica amorosa com nuances eróticas, o que explicaria a adjetivação no título: *língua inflamável*.

No capítulo que fecha o livro, as autoras trazem discussões acerca do ensino-aprendizagem de língua estrangeira, partindo dos procedimentos da elaboração da oficina “This is where I live”. Situando-se na perspectiva da Linguística Aplicada crítica, elas destacam o uso de diferentes metodologias no ensino de línguas como forma de promover a prática situada das funções ‘informar localidades’ e ‘dar direções’ e incentivar a discussão sobre a qualidade do transporte público na cidade de Tangará da Serra.

Esperamos que os capítulos deste livro possam contribuir para os sempre instigantes olhares acerca dos diferentes espaços e tempos nos quais nossa língua nos permite enunciar. Dos mais simples aos mais sofisticados, esses lugares/tempos enunciativos nos constituem e nos identificam; por isso, é tão importante um olhar crítico sobre a *língua nossa de todo dia*. Que seja prazerosa a leitura!

**Flavio Benites**

# DISCURSO E ARGUMENTAÇÃO: POLÍTICAS DE/ DA MEMÓRIA NO TEXTO PUBLICITÁRIO

José Simão da Silva Sobrinho<sup>1</sup>

A arte de anestesiar as resistências, de absorver as revoltas no consenso e de fazer abortar as revoluções fez certamente grandes progressos. Mas tudo isto não deixa de trabalhar menos sob o assujeitamento: é antes a capacidade de ouvi-lo que persiste em fazer falta politicamente. (PÊCHEUX, [1979] 2011, p. 92).

Neste trabalho, refletimos sobre o funcionamento discursivo de propagandas eleitorais. Mais especificamente, sobre os modos como as relações entre língua e história constroem a argumentação na textualização da política. Como temos compreendido (SILVA SOBRI-NHO, 2012), nas campanhas publicitárias das quais as propagandas<sup>2</sup> eleitorais fazem parte, frequentemente a argumentação (re)produz discursos identitários.

Analizamos essa articulação entre argumentação e discurso por meio de um deslocamento na concepção de argumentação. Na tradição ocidental de produção de conhecimento linguístico, a argumentação foi objeto de estudo desde a antiguidade grega. Em sua *Retórica*, escrita entre 335 e 323 a.C., Aristóteles aborda a argumentação na perspectiva dos meios de persuasão. Segundo ele,

Pode-se definir a Retórica como a faculdade de observar, em cada caso, o que este encerra de próprio para criar a persuasão. Nenhuma outra arte

---

1 Professor do Instituto de Letras e Linguística (ILEEL) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Doutor em Linguística pela UNICAMP.

2 Para os propósitos desse trabalho, não consideramos relevante a distinção técnica entre publicidade e propaganda. No que diz respeito ao funcionamento discursivo, que é o que nos interessa, compreendemos que a propaganda é um dos modos de textualização do discurso publicitário.

possui tal função. Toda outra arte pode instruir e persuadir acerca do assunto que lhe é próprio, por exemplo: a medicina, sobre o que é saudável e doentio; a geometria, acerca das propriedades das grandezas; a aritmética, a respeito dos números; o mesmo aplicando-se às outras artes e ciências. Quanto à retórica, todavia, vemo-la como o poder, diante de quase qualquer questão que nos é apresentada, de observar e descobrir o que é adequado para persuadir. (ARISTÓTELES, [335-323] 2013, p. 44-45).

Definindo desse modo o campo da Retórica, o autor compreende que a persuasão ocorre por três meios: a credibilidade do orador; a capacidade do orador de levar o auditório a determinada disposição de espírito; e o que o discurso demonstra ou parece demonstrar por sua argumentação. Desde essa formulação de Aristóteles até hoje, foram forjados diferentes conceitos de argumentação, conforme as diferentes abordagens teóricas que se ocuparam do tema, permanecendo fortemente, contudo, a questão da persuasão.

No campo da Linguística, ciência criada no final do século XIX e início do século XX, os estudos sobre a argumentação oscilam entre abordagens idealistas que consideram a argumentação como informação contida no sistema linguístico ou na arquitetura textual e abordagens subjetivistas que consideram a argumentação como resultante de operações lógicas e/ou cognitivas associadas à vontade dos indivíduos. Entre as primeiras, destaca-se a Semântica Argumentativa de Ducrot, cuja proposição basilar é que no léxico ou nos sintagmas estão as informações que dão a orientação ou o encadeamento argumentativo dos enunciados.

No segundo grupo estão os estudos sobre a argumentação na perspectiva da interação, das relações intersubjetivas, que consideram fundamentalmente as intenções dos locutores. A argumentação, nessas abordagens, decorre da intencionalidade. Por essa via voluntarista, chega-se facilmente à concepção de língua como ferramenta ou instrumento de convencimento, de persuasão, de controle, de manipulação.

Conforme compreendemos em Silva Sobrinho (2009), esses diferentes modos como a Retórica e a Linguística abordam a argumen-

tação se sustentam, cada uma a seu modo, na concepção de sujeito racional, concepção que apaga a historicidade dos sujeitos e das práticas discursivas que os constituem. Deslocamo-nos desses modos de estudar a argumentação. Consideramos a argumentação na perspectiva do funcionamento da linguagem, entendendo que esse funcionamento “não é integralmente linguístico, uma vez que dele fazem parte as condições de produção” (ORLANDI, 1996, p. 117). Nessa perspectiva materialista, os sujeitos, os objetos simbólicos (entre eles os textos publicitários) e os sentidos são efeitos da relação da língua com a história em processos inscritos nas ideologias que constituem a formação social.

Compreendendo o mecanismo da argumentação como parte dos processos discursivos, tomamos como material de análise enunciados recortados de propagandas eleitorais, pleito de 2004 para vereador e prefeito de Cuiabá-MT. Consideramos relevante essa reflexão porque nos pleitos subsequentes, não apenas em Cuiabá, mas em outras localidades brasileiras também, percebemos um funcionamento discursivo análogo, qual seja, o de colocar em circulação, na argumentação, discursos identitários. Os argumentos textualizados nas propagandas eleitorais analisadas nos possibilitam compreender os movimentos da memória discursiva, o jogo entre o mesmo e o diferente, a polissemia e a paráfrase.

### **A argumentação numa perspectiva materialista de estudo da linguagem**

Na história das ideias linguísticas, a questão do sujeito se coloca como central nas teorizações sobre a argumentação. Correndo o risco da homogeneização, identificamos duas posições teóricas: a argumentação como um cálculo do indivíduo e a argumentação como um efeito do modo como o indivíduo é assujeitado pela ideologia. No primeiro caso, temos uma posição filiada ao idealismo filosófico. No segundo, uma posição materialista que considera fundamentalmente a historicidade do sujeito e dos sentidos.

Nesse último caso, posição à qual nos filiamos, a argumentação é um efeito do trabalho das ideologias, estruturas-funcionamentos determinadas pelas relações e modos de produção. Assim definidas, as ideologias não são conjuntos de ideias, mentalidades de época ou hábitos de pensamento, são práticas inscritas nas lutas de classes. Conforme lemos em Pêcheux ([1975] 1997a, p. 129), as ideologias são forças materiais que constituem indivíduos em sujeitos. Nessa mesma direção, Orlandi formula que

A ideologia, aqui, não se define como conjunto de representações, nem muito menos como ocultação da realidade. Ela é uma prática significativa. Necessidade da interpretação, a ideologia não é consciente: ela é efeito da relação do sujeito com a língua e com a história em sua relação necessária, para que se signifique. O sujeito, por sua vez, é lugar historicamente (interdiscurso) constituído de significação. (ORLANDI, 2001, p. 48).

Compreendendo desse modo a constituição do sujeito, conclui-se que as intenções atribuídas à argumentação são, também, efeitos dos processos de significação nos quais ocorre a interpelação-identificação do indivíduo em sujeito pelas ideologias. Os argumentos e as maneiras como eles se textualizam “são produtos dos discursos vigentes, historicamente determinados” (ORLANDI, 1998, p. 78), entendendo-se por discurso o efeito de sentido produzido entre sujeitos numa dada prática discursiva, não se confundindo com fala, uso da língua ou texto.

Por essa via, argumentamos que as ideologias produzem os imaginários pelos quais os sujeitos (se) significam (n)o mundo. As relações dos sujeitos com suas condições materiais de existência não são diretas, são mediadas por esses imaginários, que são feixes de sentidos funcionando como se fossem evidentes. Assim como as ideologias, os imaginários que elas produzem são sociais, históricos, políticos. Não se trata, portanto, de imaginação, que é já um efeito do funcionamento do imaginário.

Tais imaginários funcionam nas práticas discursivas conformando as projeções dos sujeitos a respeito das condições de produção.

Essas projeções possibilitam a antecipação de sentidos e orientam a argumentação. Pêcheux ([1969] 1997b) teoriza sobre isso produzindo um deslocamento significativo em relação ao modo como teóricos da comunicação, inscritos na ideologia da informação, entendem o sentido como mensagem. Para esses teóricos, as práticas de linguagem se definem como trocas de mensagens entre emissor e receptor, sendo o primeiro a origem da mensagem, aquele que a codifica e transmite ao receptor, que a decodifica. Nessa perspectiva, defende-se que o domínio do código e a ausência de ruídos garante o sucesso da comunicação.

Pêcheux (ibid.) compreende de forma diferente as práticas linguageiras, ele as compreende como práticas discursivas. Dessa forma, o sentido não é mensagem, é efeito da relação do sujeito com a língua e com a história, relação sempre aberta ao equívoco, ao deslize, à transferência. Em lugar de emissor e receptor, nas práticas linguageiras há sujeitos constituídos pelas ideologias e pelo inconsciente. O sujeito não é origem dos sentidos, embora seja constituído pela ilusão de que o é. A ideologia produz a ilusão subjetiva, a ilusão de que os sentidos têm origem no sujeito, de que o sujeito controla o que diz e como diz.

Assim, as coisas ditas e as coisas a dizer (e esquecer) são sempre relativas a determinadas posições-sujeito, que são conformadas por formações imaginárias produzidas pelas ideologias. No jogo discursivo entre posições-sujeito, funcionam as imagens produzidas historicamente para os lugares sociais dos interlocutores (professor, aluno, pai, mãe, filho, etc.) e para o referente.

### **Argumentação e condições de produção**

A argumentação, nas propagandas eleitorais analisadas, inscreve o dizer na discursividade (processo discursivo inscrito na relação ideológica de classes) dos movimentos identitários cuiabanos do final da década de 1970 e da década de 1980. Neste período, com incentivos do governo federal, levadas de migrantes se estabeleceram

em Mato Grosso. Uma relação por vezes conflituosa entre cuiabanos e migrantes se instaurou. Como analisa Possari,

O fluxo migratório trouxe ao Estado e a Cuiabá tradições culturais de seus novos moradores. A tensão gerada por isso nem sempre foi positiva. Os daqui – xenofobicamente – consideraram-se invadidos; os de lá – ‘endofobicamente’ – consideraram feio tudo o que encontraram por aqui. Já era de se esperar: Narciso acha feio o que não é espelho! (POSSARI, 2005, p. 168).

Processos de denominação do *outro* foram produzidos de ambos os lados. Os migrantes, por exemplo, foram denominados de “paurrodados” pelos cuiabanos. Discursivamente, os nomes funcionam como objetos simbólicos que constroem categorias conceptuais, criam uma descontinuidade numa continuidade, dando, com isso, existência ao grupo. Eles agrupam ou separam. Como compreende Seriot (2001, p. 16), “é o nome que faz a fronteira”.

Nesse movimento de sentidos na direção da construção de fronteiras identitárias, para proteger o cuiabano e sua cultura da invasão do *outro*, foi criado, por exemplo, o Museu de Arte e Cultura Popular, na Universidade Federal de Mato Grosso. Buscando preservar a identidade cuiabana, surgiram, também, grupos teatrais, promoveram-se serestas, saraus, etc. Como aponta Possari (op. cit., p. 171), um dos movimentos mais representativos dessa época foi o Muxirum Cuiabano, que tinha como lema “conseguir fazer com que o linguajar e a cultura musical dos cuiabanos fossem respeitados”. Com esse lema à frente, “projetos passam a valorizar pescadores, artesãos do barro (da beira do rio Cuiabá), músicos. As pinturas escorrem e transbordam pacus, cajus, tuiuíús, violas-de-cocho” (POSSARI, op. cit., p. 172).

Depreendemos, nas propagandas eleitorais que estamos analisando, ressonâncias das discursividades desses movimentos por meio dos quais a elite cuiabana buscou produzir uma identidade para os cuiabanos:

**SD1:** “Eu sou candidato a vereador em Cuiabá, minha terra natal, e sabe por que eu sou candidato? Porque nós cuiabanos estamos perdendo espaço e precisamos reagir” (candidato Aléssio-Pinto)

**SD2:** “Hoje dirijo-me a vocês [...] para dizer quem é o professor Aquiles, professor de matemática, genuinamente mato-grossense” (candidato Prof. Aquiles)

**SD3:** “Sou o vereador Ivan Evangelista, defendo a cuiabania, nossa história, nossa cultura” (candidato Ivan Evangelista)

Os movimentos identitários que ressoam sentidos nessas propagandas eleitorais significam a identidade como uma necessidade. Isso filia o discurso identitário ao juridismo pelo qual se formula o direito à identidade. Significada como dever, a identidade funciona como restrição (GUIMARÃES, 2005, p. 8). Nessa perspectiva, produz-se o esquecimento do “processo em que as identidades se fazem e, enquanto processo, se modificam, se transformam, se redefinem” (ibid., loc. cit.). Como formula Guimarães, trata-se de práticas redutoras e imobilizantes:

Este tipo de uso teórico ou prático do conceito [de identidade] normalmente aparece ligado a práticas que reduzem a questão da identidade à marca da diferença, enquanto marca de resistência às características dominantes. Ou seja, enquanto reduzem o sentido de identidade a uma reação à segmentação desigual da sociedade. E isto pode levar as sociedades a pagarem sua resistência aos poderes com uma imobilidade que acaba por caricaturizar o identificado e assim transformá-lo em peça de um museu interessante para périplos de turistas ou benfeitores edificados. (GUIMARÃES, 2005, p. 8).

Pensamos que, nos movimentos identitários cuiabanos de que estamos tratando, um *outro*, que não é o migrante, constitui o discurso preservacionista que busca resgatar e preservar o que a elite cuiabana entende como traços da cuiabania. Esse *outro* que, a nosso ver, é constitutivo desses movimentos é o viajante estrangeiro com seu discurso eurocêntrico filiado à ideologia novecentista do progresso.



Como analisa Galetti (2000), brasileiros de outras regiões do Brasil reproduziram esse discurso nos modos de significar o mato-grossense. Nas primeiras décadas do século XX, a elite mato-grossense tentou redefinir a identidade de Mato Grosso, livrando o mato-grossense do estigma de atrasado, “sem espírito empreendedor”, etc., produzindo por esse discurso colonizador.

Constituídos por uma dispersão de *outros* (discurso do migrante, do viajante, de brasileiros de outras regiões), os movimentos identitários engendrados em Cuiabá (re)produziram, como uma forma de resistência, os estereótipos do que significa ser cuiabano, os estereótipos que tipificam o cuiabano. Entre eles, o estereótipo de que ser cuiabano é falar “tchuva”, “djeito”, “bánána”, “pobrema”, “irmons”, etc<sup>3</sup>.

Discursivamente, entendemos que o modo de funcionamento do estereótipo não se reduz à repetição como “imobilidade total dos sentidos” (ORLANDI, 1995, p. 128). Ele é “ponto de fuga possível de sentidos”, pois é “lugar em que trabalham intensamente as relações da linguagem com a história, do sujeito com o repetível, da subjetividade com o convencional” (ibid., p. 128). Nesse sentido, o estereótipo é “lugar de reconhecimento e de distância” (ibid., p. 128). Conforme Orlandi,

O efeito de sentido que trabalha a relação com o estereótipo é a de que só nele é que somos falados pelo ‘consenso’, pela ‘solidificação’, pela sedimentação’, pela ‘fixação’ do discurso. Fora daí seríamos donos do nosso dizer e estaríamos fora do efeito-literar. (ORLANDI, 1995, p. 128).

Por estereótipo compreendemos, portanto, o “funcionamento de certos enunciados que se apresentam como evidências, indistintamente repetidas e consensualmente aceitas” (FERREIRA, 1993, p. 69), sem reduzir repetição, como dissemos, a imutabilidade ou invariabilidade.

---

3 Para se ter uma ideia da produtividade desse estereótipo do modo de falar do cuiabano, na constituição de sujeitos e sentidos, narramos o seguinte acontecimento: estávamos trafegando por uma rua de Caldas Novas – GO, quando o senhor que estava conosco no carro disse, apontando para uma loja: “Aquele loja deve ser de cuiabano”. Perguntamos-lhe: “Por que o senhor acha isso?”. “Olha o nome”, ele respondeu. O nome da loja era “Tchótchó Auto Peças”.

Em seu funcionamento, o estereótipo, “ao transcender as barreiras entre o individual e a massa, se assemelha, na sua sistematicidade, a um cimento que perpassa diferentes usos e estratos e garante um efeito coesivo na rede social” (FERREIRA, op. cit., p. 71). Nisso, o estereótipo se aproxima do trabalho operado pelo discurso social, “legitimando e homogeneizando certas práticas de linguagem” (ibid., p. 71). Há, conforme Ferreira, no funcionamento do estereótipo, “um valor corrosivo”, ou seja, “o efeito do repetível atua na própria significação do estereótipo, podendo determinar direções de sentido inversas que irão cristalizá-lo cada vez mais ou esvaziá-lo” (ibid., p. 72). Como assinala a autora,

Por um lado, a repetição e o efeito do que é constantemente reiterado atuam no reforço ao senso comum, na sua confirmação [...]. Por outro lado, essas mesmas características dos estereótipos determinam efeitos inversos, concorrendo para uma desconstrução dos sentidos já alicerçados. (FERREIRA, 1993, p. 72).

Portanto, pode-se afirmar que a significação de um estereótipo “se encontra em mutação, admitindo deslocamentos e desvios” (ibid., p. 72). O estereótipo, “enquanto construção de aparência linguisticamente cristalizada, encobre sob sua forma sentidos que não se encontram petrificados” (ibid., p. 73).

Do funcionamento dos estereótipos, interessam-nos aqui os automatismos que eles desencadeiam. Automatismos que, conforme Ferreira (ibid., p. 72), não podem ser interpretados pura e simplesmente como falta de tempo para pensar ou como falta de pensamento próprio. Como diz a autora,

O automatismo envolve mecanismos sociais, históricos e culturais presentes nos modos de sustentação do *status quo* que se realizam pela reiteração de enunciados que expressam o saber comum. O efeito de impregnação de tais automatismos funciona como a possibilidade de institucionalização dos sentidos, fazendo-os corresponder, ética e moralmente, às expectativas construídas pela sociedade. (FERREIRA, 1993, p. 72).

O resultado disso é que “o papel aglutinador, catalisador, manifesto por essas construções estereotipadas, produz um efeito de aproximação de épocas, de identificação de costumes, crenças e comportamentos, compartilhados por todos” (ibid., p. 72). Por seu papel catalisador, aglutinador, os estereótipos postos em funcionamento nas propagandas eleitorais, pelo automatismo de memória que desencadeiam, produzem um consenso sobre o que é ser cuiabano. Esse consenso constitui parte das condições de produção da argumentação na textualização do discurso nas propagandas analisadas. Ele funciona no mecanismo de antecipação, pelo qual se argumenta de um modo e não de outro, conforme as formações imaginárias em jogo.

### **Discurso publicitário e efeito de memória**

Discursivamente, compreendemos que a formulação do pertencimento à cuiabania, nas propagandas eleitorais, é efeito dos modos de inscrição do sujeito, por meio dos processos de interpe-lação-identificação, nas discursividades que fixam sentidos para a cuiabanidade, discursividades engendradas desde o final do século XIX, nas relações de forças entre, de um lado, o cuiabano e, do outro, o viajante europeu, os brasileiros de outras regiões do país e o migrante. Nessas relações de forças, foram produzidas as formações imaginárias que funcionam na formulação da cuiabanidade nas propagandas eleitorais.

A partir de tais formações imaginárias, põe-se em funcionamento, no processo discursivo instaurado nas propagandas eleitorais, o mecanismo da antecipação, que consiste em “colocar-se no lugar em que seu interlocutor ‘ouve’ suas palavras” (ORLANDI, 1999, p. 39). Esse mecanismo, sob a dominância das formações discursivas, “regula a argumentação, de tal forma que o sujeito dirá de um modo, ou de outro, segundo o efeito que pensa produzir em seu ouvinte” (ibid., p. 39). Trata-se, portanto, de um mecanismo discursivo de captura do *outro* no fio do discurso. Por ele, busca-se a produção do consenso.

Antecipando sentidos, como efeito do jogo da língua na história, formula-se, nas propagandas eleitorais em análise, “sou cuiabano”:

**SD4:** “Meu nome é Guilherme Maluf, sou cuiabano, médico [...]” (candidato Guilherme Maluf).

**SD5:** “Sou de Cuiabá, funcionária pública, sindicalista, psicóloga [...]” (candidata Jussara).

**SD6:** “Meu nome é Ada, sou professora da rede pública e privada, técnica da UFMT, cuiabana, nascida no Porto” (candidata Ada).

Quando o candidato ou a candidata formula “sou cuiabano”, o faz pelo assujeitamento à língua e à história. Compreendemos, em uma posição materialista, que o indivíduo é constituído em sujeito “a partir de sua inscrição no simbólico e inserido em uma relação imaginária com ‘a realidade’ do que lhe é dado a ser, agir, pensar” (MARIANI, 2003, p. 62). O candidato ou a candidata, porém, “não percebe que se encontra convocado a se colocar no simbólico e a partir do simbólico para dizer ‘eu’ e para se referir a um mundo já simbolizado” (ibid., p. 62). O fato é que “ao falar, ou melhor, ao usar das palavras, dentre elas o ‘eu’, o sujeito se mostra em sua inserção na história e, simultaneamente, em um percurso já feito na língua” (ibid., p. 63). O sujeito, definido como “uma posição em movimento histórico”, está, pois, preso a uma “rede de linguagem” (ibid., p. 67), sem que o perceba:

O sujeito ‘sofre’ os efeitos da interpelação-identificação ficando preso às evidências constituídas na própria linguagem: julga-se fonte dos próprios pensamentos, origem do próprio dizer, julga-se capaz de dominar o seu dizer, julga-se livre para dizer o que quiser, etc. (MARIANI, 2003, p. 67).

Os enunciados “sou cuiabano” (SD4), “sou de Cuiabá” (SD5) e “cuiabana” (SD6) inscrevem sujeitos e sentidos na discursividade que produz a identidade imaginária do cuiabano. Trata-se de uma discursividade que não é homogênea, mas heterogênea. A identidade imaginária do cuiabano é produzida tanto pelos discursos formula-

dos pela elite cuiabana, quanto pelos discursos do *outro*, o migrante, que (re)produz os discursos pejorativos de viajantes estrangeiros e de brasileiros de outras regiões do final do século XIX. Essa heterogeneidade discursiva torna difusa a posição-sujeito a partir da qual se enuncia “sou cuiabano”. Essa heterogeneidade instaura a contradição no discurso identitário cuiabano, lembrando que a contradição não é definida aqui como a “oposição de duas forças que se exercem uma contra a outra *em um mesmo espaço*” (PÊCHEUX, [1975] 1997a, p. 147, grifo do autor). A contradição consiste no fato de que a discursividade pejorativa sobre o cuiabano se inscreve no modo mesmo como se constitui, formula e circula a discursividade dos movimentos identitários, como em:

**SD7:** “Sou cuiabana e conto com todos vocês que acreditam no desenvolvimento de nossa capital” (candidata Paola).

Nessa sequência discursiva, a afirmação do pertencimento à cuiabanidade é formulada na perspectiva do olhar do *outro*. O enunciado “sou cuiabana”, constitui o sujeito pela inscrição na discursividade dos movimentos identitários cuiabanos. Já o enunciado “conto com todos vocês que acreditam no desenvolvimento de nossa capital”, na discursividade que significa Cuiabá como “atrasada” devido à “falta de espírito empreendedor” dos cuiabanos, a discursividade do progresso e do desenvolvimento que está na base do empreendedorismo empresarial e comercial do processo de “recolonização” de Mato Grosso pelos migrantes.

O enunciado “sou cuiabano” significa, a nosso ver, na relação com o não-dito “não sou cuiabano”, ou “sou paranaense”, “sou gaúcho”, etc. O mecanismo da argumentação produz o esquecimento desse não-dito. A enunciação de “sou cuiabano”, portanto, traz para a interlocução discursiva aquele que não é cuiabano. Pensamos que esse enunciado (re)produz a fronteira invisível produzida nas relações de forças que separam cuiabanos e migrantes na formação social cuiabana. Essa fronteira invisível ganha visibilidade nas propagandas eleitorais, como se nota em:

**SD8:** “Eleitor amigo, queremos uma sociedade mais justa, sou filho desta terra e recebo de braços abertos aqueles que aqui buscam dias melhores” (candidato Prof. Pinheiro).

Os candidatos e as candidatas que não nasceram em Cuiabá também são interpelados-identificados pelas discursividades produzidas pelos movimentos identitários cuiabanos. Assim constituídos pelos sentidos, pondo em funcionamento o mecanismo da antecipação, formulam que se consideram cuiabanos pelo tempo de permanência em Cuiabá ou pelo amor a essa cidade:

**SD9:** “Isabel Cristina, mãe, professora e enfermeira, moro em Cuiabá há 24 anos, me considero cuiabana” (candidata Isabel Cristina).

**SD10:** “Eu sou Ildomar, engenheiro e professor da Universidade Federal, cheguei em Cuiabá há 30 anos, aqui fui muito bem recebido, aqui criei meus filhos e me realizei como profissional e como cidadão” (candidato Ildomar).

**SD11:** “Sou professora Carmem, cuiabana por amor” (candidata Prof<sup>a</sup> Carmem).

Na formulação do pertencimento à cuiabania, nessas sequências discursivas, depreendemos o funcionamento de um pré-construído: ser cuiabano é “X”, sendo esse predicativo “X” aqueles predicativos produzidos historicamente na relação tensa do cuiabano com seus *outros*. A formulação do pertencimento à cuiabania pelo nascimento, pelo tempo de moradia em Cuiabá ou pelo amor a essa cidade decorre, portanto, dos modos de inscrição no interdiscurso, que, como pré-construído, conforme Pêcheux, “corresponde ao sempre-já-aí da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’” ao sujeito (PÊCHEUX, [1975] 1997a, p. 164), ou seja, o pré-construído é o interdiscurso enquanto instância que “fornece, por assim dizer, a matéria-prima na qual o sujeito se constitui como ‘sujeito falante’, com a formação discursiva que o assujeita” (ibid., p. 167).

## Considerações Finais

Em nossa reflexão, compreendemos que o mecanismo da argumentação, na textualização das propagandas eleitorais analisadas, inscreve o dizer dos candidatos em regiões do interdiscurso relativas às discursividades que significa(ra)m o cuiabano como sujeito histórico.

Os fluxos migratórios para Mato Grosso se intensificaram a partir da década de 1960, fortemente inscritos nas discursividades do empreendedorismo, do desenvolvimentismo, fazendo ressoar os sentidos pejorativos para o mato-grossense produzidos por viajantes estrangeiros e reproduzidos por brasileiros de outras regiões no final do século XIX e início do XX.

Houve resistência a esse olhar colonizador do outro. Nas primeiras décadas do século XX, as elites mato-grossenses buscaram construir uma identidade para o sujeito mato-grossense deslocando sentidos do discurso colonizador. Essa resistência ganhou maior visibilidade nos movimentos identitários do final da década de 1970 e década de 1980.

No interior das relações de forças que configuram a formação social brasileira, relações fortemente estruturadas pela ideologia do progresso, produziram-se os sentidos para a cuiabania ou cuiabandade, ou seja, produziu-se o pré-construído, o já-dito, sobre o que é ser cuiabano. Ao vincularmos assim a identidade às relações de forças, compreendemos que a identidade é um movimento de sentidos que produz a relação dos sujeitos com suas condições materiais de existência. A identidade é, portanto, um imaginário. O discurso publicitário da campanha eleitoral analisada funciona pela inscrição do imaginário do que é ser cuiabano. A argumentação, na textualização do discurso nas propagandas eleitorais se inscreve nesse imaginário. A formulação “sou cuiabano” põe em funcionamento as discursividades que significa(ra)m o cuiabano como sujeito histórico da sociedade brasileira.

Depreendemos, em campanha eleitoral anterior, para governador do Estado de Mato Grosso, esse mesmo funcionamento discursi-

vo que opera sobre o imaginário identitário. Em 2002, o sulista Blairo Maggi adotou como lema de sua campanha o enunciado “Mato Grosso nas mãos de quem trabalha”. A posição-sujeito que configura a argumentação nesse lema é aquela relativa à ideologia do progresso e do empreendedorismo, repetição histórica do discurso do “viajante civilizado” e do “Brasil desenvolvido” sobre o mato-grossense.

Essa análise das propagandas eleitorais nos possibilita compreender que a argumentação decorre da posição-sujeito, ou seja, é um efeito do funcionamento ideológico pelo qual o dizer se inscreve numa formação discursiva e não em outras. E essa inscrição no interdiscurso nem sempre é consciente para o sujeito.

Possibilita-nos compreender, também, algo sobre o funcionamento discursivo da publicidade e da propaganda. Como práticas discursivas, elas constroem uma relação imaginária dos sujeitos com o objeto do discurso. Elas constroem discursivamente o próprio objeto. Essa construção se dá, às vezes, por um trabalho de reprodução ou de atualização de estereótipos, de pré-construídos, de discursos identitários.

O trabalho sobre o já-dito, sobre os sentidos em movimento na formação social produz a persuasão ou o convencimento não porque os argumentos resultantes desse trabalho sejam lógicos ou consistentes, mas porque já fazem sentido para sujeitos. O que ocorre é uma identificação dos sujeitos com o que já lhes faz sentido, já os constituem no simbólico e no imaginário. Como não há unidade na constituição simbólica e imaginária dos sujeitos, pode ocorrer de não haver identificação. Os sentidos podem deslizar e produzir um efeito publicitário contrário.



## Referências:

FERREIRA, M. C. L. A antiética da vantagem e do jeitinho na terra em que Deus é brasileiro (o funcionamento discursivo do clichê no processo de constituição da brasilidade). In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. Campinas: Pontes, 1993.

GALETTI, L. S. G. **Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso**. São Paulo: USP/FFLCH, 2000. Tese (Doutorado).

GUIMARÃES, E. Apresentação: linguagem e processos de identificação. In: BARONAS, R. L. (Org.). **Identidade cultural e linguagem**. Cáceres: Editora da Unemat; Campinas: Pontes, 2005.

MARIANI, B. Subjetividade e imaginário linguístico. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão-SC, v. 3, número especial, p. 55-72, 2003.

ORLANDI, E. P. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

\_\_\_\_\_. Discurso e argumentação: um observatório do político. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, nº 1, p. 73-81, jul.-dez. 1998.

\_\_\_\_\_. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 4. ed. Campinas: Pontes, 1996.

\_\_\_\_\_. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

PÊCHEUX, M. **Análise de Discurso**. Textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 2011.

\_\_\_\_\_. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997a.

\_\_\_\_\_. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3. ed. Campinas: UNICAMP, 1997b.

POSSARI, L. H. V. Falar e dizer cuiabanos na mídia: signos que se renovam. In: ALMEIDA, M. M. S.; COX, M. I. P. (Orgs.). **Vozes cuiabanas: estudos linguísticos em Mato Grosso**. Cuiabá: Cathedral, 2005.

SERIOT, P. Ethnos e demos: a construção discursiva da identidade coletiva. **Rua**, Campinas, n° 7, p. 11-20, 2001.

SILVA SOBRINHO, J. S. O teatro das identidades no discurso político-eleitoral. **Linguística**, Montevideo, v. 28, n. 1, p. 41-56, 2012.

\_\_\_\_\_. Acordo ortográfico e a unidade imaginária da Língua Portuguesa. **Revista do GEL**, São Paulo, v.6, n. 2, p. 232-242, 2009.

# PERSPECTIVA SOCIOCULTURAL EN LA ENSEÑANZA DEL ESPAÑOL

**María Eugenia Flores Treviño<sup>1</sup>**

En este trabajo se aborda la pertinencia de considerar la perspectiva sociocultural en la enseñanza de una lengua materna o extranjera, en cuanto no es posible limitarse al aprendizaje de la transcodificación de grafías, sonidos y significados, sino que es necesario tomar en cuenta la cultura a la que pertenece la lengua meta, dado que en la interacción cotidiana, se dialoga no con un individuo, sino con un sujeto plural que posee un devenir histórico y socio-cultural que le condiciona y que se manifiesta en su expresión. Pero a la vez, hay otras dimensiones, niveles dialógicos que hay que considerar como la ideología y los valores, la moral, etc., que solamente la perspectiva semiótico-discursiva, es decir, la aproximación transdisciplinaria ayudará a interpretar. La propuesta es ampliar la perspectiva de enseñanza y aprendizaje, trascender los límites áulicos accediendo a los social y cultural, pues ésta la segunda fase del aprendizaje de toda lengua.

La adquisición de una lengua es un proceso complejo, en cuanto está vinculada a la cultura de donde procede, y es continua. No se puede dar por terminada en cuanto se hace indispensable la reflexión sobre sus funciones, la descripción de sus estructuras, el estudio de sus características desde un enfoque pragmático y funcional de acuerdo con su empleo. Igualmente es muy común que la educación lingüística privilegie el aprendizaje sistémico de la lengua e insista sobre ello, en detrimento de la atención a la dimensión cultural.

Se propone el desarrollo de la expresión lingüística a partir de

---

<sup>1</sup> Professora da *Universidade Autónoma de Nuevo León*, México. Doutora em Humanidades y Artes pela *Universidade Autónoma de Zacatecas*, México. E-mail: [maria.florestr@uanl.edu.mx](mailto:maria.florestr@uanl.edu.mx), [meugeniaflores@gmail.com](mailto:meugeniaflores@gmail.com)

una perspectiva socio-cultural, en cuanto constituye una herramienta que habilitará al educando para el puntual conocimiento y dominio de su instrumento de comunicación. Se considera que ello le proporcionará la oportunidad de desempeñarse en igualdad de circunstancias para vincularse comunicativamente en su desempeño cotidiano, pues es bien sabido que, quien mejor se expresa, mayor éxito tiene en sus interacciones socio-lingüísticas.

### **El enfoque comunicativo**

El enfoque comunicativo en la enseñanza de la lengua, se origina en las innovaciones en la enseñanza de lenguas realizados en Inglaterra a finales de los años sesenta. El enfoque situacional había cumplido su ciclo y se requería un estudio más cercano al lenguaje y al concepto tradicional de que las emisiones además del significado que poseían, expresaban el sentido que imprimía la intención del hablante o escritor. Chomsky había demostrado desde finales de los años cincuenta, que las teorías existentes del lenguaje no cubrían las características esenciales de la lengua, como la creatividad y valor único de las oraciones individuales. Los lingüistas apoyaron estas declaraciones y constataron que las dimensiones del lenguaje no estaban siendo correctamente abordadas –como los potenciales funcional y comunicativo del lenguaje. Posteriormente, la postura chomskiana se actualizó y orientó “en un sentido sociocultural gracias a las aportaciones de la teoría lingüística, de la etnografía de la comunicación y de los enfoques comunicativos en la enseñanza de las lenguas (véase Lomas, Osoro y Tusón 1993, Lomas 1999) (en Lomas, 2009:93). A diferencia de quienes estudiaban la competencia lingüística, “los estudiosos de la competencia comunicativa consideran a los hablantes como miembros de una comunidad, como exponentes de las funciones sociales y tratan de explicar cómo usan el lenguaje para autoidentificarse y llevar a cabo sus actividades sociales” (Hymes, citado por Lomas, 2009, 91). Con el propósito de aportar soluciones a la problemática, Amparo Tusón opina que “Resulta, pues, imprescindible recurrir a otros enfoque

que nos proporcionen los elementos teóricos y metodológicos necesarios y apropiados para enmarcar la formación lingüística de nuestros estudiantes, en general y el desarrollo de su competencia discursiva oral, en particular” (1991;30); sugiere que hay que acudir a la Sociolingüística como alternativa epistemológica, en ella se encontrarán los elementos para crear el marco teórico-metodológico. Se coincide con la autora en que:

[...] se hace imprescindible tomar en consideración a los usuarios de la lengua, a los hablantes. Pero, frente al “hablante oyente ideal”, construcción abstracta del generativismo, a la sociolingüística le interesan los hablantes concretos, miembros de grupos sociales también concretos, y con características específicas: sexo, edad, clase social, grupo étnico, *status*, papeles, valores, creencias, intenciones, (1991: 39)

Sin embargo, según Miguel Murcia, tampoco se tienen en cuenta los hallazgos de la investigación de aula sobre el tipo de actividades y de interacción en el medio escolar que mejor favorecen el aprendizaje; y que, en la práctica, se han alterado poco los esquemas básicos de relación y los roles tradicionales en las aulas (1991).

### **La incidencia del diálogo en la competencia comunicativa**

Proponemos considerar la pertinencia del enfoque dialógico (BAJTIN, 1970) y co-construccionista (ARUNDALE, 1999). Nuestra postura se sustenta en que, de acuerdo con Bajtin (1970), la comprensión de un discurso tiene un carácter de respuesta (que puede ser muy variado); y de que toda comprensión de un diálogo está preñada de respuesta que es generada a partir de él: el oyente se convierte en hablante. Así, coincidimos con el autor, en que todo enunciado es un eslabón en una cadena, complejamente organizada, de enunciados. Además, de acuerdo con Fraser (1990) existe el llamado “contrato conversacional”, que determina los derechos y obligaciones mutuas de las personas que traban una conversación; que

varían de una cultura a otra y, sin embargo, tienen un sustrato común universal. Por otra parte, convenimos con Arundale (1999) en que el contrato de la conversación no existe por el solo hecho de que se comparta un código y unas reglas, sino que esta negociación se va construyendo por parte de los locutores a medida que se conversa, es decir, que se van produciendo e interpretando enunciados. Sostenemos con Bajtin (1970) que el dialogismo es una actividad que le permite al hablante interactuar con el otro y con su entorno semiótico-discursivo (HAIDAR, 2006), como un modo de participar en el entramado lingüístico, social y semiótico, en que está inserto y, además, su producción discursiva es el dispositivo que origina todo tipo de relaciones con otros discursos; esas relaciones se establecen entre las réplicas de un diálogo. Koike (2003: 11-24), apunta que el significado se genera a través de las interacciones sucesivas de los hablantes que participan en el diálogo. Esta construcción social del sentido ocurre en la interacción dialógica, escenario donde surge “la creación por dos o más personas de una forma, interpretación, postura, acción, actividad, identidad, institución, habilidad, ideología, emoción u otra realidad culturalmente significativa” (KOIKE, 2003:12). Por ello proponemos en la figura 4, los niveles dialógicos que constriñen la interacción comunicativa:

**FIGURA 4. EL ENFOQUE DIALÓGICO. PERSPECTIVA MACRO DE INTERPRETACIÓN DE LA LENGUA**

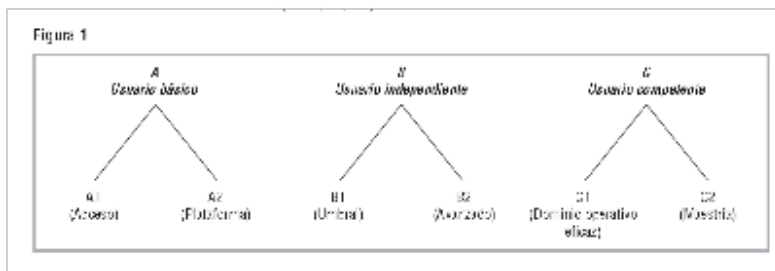


## LA APROXIMACIÓN SOCIOCULTURAL A LA ENSEÑANZA DE LENGUA

El discurso es una práctica social, una construcción colectiva de conocimiento y comunicación, cuya interpretación nos remite al análisis del contexto sociocultural e histórico en el que tiene lugar y que lo ha hecho posible. Y es que el sujeto interactúa con sus semejantes a través del lenguaje, las prácticas sociales discursivas y las representaciones sociales que le condicionan. Este hecho hace indispensable, si se quiere efectuar una aproximación puntual al objeto de estudio, abordar el entorno cultural que enmarca al discurso.

El Marco Común de Europeo de Referencia para las Lenguas, indica los niveles de referencia que se han establecido para clasificar los grados de dominio de la lengua:

Niveles comunes de referencia (CVC, 2014: 25)



Si atendemos a la perspectiva sociocultural, estaríamos aspirando a ubicar a nuestro alumno de acuerdo con las características de un alumno independiente y competente lingüísticamente según MCERL. Como se sabe, al acceder a otra cultura a través de la lengua, se acuña una nueva trama de códigos que nos permiten interpretar los fenómenos sociales, destaca el papel de la cultura y de las representaciones colectivas en las relaciones sociales. Los estudios culturales se aproximan a este tipo de fenómenos, articulando una perspectiva transdisciplinaria, a través de la que es posible interpretar el fenómeno social multicultural (*apud* VALENZUELA, 2003: 26).

Al respecto, hay investigadores como Taylor y Malinowski que

han compartido este punto de vista y tienen una concepción de la cultura como “la cultura de un grupo o sociedad es el conjunto de creencias, costumbres, ideas y valores, tanto como los artefactos materiales, objetos e instrumentos, que son adquiridos por los individuos como miembros de un grupo o sociedad.” (THOMPSON, 1990: 129).

## El iceberg cultural

La metáfora del iceberg, es útil para reflexionar que lo visible, la superficie, es solo una pequeña parte y lo más grande queda oculto. Si se piensa en el concepto de “cultura”, se piensa en lo más evidente: la comida, la ropa, el folklore, la música, el arte, los saludos, etc. Que son solamente algunas manifestaciones físicas de los conceptos más profundos de la cultura...las ideas y preferencias más complejas que se conocen como actitudes y valores.

**Figura 5.** El iceberg cultural



Fuente: **Language & Culture Worldwide (LCW)**, 2014.



Invisibles, sumergidos se encuentran los valores y la ideología: ideas aprendidas de lo que se considera bueno, correcto, deseable y aceptable...tanto como lo que se considera malo, incorrecto, indeseable e inaceptable. Puede ser que los grupos culturales compartan algunos valores principales (como la honestidad, el respeto, o la familia), pero estos conceptos se interpretan de manera diferente de acuerdo con el contexto de cada grupo y con sus situaciones cotidianas. Sin embargo, en la interacción dialógica, estos valores se vuelven visibles al observador casual en forma de comportamientos observables, como las palabras que usamos, la manera en que nos comportamos, las leyes que apoyamos, y la manera en que nos comunicamos (*Language & Culture Worldwide*, 2014).

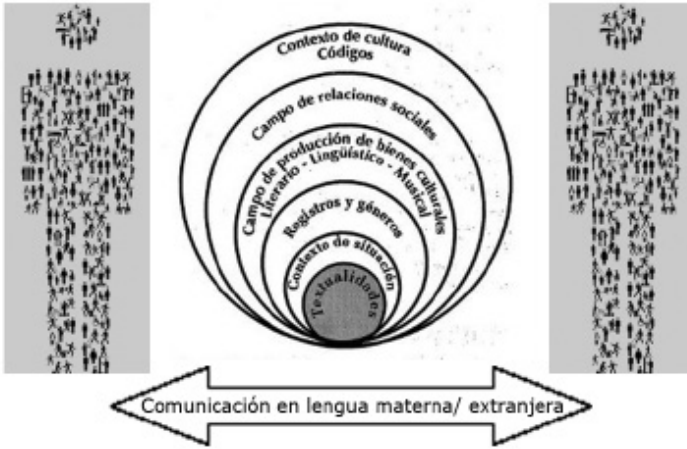
El proceso de aprendizaje de una lengua extranjera debiera implicar también el aprendizaje de aspectos culturales relevantes de las sociedades que hablan esta lengua meta. Aprender una lengua es entonces más que aprender su estructura, su pronunciación, los significados de las palabras que se usan, es aprender además acerca de la cultura en donde estas lenguas se desenvuelven, ya que, al estar dialogando con un sujeto, no se conversa solo con él, sino también con la historia, la cultura en la que está inserto, como se representa en la figura 6.

### **La semiosfera/ el texto/la lengua y la cultura**

El espacio simbólico *semiosfera* (Lotman, 1996) comprende el universo espiritual o potencial de sentido elaborado históricamente. Ese potencial se actualiza y renueva mediante la acción comunicativa que organiza todo el entorno social. Las instituciones sociales (familia, Iglesia, escuela, Estado), junto con la ubicación y el papel asignado a las personas dentro de ellas, dan lugar a tipos variados de relaciones interpersonales que promueven, en su transcurso, situaciones y comunicaciones diferenciadas temática y formalmente: Tal complejo entraña la noción de *texto* que comprendemos como la forma en que la cultura objetiva y conserva sus prácticas productoras

de sentido. Cada texto es actualización (reconocimiento), de significados ya existentes pero también, posibilidad abierta de nuevos sentidos (Lara, 2004), que se materializan entre los sujetos que entran en la interacción lingüística, como se ha ilustrado en la figura 6.

**Figura 6.** Propuesta de la interacción semiótica discursiva en lengua extranjera.



Fuente: Lara, 2004, adaptado por la autora.

Kramsh, en su libro *Context and Culture in Language Teaching* (1993) reflexiona acerca de la relación existente en la enseñanza de la lengua meta y la cultura en donde esta lengua se desenvuelve. Afirma que en ocasiones la enseñanza de la cultura se limita a dar datos aislados acerca del país en donde la lengua se habla como lengua materna, ignorando muchas veces que, lo que llamamos cultura, es parte del constructo y percepciones sociales. La autora recomienda acercarse a la cultura en una clase de lengua extranjera, a partir de las siguientes estrategias:

- Estableciendo una *esfera de interculturalidad*, en donde se ponga la nueva cultura en relación con la propia, reflexionando acerca de similitudes y diferencias.

- Enseñar la cultura como *un proceso interpersonal*, reemplazando los aspectos prescriptivos o enseñanza de hechos culturales, por la enseñanza de procesos culturales que conllevan a la comprensión de los “extranjerismos”.
- Enseñar la cultura *como una diferencia*, resistir la tentación de enseñar la cultura como nacionalismos, “los británicos hacen esto, los canadienses aquello.” Comprender que las sociedades actuales son muticulturales y multiétnicas y que difícilmente es posible ahora dar una sola definición a toda una población, sin contar su edad, género, procedencia étnica, etc.
- *Cruzando fronteras disciplinares*, incluyendo en sus cursos lecturas de estudios de ciencias sociales, etnografía o sociolingüística que aborden situaciones que atañen a las sociedades en donde se habla la lengua meta (1993: 205).

El discurso es acción, pero además constituye un fenómeno práctico, social y cultural. Los elementos de una cultura lo usan para interactuar: para efectuar actos sociales o interacciones sociales, principalmente en forma de diálogo. Estas interacciones, establece Teun van Dijk, están enclavadas en diversos contextos sociales y culturales (1997: 21) como reuniones de amigos, celebraciones o escenarios institucionales, como el aula. Es precisamente el amplio concepto de un contexto “el conjunto estructurado de todas las propiedades de una situación social que son posiblemente pertinentes para la producción, estructuración, interpretación y funciones del texto y la conversación” (1998: 266) Es entonces importante determinar las condiciones bajo las que se produce el discurso, quién habla, qué dice, de qué manera lo dice, en dónde lo dice, para comprender el mensaje que su discurso pretende transmitir. Van Dijk afirma que no son realmente los contextos mismos los que influyen en el discurso, sino más bien los modelos de contexto de los usuarios de la lengua. Al participar en una conversación, los actores representan mentalmente las propiedades de la situación social en donde se produce la conversación o intercambio discursivo, resultando en una

valoración subjetiva que permite la variación y la singularidad contextual, o como lo establece el autor holandés, “la noción pragmática esencial de la relevancia puede ahora ser definida simplemente en términos de modelos de contexto” (1998: 267). Y es precisamente esta naturaleza combinada de percepciones individuales y colectivas la que hace de los modelos, lo que Van Dijk define como una interfase necesaria entre la cognición social y el discurso, entre la macroestructura y la microestructura sociales y en consecuencia, entre la ideología y el discurso (1998: 268).

### **Referencias:**

ARUNDALE, Robert. **An alternative model and ideology of communication for an alternative to politeness theory**, Pragmatics 9:1, 119-153, 1999.

BAJTIN, Mijail. **Estética de la creación verbal**, México: Siglo XXI, 1970.

CENTRO VIRTUAL CERVANTES. **El Marco Común Europeo de Referencia para las lenguas**, 2014. Disponible en [http://cvc.cervantes.es/ensenanza/biblioteca\\_ele/marco/cvc\\_mer.pdf](http://cvc.cervantes.es/ensenanza/biblioteca_ele/marco/cvc_mer.pdf). Acceso el 16 de agosto de 2014.

FRASER, Bruce. **Perspectives on politeness**, Journal of Pragmatics 14, 2: 219–23. 1990.

HAIDAR, Julieta. **Debate CEU-Rectoría. Torbellino pasional de los argumentos**. México: UNAM. 2006

KOIKE, Dale A. **La co-construcción del significado en español: elementos pragmáticos de la interacción dialógica** en La co-construcción en el español de las Américas. Acercamientos discursivos, D.A. Koike (ed.) Toronto: Legas:11-24. 2003.

KRAMSH, Claire. **Context and Culture in Language Teaching**. USA: Oxford University Press. 1993.

LANGUAGE & CULTURE WORLDWIDE (LCW) El iceberg cultural en <http://languageandculture.com/el-iceberg-cultural>. Acceso el 10 de agosto de 2014.

LARA, Gladys. **El análisis del discurso en la investigación social**. Enunciaci-

ón, 2004-08-00 núm:9 pág:53-60 Vol. 9, núm. 1 (2004). <http://revistas.udistrital.edu.co/ojs/index.php/enunc/article/view/2489/3481> Acceso el 12 de agosto de 2014.

LOMAS, Carlos. **Cómo enseñar a hacer cosas con palabras. Teoría y práctica de la educación lingüística**. T. I y II. 1993.

\_\_\_\_\_, Amparo TUSÓN. **Enseñanza del lenguaje, emancipación comunicativa y educación crítica. El aprendizaje de competencias comunicativas en el aula**, México: Edere. 2009.

MURCIA, Miguel. **El estudio del discurso oral** en Signos, Teoría y Práctica de La Educación- N° 1 Octubre - diciembre 1990 - ISSN: 1131-8600 [http://www.quadernsdigitals.net/index.php?accionMenu=hemeroteca.VisualizaRevistaIU.visualiza&revista\\_id=3](http://www.quadernsdigitals.net/index.php?accionMenu=hemeroteca.VisualizaRevistaIU.visualiza&revista_id=3) s/p. Acceso 22 de mayo de 2011.

THOMPSON, John. **Ideology and Modern Culture: Critical Social Theory in the Era of Mass Communication**. California: Stanford University Press. 1990.

TUSÓN, Amparo. **El estudio del discurso oral** en Signos, Teoría y Práctica de La Educación- N° 2 - enero - marzo 1991 - ISSN: 1131-8600 [http://www.quadernsdigitals.net/index.php?accionMenu=hemeroteca.VisualizaRevistaIU.visualiza&revista\\_id=3](http://www.quadernsdigitals.net/index.php?accionMenu=hemeroteca.VisualizaRevistaIU.visualiza&revista_id=3) s/p. Acceso 22 de mayo de 2011.

VALENZUELA, José M. (coord.). **Los estudios culturales en México**. México:FCE: 2003.

VAN DIJK, Teun A. **Ideología. Una aproximación interdisciplinaria**. Barcelona: Gedisa.1998.

# ENTRE AS RELAÇÕES DE ENSINO DA LÍNGUA E AS REPRESENTAÇÕES DOS PROFESSORES TERENA, O MOVIMENTO IDENTITÁRIO

**Alessandra Manoel Porto<sup>1</sup> e Vania Maria Lescano Guerra<sup>2</sup>**

Neste trabalho nos propomos a analisar as representações de língua e linguagem no discurso de professores Terena, da Região Aquidauana - MS, enquanto mecanismos de controle e de defesa de uma etnia minoritária frente à sociedade hegemônica. O procedimento metodológico recorre ao método genealógico foucaultiano (1987, 1990, 1992, 1997), às noções de identidade e subjetividade abordadas por Bauman (2005), à discussão sobre o indígena na luta pela terra (Autor, 2010), às questões de língua discutidas por Cavalcanti e César (2007), Coracini (2003, 2007) e Derrida (1996), numa visão transdisciplinar. Alguns resultados observados assinalam que os professores indígenas têm alteradas as suas formações discursivas e suas ideologias, bem como as suas identidades docentes a partir de suas relações com a sociedade dominante como efeito de espelhamento.

Uma identidade nunca é dada, recebida ou alcançada, não, apenas existe o processo interminável, indefinidamente fantasmático, da identificação. Qualquer que seja a história de um retorno a si ou a sua casa [...] *imaginamos* sempre que aquele ou aquela que escreve deve já saber dizer *eu*. Em todo caso, *a modalidade identificatória* deve já estar ou passar a estar assegurada: assegurada da língua e na língua. (DERRIDA, 2001, p. 43) (Grifos do autor)

---

**1** Professora da Faculdade de Tecnologia de Jales-SP, Mestre em Letras pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

**2** Professora do Curso de Letras da Universidade do Estado de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas. Atua no Programa de Pós-graduação em Letras do mesmo Campus. É doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP de Araraquara.

Temos por objetivo problematizar o processo de construção da identidade dos docentes da etnia Terena, com formação superior oferecida pela sociedade dominante, mas que “resguardam” a identidade étnica. A fundamentação teórica transdisciplinar desta pesquisa<sup>3</sup>, a partir das perspectivas discursiva e culturalista, traz estudos de Coracini (2003; 2007), Eckert-Hoff (2008), Foucault (1990, 1992) e Bauman (2005).

Para melhor entendimento das condições de produção dos discursos ora analisados, retomemos um fato da história da colonização do Brasil pelos portugueses: a língua portuguesa foi “imposta” aos índios como premissa da catequização, conforme afirma Orlandi (2002), a respeito desse evento, em que a ideologia implícita na ação de catequizar era a da ocupação territorial e implantação da língua nacional por Portugal.

A etnia Terena, atualmente, concentra a maior parte de sua população na Região Aquidauana, em Mato Grosso do Sul. Descende do tronco linguístico Aruaák, originário do Chaco Paraguaio, que se subdividiu em outros subgrupos (Guaná e Txané), dos quais temos o povo Terena que se instalou no centro-oeste do estado (OLIVEIRA, 1976). Atualmente, o povo Terena passa por mudanças significativas na educação, uma vez que, no Brasil, do século XVI até praticamente metade do século XX, a educação escolar indígena esteve pautada pela catequização, pela civilização e pela inserção forçada dos índios à sociedade nacional: sempre negando a diferença e, assim, tornando-os “brasileiros”, obrigava-os a refutar a sua identidade étnica. Somente em anos recentes esse quadro começou a mudar e pôde contar com várias experiências nas diversas regiões do Brasil, constituindo projetos educacionais adequados à realidade sociocultural dos grupos indígenas por meio dos estudos da interculturalidade e do bilinguismo, fundamentados em relevantes documentos legais, dentre eles, citamos a Constituição de 1988, a LDB 1996 e o Parecer 14/99 (BRASIL, 1999).

---

3 Parte integrante da pesquisa financiada pelo CNPq, “O processo identitário do indígena de Mato Grosso do Sul: análise documental e midiática da luta pela terra” (Processo: 471597/2010-4), sob a nossa coordenação.

Como ponto de equilíbrio, o ensino bilíngue, no contexto indígena, situa-se entre os valores culturais representados pela língua materna e os saberes universais veiculados pela língua nacional. Há que se atentar, no entanto, para situações distintas de bilinguismo instauradas nas comunidades constituintes da mesma etnia, haja vista que a relação dos indígenas com as línguas terena e portuguesa difere-se de uma comunidade/aldeia para outra: na maioria das escolas das aldeias da Região Aquidauana (Cachoeirinha, Lagoinha e Água Branca) em que atuam a maioria dos sujeitos entrevistados (professores indígenas graduados no Curso de Normal Superior Indígena), as referidas comunidades são falantes da língua terena e da língua portuguesa; nelas, tanto os professores quanto os alunos utilizam-se das duas línguas em sala de aula e fora da escola também; já nas demais escolas das aldeias Lalima, Limão Verde e Aldeinha, também da Região Aquidauana, o que de fato existe, na “grade curricular”, são as disciplinas *Língua Terena* e *Língua Portuguesa*. Nesse caso, há o ensino da língua materna (Terena), mas a língua de instrução para o ensino de todas as demais disciplinas do currículo é a língua portuguesa, embora todos os sujeitos entrevistados nesta pesquisa, com exceção de apenas um deles, sejam bilíngues.

O bilinguismo, muitas vezes, não é vivido com tranquilidade, pois a aparente vantagem de falar duas línguas esconde conflitos identitários difíceis de explicar. Na literatura especializada, muito se tem escrito sobre a questão do bilinguismo. Apesar disso, não há, até hoje, uma concepção clara do fenômeno. No ensaio “O monolinguismo do Outro ou a Prótese de Origem”, de Jacques Derrida (1996/2001), deparamo-nos com hipóteses que julgamos ser de grande relevância para essa questão. O filósofo francês reflete sobre a relação entre língua e identidade, levando em consideração aspectos migratórios e constelações complexas de filiação a uma determinada cultura ou nação.

Na obra derrideana, não é tratada somente a questão do bilinguismo; o autor procura formular princípios gerais da relação entre língua e identidade. É especialmente nessa visada desconstrutivista mais ampla que os conflitos vividos pelos terena podem ser estu-



dados. Derrida afirma que uma pessoa, mesmo conhecendo várias línguas, tende a falar apenas uma, na qual procura encontrar sua significação plena. Tal “idioma absoluto”, no entanto, permanece inatingível e, portanto, se configura apenas como “promessa” (DERRIDA, 2001, p. 100), uma vez que a língua não constitui uma propriedade natural do indivíduo da qual ele poderia apossar-se inteiramente. Segundo Derrida, a língua origina-se do outro e sempre retorna a ele, fato que impede sua assimilação total e perfeita.

É a partir do contexto histórico em que a comunidade Terena está situada – implantação e reestruturação de escolas indígenas nas aldeias, formação superior de professores indígenas (além de pós-graduação) e projetos de fortalecimento da língua materna – que se esteia a nossa pesquisa.

É na esteira da discussão apontada que buscamos, preliminarmente, em estudos de Coracini (2003), a noção de língua materna e a sua relação com outra no caso do bilinguismo:

Língua materna significa etimologicamente língua da mãe, ensinada pela mãe [...]. Na escola, tem-se assumido como língua materna aquela em que a criança foi alfabetizada, língua que coincide, em muitos casos, embora nem sempre, com o registro oficial – padrão – do país em questão; outras vezes, com a língua nacional, sem levar em conta a primeira língua em que a criança aprendeu a falar. [...] “Língua materna” indica também a primeira língua adquirida, mas há casos – e são inúmeros – em que a criança aprende duas ao mesmo tempo (situações de bilinguismo). (CORACINI, 2003, p. 145).

O fato que nos chama a atenção é que, no caso dos Terena, a situação bilíngue instaurada traz imbricada uma língua na outra, a saber: nem sempre a língua materna em algumas aldeias da etnia é a língua terena, do mesmo modo que, em outras, não é a língua portuguesa. Isso porque, dentre as aldeias pesquisadas da Região Aquidauana, não há comunidade que só fale em Terena, no entanto, ela é considerada como língua materna e a língua portuguesa como uma língua “emprestada” porque há uma intrínseca relação (equivocada) da língua com a identidade indígena.

“Não falamos nunca senão uma língua – e ela é dissimetricamente, a ele regressando, sempre, do *outro*, do outro, guardada pelo outro. Vinda do outro, permanecendo do outro, ao outro (re)conduzida” (DERRIDA, 2001, p. 57, grifo no original). Como a língua não nos pertence, também não podemos “estar em casa” nela, no sentido de que ela possa representar nossa personalidade. A língua também não articula ou reivindica nenhuma identidade cultural ou nacional, que poderia ser atribuída a sua comunidade de falantes e à qual poderíamos nos vincular naturalmente. “Podemos apenas nos “entregar” (DERRIDA, 2001, p. 64) à língua, na tentativa de criar a ilusão de uma fonte natural para nossa identidade”.

Derrida afirma que, nessas circunstâncias, as pessoas tendem a construir “próteses” (conforme o subtítulo do ensaio: “A Prótese de Origem”), no desejo de suprir a falta. Procura-se criar focos de identificação que compensem, de alguma maneira, a “alienação” originária. O filósofo francês sugere dois tipos de próteses: a) a “procura de história e de filiação” (DERRIDA, 2001, p. 20), isso é, a invenção de uma narrativa da história familiar e, b) uma “exigência compulsiva de uma pureza da língua” (DERRIDA, 2001, p. 64): a preocupação exagerada com a correção linguística. Tal postura advém do fato de que Derrida costuma rejeitar qualquer noção de pureza em sua obra filosófica da desconstrução: “O primeiro momento de que se chama a “desconstrução” encaminha-a para esta ‘crítica’ do fantasma ou do axioma da pureza ou para a decomposição analítica de uma purificação que reconduziria à simplicidade indecomponível da origem” (DERRIDA, 2001, p. 64).

Em síntese, elencamos as hipóteses derrideanas que servirão de base para nossa reflexão sobre os conflitos dos Terena que faremos a seguir:

1. *O monolinguismo*: tendemos a falar apenas uma língua;
2. *O outro*: a alteridade é um elemento essencial na nossa relação com a língua;
3. *A falta*: a “alienação” originária na língua gera uma sensação de falta;
4. *A prótese*: criamos próteses na ilusão de suprir essa falta.

Por isso, na perspectiva derrideana, não falamos várias línguas apenas quando mesclamos línguas nacionais, mas sempre, uma vez que precisamos nos apropriar da fala do outro para poder significar. Verifica-se aqui que dentro da ótica desconstrutivista não há argumentos substanciais para distinguir o bilinguismo de outras formas de domínio linguístico, já que todos os falantes são considerados indivíduos plurilíngues que desejam alcançar sua monolíngua.

Embora não seja nosso objetivo levantar dados que atestem ou não a vitalidade da língua Terena, para que compreendamos melhor a problemática da L1 (terena) e da L2 (portuguesa) e o lugar que elas ocupam, é relevante citarmos o caso de duas aldeias que se distanciam por quatro quilômetros, mas que há uma distinta relação com as línguas terena e portuguesa, a saber: na Bananal, a comunidade comunica-se em terena. Nela, a língua terena é utilizada nas reuniões religiosas, de lutas pela terra, no convívio familiar e na escola, é concebida pela comunidade como língua materna (L1); já na aldeia Ipegue, a língua portuguesa é que ocupa esse lugar e o Terena passa a ser apenas substrato linguístico, pois foi “substituído”, restando somente vestígios da língua terena: é “ensinada” na escola na condição de L2, falada pela minoria (dentre esta, os mais velhos e em situações mais informais/familiares).

Ressaltamos ainda que os Terena, além de pertencerem a um grupo culturalmente distinto do branco, diferem de outros grupos étnicos também. Eles são constituídos por particularidades das quais destacamos a estratégia de mobilidade político-linguística, isto é, utilizam-se (ou tentam, pelo menos) das duas línguas que propiciam essa mobilidade. Assim, a luta pela sobrevivência da língua Terena vem sendo articulada e ganha novas representações pelos indígenas, ao longo da história, conforme as políticas e as representações sobre os indígenas pela sociedade hegemônica, sobretudo, pela relação identidade e língua.

É característica dos Terena, conforme asseveram Ladeira e Azanha (2004), a mobilidade, traço que favorece os estereótipos sociais referenciados a eles como aculturados e índios urbanos, mas que reafirmam a resistência de um povo-minoria em relação ao poder

da sociedade majoritária. Podemos afirmar, de acordo com relatos orais<sup>4</sup>, que tais traços constituintes da identidade do povo Terena impulsionam sua inserção no mundo dos brancos e a luta pelo seu espaço, podendo ser caracterizado, por esses aspectos, como um povo expansionista.

A análise dos dados aqui realizada pauta-se na metodologia foucaultiana (1990; 1992), a partir dos pressupostos teóricos da arqueologia discursiva e da genealogia do poder. O corpus deste estudo é constituído de entrevistas com professores indígenas, todos com formação superior (Normal Superior Indígena), realizada *in locus* (em aldeais da região Aquidauana – MS), utilizando-se de recursos midiáticos (gravador, *notebook* e microfone) para coleta dos dados, além de um questionário pré-organizado, com questões que abordavam o tema língua e sua relação ou não com a identidade indígena. A transcrição dos dados (sequências discursivas) foi realizada por nós e procurou ser o mais fiel possível aos alongamentos, à altura da voz e às ênfases, fatores significativos nesse gênero textual. Assim foram representados: letras maiúsculas, ou seja, caixa alta (tom enfático), reticências (pausa simples) e dois- pontos (pausa alongada), com base nos estudos de Preti (2001).

Esclarecemos, ainda, que, ao nos referirmos à língua Terena, designamo-la como **L1**; à língua Portuguesa, coube a designação **L2**. Esse modo de referência foi selecionado para que se evitem ambiguidades nas questões de língua materna e segunda língua, uma vez que as condições de produção alertam-nos para a possível problemática: a concepção de língua materna varia dentre as comunidades da etnia, ora a nomenclatura refere-se à língua Terena, ora à língua portuguesa, haja vista que, mesmo as comunidades não falantes da língua Terena a consideram como materna devido à relação da língua com a identidade.

Nesse cenário de “disputa” e “escolhas” – qual língua (L1 ou L2) seria a “mais adequada e em quais situações”? Instaura-se mais uma

---

4 Esses relatos foram coletados em entrevistas realizadas com um grupo de professores Terena no período de 24 a 26 de agosto de 2010, cujos enunciados compõem parte do *corpus* desta pesquisa.

vez a batalha política linguística dos Terena, povo constituído por grande poder de mobilidade (talvez o ethos dessa etnia) em pleno século XXI, com indígenas de ambos os sexos, em busca por formação superior, particularmente na área de Educação e, ainda, por iniciativas de projetos para fortalecimento da língua Terena.

### **As questões da língua e da linguagem e seus fundamentos**

As questões sobre a representação de língua, a partir dos estudos iniciados no século XVII, com o advento da gramática de Port-Royal, segundo Cardoso (1999), passaram a ser decisivas para se compreender a estrutura e o funcionamento desta e suas inúmeras possibilidades de uso, concebida, a partir de então, para além se sua estruturação linguística, com estrutura finita, mas como algo necessário, com função e condição de comunicação, em uso na interação dos indivíduos com o mundo e com a cultura. A carga ideológica que constitui uma língua leva, simultaneamente, a representá-la como instrumento de poder.

Ao instaurar as discussões sobre a língua, trazemos também a concepção de língua de Bakhtin (2006), como uma entidade viva e signo ideológico-social, constitutiva da interação entre os sujeitos e utilizada como meio de reflexão nas diversas realidades. Como um fato social, ela existe porque há necessidade de interação, e é nesse vácuo que surge a linguagem como condição enunciativa, que cria todo o processo de interação verbal. Ainda segundo Bakhtin (2006), a linguagem está intrinsecamente ligada ao enunciado, como ato histórico e irrepetível; e é assim que se manifestam a língua no discurso, como interação dos envolvidos, como reveladora de toda a carga ideológica contida na produção discursiva, pois, em cada ação “linguageira”, as expressões adquirem sentidos distintos, marcadas pelos movimentos constitutivos da história dos sujeitos.

Nessa perspectiva, é pertinente trazermos para a discussão o conceito de “mito do monolinguismo” discutido por Cavalcanti e César (2007), que corroboram a relevância do tema em se tratando de

línguas minoritárias (a exemplo da Terena) e língua nacional (Portuguesa). Para as autoras, o mito do monolinguísmo ignora as línguas nacionais minoritárias (línguas indígenas, dialetos de imigrantes, Libras, entre outras) em favor da língua nacional, como se todos os habitantes da nação falassem uma única língua, a dita oficial. Assim, a característica da língua como um simulacro de unidade remete-nos para um viés de desconstrução da língua como pura e única, sobretudo em cenários em que há uma realidade linguística diglósica e compulsória. São configurações apresentadas semelhantes a essas que validam a afirmação de Mariani (2004, p. 27), de que caem por terra os discursos que “configura[m] o imaginário de uma unidade e de uma homogeneidade garantidora da intersubjetividade social e geográfica”. No entanto, quando falamos de língua, não se trata somente da referenciação desta na sua materialidade linguística, nem tampouco só da linguagem, como língua em movimento, mas da abordagem como discurso constituído por um cenário em que estão envolvidos a língua, o sujeito e o espaço histórico cultural e social. Desse depreendimento, segundo Coracini (2007), é que a Análise do Discurso de linha francesa (AD) evoca três áreas do conhecimento: a Linguística, o Materialismo Histórico e a Psicanálise que, articulados, têm como premissa os processos discursivos e suas relações ideológicas, ligados às relações de poder imbricados na língua que vão além da sua materialidade linguística.

Pela sua estrutura material, a língua é capaz de produzir “verdades” e registrá-las, fazer-se compreender sob os múltiplos papéis sociais e ideológicos que ocupa. Daí as palavras de Foucault sobre a escrita como testemunha, pois, para o filósofo, ela “constitui uma prova e como que uma pedra de toque: ao trazer à luz os movimentos do pensamento, dissipa a sombra interior onde se tecem as tramas do inimigo” (FOUCAULT, 1992, p. 131).

Nessa direção, afirmamos com Foucault (1987, p. 56) que o discurso não pode mais ser concebido como conjunto de signos, mas como uma prática que envolve outros objetos; em especial, como instância histórica e social. O discurso é a junção de saberes, organizando-se como práticas discursivas que revelam, por meio de

escolhas lexicais, qual relevância ou qual silenciamento discursivo deve ser dispensado a determinados acontecimentos, à medida que o próprio sujeito assume uma posição discursiva. É desse emaranhado que surge o conceito de formação discursiva. Assim,

sempre que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão e se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições, funcionamentos, transformações) entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, teremos uma formação discursiva (FOUCAULT, 1987, p. 43).

Por meio do discurso, nessa perspectiva, o sujeito (inserido/ parte da história) despe-se e desnuda suas identidades, mesmo que inconscientemente. Na concepção (pós)moderna, não há mais uma identidade fixa, essencial ou permanente. A esse respeito, Coracini (2007) afirma que a identidade torna-se uma “celebração móvel”, mesmo que o sujeito prime pela (in)alteração de valores, porque tem a ilusão de que é um sujeito com identidade definida, acabada. Há um esfacelamento daquela identidade definida porque a própria necessidade de interação social exige ou o momento histórico requer; no entanto, os conflitos surgem porque nem sempre a representação ostentada coincide com aquela que o sujeito gostaria de ter ou de “representar”.

Bauman (2005, p. 38) assevera que a identidade do indivíduo moderno passa por um enfrentamento, que ele denomina ambivalência das identidades, “bênçãos ambíguas”, pois estas “oscilam entre o sonho e o pesadelo, e não há como dizer quando um se transforma no outro”. Essa concepção instiga-nos a trazer em pauta os estudos de Guerra (2010, p. 72) sobre o indígena sul-mato-grossense, como sujeito que se encontra num “entre-lugar identitário, nesse entre-espaço cultural e histórico: “nem branco”, “nem bugre”. Esse sujeito, diante das complexidades sociais, das pressões da sociedade hegemônica, mas também como sujeito do desejo do outro, são sujeitos sucumbidos, segundo a teoria do mito Narciso-Vampiro introduzida por Eckert-Hoff (2008):

Narciso é símbolo da atitude autocontemplativa, introvertida e a absoluta que aflige o sujeito [...] é a incapacidade de reconhecer o outro, alerta para a ilusão da inteireza, para a fascinação do eu que se afoga em si-mesmo-no-Outro. O mito do Vampiro [...] é a incapacidade de reconhecer a morte: a morte é, ela mesma, a ausência de significado, a impossibilidade de simbolização.” (ECKERT-HOFF, 2008, p. 68).

O duplo Narciso-Vampiro representa a dualidade vivida pelo sujeito, ora como desejo de mostrar-se ao outro, ora como receio de não ser visto. Esse posicionamento de se mostrar e de se esconder remete-nos à metáfora do camaleão, também discutida por Eckert-Hoff (2008), cujo aspecto da alteração das cores nada mais é que uma camuflagem de proteção contra o inimigo, ou seja, de uma ação ideologicamente engendrada de retaguarda – às vezes deixa de ser um (índio/L1) para ser outro (branco/L2) e vice-versa.

A dualidade, acentuada pela política linguística dos Terena ancora-se nos reflexos do bilinguismo diglósico e compulsório estudado por Nincao (2008): o fenômeno ocorre numa situação em que há, no cenário, duas línguas, sendo uma minoritária e outra majoritária. Podemos asseverar que tal ocorrência instiga o sujeito à escolha de uma língua em vez da outra e que as causas fundantes dessa escolha não são aleatórias; elas se ancoram nas relações de poder construídas ao longo da história, tanto pelas ideologias da sociedade dominante (com ênfase no poder público), como também nas estratégias ideológicas de sobrevivência das comunidades étnicas, que nem sempre são respeitadas ao mesmo tempo em que são forçadas a “optar” por fazer uso da língua portuguesa (MAHER, 2006). A “escolha” da L2 em vez da L1 no início dos aldeamentos instiga o indígena do século XXI a rever a opção, em virtude do espelhamento da sociedade - o índio “verdadeiro” fala a língua indígena. Como a língua, nesse espaço, “ganha” outra concepção, avaliamos, pelas palavras de Foucault (1992, p. 142), que “o contraste desejado não exclui a unificação”. Assim, recorremos ao postulado do autor para compreender como as relações de força e poder permeiam as discursivizações, que, a partir das regularidades do arquivo, fazem emergir um discurso tenso



e contraditório, tal qual assevera Coracini (2007), ora como gozo, ora como estranhamento.

Da perspectiva lacaniana, entendemos “mais gozar” como a condição do sujeito que deseja um “objeto-a-mais”, compreendido como causa do desejo e do gozo (ECHERT-HOFF, 2008), aqui problematizado como o desejo de se alcançar um outro mundo, por meio da linguagem, como uma forma de se estar no outro, bem como de sair do “eu”. Tal desejo se estabelece por meio da falta, daí a ação de busca. Contudo, trata-se da manifestação inconsciente do querer-saber que gera poder, e necessariamente distinção dentro de um grupo social, bem como a sensação de completude. Dito de outro modo, um sujeito que vê no outro a possibilidade de completude e de gozo.

Vale dizer que todo sujeito se constitui de fragmentos de uma história, de sombras, de acontecimentos, uma descontinuidade, uma história de vida, em que o sujeito se reencontra e se perde. Assim, a análise de um campo discursivo busca compreender o enunciado em sua singularidade de *acontecimento* (FOUCAULT, 1987, p. 31,), procurando elucidar as condições de sua emergência e estabelecendo relações com outros discursos. Para o autor, um enunciado é sempre *acontecimento*, uma vez que abre espaço para sua inscrição na memória já que é suscetível de repetição, transformação e reativação, sobretudo porque está ligado ao *interdiscurso*, ou seja, a outros enunciados que vieram antes e depois dele ou, no dizer de Orlandi (2009, p. 30): “aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente”. Ligada à memória discursiva encontra-se a noção de arqui-vo, aqui abordado pelas lentes foucaultianas como aquilo que

faz com que tantas coisas ditas por tantos homens, há tantos milênios, não tenham surgido apenas segundo as leis do pensamento, ou apenas segundo o jogo das circunstâncias, que não sejam simplesmente a sinalização, no nível das *performances* verbais, do que se pôde desenrolar na ordem do espírito ou na ordem das coisas (FOUCAULT, 1987, p. 146).

Na atualidade, há toda uma discursividade no que se refere à identidade cultural, questão esta firmemente debatida na teoria so-

cial, sobretudo no que diz respeito à constituição das identidades étnicas, de minorias ou grupos marginalizados. Falar sobre sujeito na (pós)modernidade é abordar um tema complexo e até mesmo polêmico. Isso porque nós, ocidentais, vivemos em uma cultura baseada ainda em binarismos antagônicos em que cada ser ou objeto se distingue dos demais, *a priori*, pela diferenciação (bom/mau, homem/mulher, certo/errado, etc.). Nessa perspectiva, Eckert-Hoff (2008) pontua:

Falar em pós modernidade, portanto, implica designar algo que não é fixo e não pode ser sistematizado, já que não se trata de uma filiação a um modelo acabado e fechado; trata-se sempre e inevitavelmente, de uma contradição, uma descontinuidade, um curto-circuito de sentidos, o que implica um deslocamento com relação à racionalidade da ciência moderna e com relação às verdades instauradas na cultura ocidental (ECKERT-HOFF 2008, p. 39).

Contudo, os processos de identificação não são construídos a partir da anulação de uma identidade em detrimento de outra, mas pela imbricação de imagens identitárias que se mesclam (de)formando o sujeito, via o inconsciente, daí a impossibilidade de ser o que se deseja, ou de se mostrar como se quer ser visto. Dessa forma, além de perscrutar caminhos que envolvem questões históricas e culturais, a análise de discursos realizada neste trabalho mostra também a seleção de vocábulos e de determinadas expressões e construções sintáticas nos excertos a serem analisados, posto que a materialidade discursiva de tais enunciados constitui-se em relevante “pista” que levará ao objetivo proposto.

### **A representação da língua (Terena e Portuguesa) como mecanismo de controle dos sujeitos**

Trazemos para esta discussão, apenas dois excertos transcritos por nós, parte dos dados coletados na entrevista com professores Te-

rena, integrante da dissertação de mestrado intitulada “Um olhar discursivo para as representações de língua e linguagem de professores Terena”, defendida no Programa de Mestrado em Letras da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Os recortes remetem ao discurso de dois professores graduados em Normal Superior Indígena (o primeiro deles, pós-graduado em Ciências Sociais), falantes da língua Terena, e tanto os professores como as sequências discursivas a serem apresentadas foram selecionados dentre o *corpus* (entrevista transcrita), por atenderem aos objetivos deste trabalho. Os recortes foram organizados em **SP1** e **SP2**.

Inicialmente, apresentamos o discurso de **SP1**, que, via memória discursiva, a partir do questionamento “Professor, como você vê a relação dos Terena com a língua materna (L1) e a língua portuguesa (L2)?”, faz menção à escolha da L2 pelos antepassados, refutando a L1 por temer o futuro da etnia. Tanto em relação ao passado como ao presente, a L2 é, no entanto, concebida em seu discurso como recurso estratégico de controle (defesa e sobrevivência) para o enfrentamento da sociedade dominante, a saber:

**SP1-** [...] a língua portuguesa... primeiro pra defesa... segundo pro próprio comunicação... com o mundo do branco... né... [...] defesa no sentido assim... ah: se... se eu não sei nenhuma língua... como... não falo... nem entendendo a língua portuguesa como é que eu vou comunicar com você... que eu vou me defender... [...] ...e até mesmo de defesa atualmente hoje... serve sim... a língua é importante porque por exemplo se nós tamo num mundo... a:... branco... [...]:... então nessa preocupação os pais também já... começaram em casa falar um pouco da língua portuguesa pra quando eles chegar na escola eles não tenha uma grande dificuldade como os pais passaram... para exatamente... questão profissional... questão de integração... questão de relacionamento com outras pessoas que não seja Terena... então: é isso é... fundamental... na época foi uma perda para nós... mas foi uma estratégia... digamos assim... de sobrevivência do povo Terena.

Podemos constatar, no discurso de **SP1**, a referência à L2 como meio estratégico dos Terena para ter acesso ao “mundo do branco”.

O discurso é marcado, ideologicamente, a partir da materialidade linguística – *defesa, defender, questão profissional, questão de integração, questão de relacionamento, estratégia, perda e sobrevivência* –, pelo discurso de guerra ou batalha, em que se trava uma luta contra um inimigo. Por meio da escolha lexical, analisamos o teor do discurso de **SP1**: como a L1 é considerada característica primeira para demarcar a identidade indígena, a L2 configura-se como “ameaça”, representando o branco e, assim, aprendê-la ou refutá-la provoca um conflito identitário interior; daí todo o discurso ser permeado por escolhas lexicais que nos remetem a um discurso de combate.

A ideologia imbricada na sequência discursiva denuncia um momento tenso, pois a defesa proposta pelo sujeito é algo ameaçador mas que deve ser enfrentado; caso contrário, haveria consequências maiores. Desse modo, compreendemos, à luz das ponderações de Foucault (1990), que o discurso não é neutro; ele ganha força no centro de uma prática discursiva com o objetivo de fomentar a verdade. A “batalha”, referendada pelo sujeito, é enunciada, via memória discursiva, por dois momentos, materializada pelos itens lexicais *na época e atualmente boje*. Embora **SP1**, nesse excerto, não relate os acontecimentos que o fazem dividir seu discurso, na linha do tempo, em dois marcadores temporais distintos, depreende-se que ele afirma ser uma estratégia utilizada pelo povo Terena em relação ao fato de a língua ser falada numa situação de mobilidade, tanto no passado como no presente: defesa e sobrevivência da etnia, já que as relações com a sociedade dominante não poderiam ser mais evitadas.

Em outras palavras, há a instauração de relações de poder ao ser aceita essa condição de mobilidade pelos Terena, como assevera Foucault (1997, p. 241): “a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa”. Para **SP1**, a escolha da L2 nos dois momentos não significa refutar a L1, mas sim, (res)significar-se numa estratégia de controle para garantir que consigam permanecer índios (NINCAO, 2008).

Para ainda confirmar a relação de poder instaurado, o dizer de **SP1**, em *defesa no sentido assim... ab: se... se eu não sei nem uma língua... como... não falo... nem entendo a língua portuguesa como é que eu vou comunicar com você... que eu vou me defender*, traz a representação da L2, pelo sujeito-professor, como elemento essencial para que o branco não “trapaceie” o índio. Há uma busca, via memória discursiva, do “período de escravidão” citado por Oliveira (1976), em que os Terena, por não terem terra suficiente para o sustento da família, foram levados a trabalhar nas fazendas; como falavam pouco a L2, a comunicação era dificultada e, sem ela, os indígenas eram sempre vítimas de subornos. O vocábulo *você* remete às vozes do branco: não importando a classe social a que pertença, o branco do ontem e o branco de hoje, ele é uma ameaça que só pode ser neutralizada pela igualdade da língua que se fala: a L2.

Vale problematizar, ainda, as sequências discursivas *se eu não sei nenbuma língua e não falo... nem entendo a língua portuguesa*, em que **SP1** não se refere apenas à L2, mas a qualquer outra língua falada pelo branco. A recorrência da negação, materializada por *nenbuma, não, nem*, provoca, no discurso, um “despimento” do sujeito, que se apresenta como sinônimo de nada, de ninguém, posição que só é revertida no momento em que fala uma língua que o branco fala, como sentimento de igualdade e de completude. Compreendemos, então, que o imaginário social desse sujeito passa a ser habitado por autorrepresentações tanto positivas quanto negativas em relação ao outro/branco pelo falar da L2, constituindo o que postula Coracini (2003: 207): “certamente, por um desejo inconsciente de encontrar um lugar (quase) perfeito, mas também, por experiência dos outros mais do que por sua própria experiência; pela interpretação dos outros, pelas representações veiculadas pela mídia”.

A menção à L2 é, no entanto, feita diretamente quando **SP1** explicita a estratégia utilizada pelos indígenas no passado quando ela foi sinônimo de minimização dos casos de “escravidão”, vividos pelos patrícios, o que vem marcar diretamente a conduta dos mais velhos em relação à nova geração: *então nessa preocupação os pais*

*também já... começaram em casa falar um pouco da língua portuguesa.* Há uma visão de mobilidade na concepção dos pais, como geração mais velha, trazido pelo discurso de **SP1**, ou seja, se não propiciassem a aprendizagem com a L2, teriam as mesmas dificuldades encontradas pelos pais. A esse respeito, Bauman (2005: 57) assevera que “é preciso acreditar que é adequado confiar em escolhas feitas socialmente e que o futuro parece certo”. Na assertiva apresentada, fica clara a política linguística articulada pelos Terena de que a aprendizagem da língua do colonizador/branco seria indispensável para a sobrevivência do grupo, como *ethos* do povo Terena.

Mesmo coadunando-se com a atitude dos antepassados, **SP1** não esconde que, embora o evento representasse refutação aos olhos de quem estivesse externo a ele, foi uma conduta sábia dos mais velhos. Em: *na época foi uma perda para nós... mas foi uma estratégia*, a expressão “perda para nós” pode ser compreendida como uma refutação da L1, consideradas as consequências sobre o “hoje” – aqui-agora: nem todos da etnia podem marcar a sua identidade dentro dos princípios eleitos pelos próprios índios, que é serem falantes da L1.

A sobrevivência só é abordada pelo sujeito ao final da sequência discursiva – *digamos assim... de sobrevivência do povo Terena*; no entanto, podemos compreender que, a todo momento em que **SP1** usou o vocábulo “defesa”, havia uma FD imbricada dessa “ideologia”, ou seja, mecanismos de controle para que houvesse sobrevivência. Mais uma vez, recorremos ao postulado de Foucault (1987, p. 136), que define uma FD como “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época, e para determinada área, social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa”. Nessa perspectiva, é pertinente incluirmos, nessa discussão, os fundamentos do discurso, na conjuntura do interdiscurso, materializado no intradiscurso por **SP1**, apontando a L2 como referente, no excerto apresentado, recategorizada por meio de nomes relativos aos processos cognitivos: *defesa, comunicar com você, nessa preocupação, questão profissional, questão de inte-*

*gração, questão de relacionamento e isso*, que têm como referente a “língua portuguesa”. Como não podem ser analisados fora do discurso (porque remetem a suposições e hipóteses discutidas dentro do discurso), fora dele não constituem uma associação semântica, nem tampouco uma repetição.

Pode-se depreender, a partir das escolhas lexicais propostas por **SP1**, que os efeitos de sentido se estreitam para a complexidade e o conflito interior vividos pelo sujeito, pois, nas recategorizações articuladas por ele para se referir à problemática da L1 entre os indígenas, a presença de FDs denuncia um discurso tenso, em “que o sujeito é sempre constituído por seus duplos: tudo é não-coincidência entre a pessoa e seu nome, entre o eu e o sujeito, entre a língua e sua cultura”. (ECKERT-HOFF, 2008, p. 66). São as relações de poder que se fazem instaurar em determinados momentos da história, a partir dos acontecimentos, que determinam as possíveis (re)ações dos sujeitos.

Vale notar que, também, o discurso de **SP2** traz a representação da L2 como mecanismo de controle, que agrega a questão da língua à sobrevivência da etnia. Para ele, a exemplo do discurso do professor Genésio, trazido por Nincao (2008), sendo a L2 a língua majoritária, somente conseguirão ser índios se a “dominarem”, como veremos a seguir na resposta de **SP2** à questão “Professor, como você vê a relação dos Terena com a língua materna e a língua portuguesa?”:

**SP2-** [...] então a linguagem ela é muito importante... eu tenho que dominar a minha linguagem e também da sociedade... entendeu... [...] porque sem a linguagem da sociedade envolvente a gente também não consegue sobreviver... porque você tem que fazer documento... ofício pro prefeito... ofício pra secretaria da educação e vários outros... entendeu... eu acho assim que é: por isso que a gente tem que dominar... [...]

Há um diferencial no discurso de **SP2** quanto à escolha lexical, ou seja, embora fale da língua, o sujeito usa o termo “linguagem” (como sinônimo); todavia, pela discursividade apresentada pelo sujeito-professor, as construções ideológicas trazidas por **SP2** estão

mais próximas da concepção de linguagem do que de língua, uma vez que o sujeito não discute apenas a estrutura da língua em si, mas como ele a torna “viva” na sua funcionalidade.

Ao observarmos a sequência discursiva *eu tenbo que dominar a minba linguagem e também da sociedade*, a compreensão do outro, discutida por Bakhtin (2006), coaduna-se com o dizer de **SP2**, pois, para o sujeito, o domínio de si e do outro só ocorre por meio da linguagem. Imbricado pelo discurso de poder, por meio da perfrase de modalidade deôntica *tenbo que dominar*, FD comum nos discursos de luta pela conquista de territórios, de terras, esse dizer vem revelar, pela dispersão, a ideologia da qual é constituído o discurso de **SP2**: somente a L1 não completa a identidade do sujeito; ele necessita do outro, mesmo que seja estranho, para se constituir. O “domínio” da *minba linguagem* refere-se à L1, que, embora citada em primeiro plano, encontra-se no mesmo patamar que a L2 e outras línguas (possivelmente o inglês e o espanhol, porque ambas também estão contempladas no currículo escolar dos Terena), línguas *também da sociedade*. Esse posicionamento de **SP2** remete-nos a um “gesto de interpretação”: o sujeito passa por uma espécie de reinvenção do “eu”, dentro dos valores da (pós) modernidade e, de repente, muitos dos valores nele arraigados – comuns a povos de culturas consideradas diaspóricas, segundo Bhabha (2010) – promovem situações de cisão, ora positivas, ora não, dependendo da perspectiva.

Levando em consideração a política linguística dos Terena e, por meio dela, as conjunturas de poder, o “desejo imposto” pelo sujeito a si mesmo – *tenbo que dominar a L2* –, torna-se nítido que ele sabe do poder que lhe confere o ser proficiente também na língua de prestígio, o que lhe é caro e desejável.

Desse modo, a justificativa plausível encontrada por **SP2** para argumentar a sua posição de aceitação/necessidade de conviver com duas ou mais línguas pode ser observada em *porque você tem que fazer documento... ofício pro prefeito... ofício pra secretaria da educação e vários outros*. A ideologia constituída no sujeito-professor é a de que ele sabe que a sociedade dominante, referenciada



pelas vozes inscritas em *prefeito*, *Secretaria da Educação* e *vários outros*, não é falante da língua Terena, porque ela é uma língua “particular”, de um grupo minoritário, e quem tem de “aprender” a língua estranha, do branco, mas de prestígio, é quem deseja ser constituído por ela. Num contexto de bilinguismo diglótico indígena, aprender a língua majoritária é realmente condição para continuar sendo índio. Essa conduta associa-se ao postulado de Foucault (1997) por meio de dois pensamentos linguisticamente distintos, mas que revelam e discutem a mesma ideologia de origem: a escrita como valor de verdade e o poder, mesmo na “subserviência”.

O ato de *fazer documento* em L2 e ser compreendido pelas autoridades trazidas por **SP2**, que, de certo modo, detêm o poder, instaura, no sujeito-professor, o desejo de igualdade, possibilitado pelo domínio da L2, que é a língua da sociedade dominante. Há, nesse ato de fala e de escrita, a busca pela comprovação de uma verdade (que o indígena compreende a língua do outro - L2) e por assim ser, “permite” ser compreendido pelo outro/branco e “fazer ser ouvido” por este, como se demarcando pontos de poder do micro (Terena) sobre o macro (Branco), mas no desejo de misturar-se a ele. Dessa maneira, nas palavras de Foucault (1992, p. 150), “escrever é, pois, ‘mostrar-se’, dar-se a viver, fazer aparecer o rosto próprio junto ao outro”, mas como entidade de poder. Escrevem-se “escritas de poder” por intermédio do *fazer documento* das minorias às autoridades que têm o poder nas mãos. O domínio da L2, na ideologia de **SP2**, coloca-o como passível de mobilidade naquilo que o fortalece, ora como defesa, ora como sobrevivência: a língua.

Os equívocos e lapsos na sequência discursiva de **SP2** podem ser observados de modo crescente, pois ao testificar a necessidade de aprender a L2, o sujeito não se restringe à comunicação cotidiana (*banco, mercado, lojas*), mas a instâncias de poder (*prefeito, secretaria de educação*), ou seja, mobiliza a aprendizagem da L2 como macro poder.

**SP2**, como sujeito do século XXI, representa o indivíduo que busca sobreviver (entendamos sobreviver como um ato amplo em que se conjugam vida e cultura) em meio às identidades fragmenta-

das, concebendo o outro, embora estranho, como constituinte de sua identidade, indivíduo definido por Eckert-Hoff (2008, p. 40) como “um sujeito camaleônico”, que, como camaleão, “muda constantemente de forma e de cor. Nessa metamorfose, ele não deixa de ser um para ser outro, pois um está imbricado no outro, é sempre o mesmo no diferente e o diferente no mesmo”.

A metamorfose dos sujeitos, num contexto de minoria linguística, representada pela escolha da proficiência na língua majoritária, marca a representação da língua, no caso, a L2, como mecanismo de controle, sujeitos compostos, conforme Bhabha (2010), marca latente de mobilidade dos mecanismos de controle. Coracini (2007, p. 61) argumenta que o “sujeito é, assim, fruto de múltiplas identificações - imaginárias e/ou simbólicas” que vão se entrelaçando e construindo por meio do inconsciente, a subjetividade. A autora afirma que a identidade só se torna possível pela ilusão de pertença a um determinado grupo, uma vez que o sujeito se constitui no/pelo olhar do outro que é semelhante e diferente de si mesmo, simultaneamente, afirmando uma identidade em oposição a outras pelas maneiras de se representar e apresentar o mundo à sua volta e que dá sentido às suas práticas sociais.

Em entrevista concedida ao jornalista italiano Benedetto Vecchi, Zygmunt Bauman (2005) faz diversas considerações sobre a questão da identidade, desde o momento em que as pessoas começaram a ter noção de suas próprias identidades até os dias atuais, quando a humanidade oscila entre diversas “identidades” que são impostas ou oferecidas. O autor afirma que questões acerca da identidade só surgem quando os indivíduos são expostos a “comunidades da segunda categoria” (BAUMAN, 2005, p. 17), quando são obrigados a absorver traços identitários que sejam adequados a essa situação ou quando são confrontados com uma possibilidade maior de comparações e escolhas que passam a “guiar” sua identidade. No nosso caso, a coexistência do branco com o índio propiciou que este último pudesse observar e fazer suas escolhas no que se refere à questão identitária; antes dessa convivência, não havia essa possibilidade.

Embora haja a possibilidade de escolha de identidade para

adaptação a determinadas comunidades, Bauman (2005, p. 18) considera que estar fora de seu local ou cultura de origem faz com que o indivíduo seja considerado “deslocado” e cita, como exemplo, sua própria condição: polonês refugiado na Grã-Bretanha e perfeitamente ambientado nesse cenário, considerava-se um “estranho” dentro dele, embora também já não pudesse ser considerado polonês por ter sido privado de sua cidadania original. Sobre esse dilema, afirma: “As pessoas em busca de identidade se veem invariavelmente diante de uma tarefa intimidadora de ‘alcançar o impossível!’” (BAUMAN, 2005, p. 16). Essa condição reflete a já citada condição do índio na atualidade: não pode ser considerado completamente indígena, pois já não traz apenas sua cultura de origem, nem pode ser considerado completamente branco, pois ainda há em si marcas de sua cultura e etnia que não permitem essa completude.

Tecemos reflexões sobre as representações de língua (Terena e Portuguesa) como mecanismos de defesa na relação com o branco, no bojo da sociedade hegemônica. Chamou-nos atenção o fato de que na abordagem derrideana o bilinguismo não constitui uma categoria importante, uma vez que é absorvida por características mais gerais da relação entre sociedade, língua e identidade. Nessa visada, o fulcro deixa de ser a prática constante de duas línguas; ao invés disso, ganha relevância a “alienação” originária, a “ex-apropriação” na língua, a partir da qual todas as constelações linguísticas permanecem singulares. Tal como a “falta”, esta “alienação” originária surge constitutiva; no entanto, ela não é nem uma falta nem uma alienação, não tem falta de nada que a anteceda ou a proceda, não aliena nenhuma propriedade *a priori*. O lugar linguístico, portanto, é sempre uma construção móvel, provisória e frágil, que apenas tende a se desfazer mais facilmente quando se vive num ambiente linguístico mais heterogêneo e multifacetado, como é o caso dos povos bilíngues.

Pode-se afirmar que os discursos dos sujeitos das sequências discursivas analisadas, **SP1** e **SP2**, se constituem por meio das formações discursivas que oscilam entre o passado e o presente, via memória discursiva, mas sob dois vieses: ora a L1 é representada

como mecanismo de controle, ora a L2 é quem recebeu esse lugar, no entanto, sempre perpassada pelas relações de poder, ao longo da história.

A representação da língua Terena como mecanismo de controle remete-nos ao aqui-agora, que pôde ser observado, sobretudo pela recorrência ao espelhamento da sociedade sobre a representação do que é ser “índio verdadeiro”, que delega a este a incumbência de falar a língua indígena para que, somente “provando” a indianidade pela proficiência na L1, possa usufruir dos benefícios destinados apenas aos tutelados.

Esse mecanismo de controle vem permeado pelos discursos de defesa ao poder do branco por duas óticas: a aprendizagem da L2 e também da L1 simultaneamente, ou seja, a aprendizagem da L2 pela geração mais jovem seria a garantia de não se repetir a história dos antepassados, que, falando somente a L1, foram alvo de estereótipos e preconceitos sociais, dizimando os Terena no próprio território de reserva e da L1, como garantia da indianidade.

As assertivas sobre a aprendizagem da L2 são justificadas numa relação de poder do menor para o maior e consequentemente para o usufruto do *mais-gozar*. A ideologia que constitui a palavra *estratégia* (no discurso de **SP1** e referenciada por **SP2**) condensa a política linguística dos Terena: falar a L2 para saber o que/como o branco pensa e poder traçar autodefesa de resguardo da etnia, para ocupar espaços que o branco ocupa, negados ao indígena, enfim: saber/poder falar a L2 como manifestação de poder.

Os discursos dos sujeitos, a todo o momento, foram revestidos de uma ideologia simultânea de mecanismos de defesa e de poder, reiterando a presença da metáfora do Narciso-Vampiro contemplada por Eckert-Hoff (2008), ou seja, ao mesmo tempo em os sujeitos buscavam a autocontemplação (a exemplo de Narciso) por meio do “julgar-se capaz” e com desejos de igualdade frente à sociedade hegemônica é corrompido e não pode realizar ação de autocontemplar-se (Vampiro) porque, externando suas novas identidades, a sociedade majoritária não aceitaria e colocaria em risco as conquistas étnicas já alcançadas.

O jogo duplo de subserviência do indígena em relação ao branco, de certo modo, coloca-os numa esfera estratégica a exemplo da teoria do camaleão também citada pela autora: a camuflagem do réptil é condição essencial para sua sobrevivência, fato que não se diverge do Terena, isto é, fazer o “jogo” da sociedade dominante reforça o meio estratégico de camuflagem que garante a continuidade da etnia.

É possível compreender que as representações trazidas nos discursos dos docentes (**SP1 e SP2**) reforçam a premissa de que o discurso desnuda-os, exterioriza-os, e que a façanha ou ousadia em procurar analisá-los e tentar compreendê-los exige a observação de um imbricamento do discurso com o acontecimento, ou seja, da história desse povo desde a Guerra do Paraguai ao momento da formação e atuação do docente indígena na educação.

Ademais, a duplicidade de defesa e de poder ficaram tão emaranhadas e tão interdependentes que não podemos afirmar ser um índio Terena imutável, com identidade fixa, e mais ainda, nem tampouco definida, o que pode ser muito bem explicado pela teoria do caleidoscópio de Cavalcanti e César (2007) pela multiplicidade de cores que o objeto revela conforme o movimento/mudança deste. A constituição do docente indígena, por meio do discurso, desvela e confunde, simultaneamente, qual representação identitária que ele prima em cada momento, portanto, não é uno e nem o mesmo.

Nesse sentido, confirmamos, ainda que parcialmente, tendo em vista os dois recortes examinados, nossa hipótese de que os professores indígenas Terena da Região de Aquidauana (MS) têm alteradas as suas formações discursivas e suas ideologias, bem como as suas identidades docentes a partir de suas relações com a sociedade dominante como efeito de espelhamento. Aguardamos outras pesquisas que lancem mais luzes a essas questões que nos instigam e nos mobilizam...

## Referências:

BAKHTIN, Mikhail (Volochínov). **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12. ed. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Entrevista a Benedetto Vecchi. Trad. de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BHABHA, Hommi. **O local da cultura**. 5. ed. Trad. Miriam Ávila, Eliana L. Reis e Gláucia R. Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação\_ Lei Federal nº 9.394/96**. Brasília, DF, 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. **Referencial Curricular nacional para as Escolas Indígenas**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Fundamental, 1999.

CARDOSO, Sílvia H. B. **Discurso e Ensino**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

CAVALCANTI, Marilda C; CÉSAR América L. **Do singular para o multifacetado: o conceito de língua como caleidoscópio**. In: CAVALCANTI, Marilda C, BORTONI-RICARDO, Stella M. (Orgs). *Transculturalidade, linguagem e educação*. Campinas: Mercado das Letras, 2007. p. 45-66.

CORACINI, Maria J. R. F. **A celebração do outro**. Arquivo, memória e identidade. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. **Identidade e discurso: (des)construindo subjetividades**. Campinas: Editora da Unicamp; Chapecó: Argos Universitária, 2003.

DERRIDA, Jacques. **O monolinguismo do outro ou a prótese de origem**. Trad. Fernanda Bernardo. Porto: Campo das Letras, [1996] 2001.

ECKERT-HOFF, Beatriz M. **Escritura de si e identidade: o sujeito-professor em formação**. Campinas: Mercado de Letras, 2008.

FOUCAULT, Michel. Method. In: \_\_\_\_\_. **The History of Sexuality. Cap II**, Volume I. Translated by Robert Hurley, New York: Vintage Books, 1990, p. 92-102, [1976].

\_\_\_\_\_. A escrita de si. In: \_\_\_\_\_. **O que é um autor?** Lisboa: Passagens. 1992, p. 129-160.

\_\_\_\_\_. A microfísica do poder. In: \_\_\_\_\_. **A vontade de saber**. 12 ed. Trad. de M. T. Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1997 [1979].

\_\_\_\_\_. **Arqueologia do saber**. 3 ed. Trad. de Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987 [1969].

GUERRA, Vania M. L. **O indígena de Mato Grosso do Sul: práticas identitárias e culturais**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

LADEIRA, Maria I.; AZANHA, Gilberto E. **Cosmologia e Xamanismo**, 2004. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/terena/1045>> Acesso em 26 de fevereiro de 2012, às 15h 33min.

MAHER, Tereza M. **Sendo Índio em português...** 4 ed. In: SIGNORINI, I. (Org.). *Língua(gem) e identidade*. Campinas: Mercado das Letras, 2006, p. 115-138.

MARIANI, Bethania. **Colonização linguística**. Campinas: Pontes, 2004.

NINCAO, Onilda S. **“Kóho Yoko Hovóvo/ O Tuiuíú e o Sapo”: identidade, bilinguagem e política linguística na formação continuada de professores Terena** 2008. 222 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

OLIVEIRA, Roberto. C. de. **Do índio ao bugre; o processo de assimilação dos Terêna**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1976.

ORLANDI, Eni P. **Língua e conhecimento linguístico: Para uma história das ideias no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 8 ed, Campinas: Pontes, 2009.

PRETI, Dino. Apresentação. In: PRETI, Dino (Org.). **Análise de textos orais. Projetos Paralelos** – NURC/SP, 5.ed. São Paulo: Humanitas, 2001, p.11-12.

# PERSPECTIVA DA CRÍTICA LITERÁRIA FEMINISTA: DO ESCREVINHAR À ESCRITA

Romair Alves de Oliveira<sup>1</sup>

A produção literária de autoria feminina é um dos lugares possíveis para se traçar uma história do papel desempenhado pelo feminino no contexto social e cultural através dos séculos, no qual a mulher, na medida do possível, se revela através de sua escrita presente nas diversas áreas da sociedade. No campo das artes, mais especificamente no da literatura, discutiu-se por muito tempo se existe uma escrita feminina caracterizada por um discurso com marcas genuínas de voz de autoria feminina. A discussão em torno desta questão, mesmo quando de natureza essencialista, na qual se via a ligação mulher/natureza como justaposição da condição biológica à social, tem contribuído para se pensar e se analisar a literatura sob nova ótica, levando-se em conta as variações possíveis.

Não somente a teoria da literatura, mas a história, a sociologia, a psicologia e a filosofia oferecem subsídios para a compreensão do texto literário. Esta postura interdisciplinar compreende e considera o feminino como resultado de articulações diversas. A confluência dessas áreas do conhecimento possibilitou a retirada da escrita de autoria feminina das margens, da periferia, passando a reconhecer nessa autoria uma literatura com característica própria.

Por conseguinte, ultrapassando a barreira do silêncio a que se viu historicamente condenada, a mulher veio, lentamente, se inserindo em diversos caminhos, entre eles o da produção literária, com o objetivo de assumir uma voz própria, sua linguagem, sua escrita e seu discurso indo ao encontro da construção de textos oriundos de suas próprias experiências e contextualização do seu universo.

---

1 Professor de Literatura no Curso de Letras da Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus de Alto Araguaia. Doutor em Letras pela Universidade Federal da Paraíba.



Com tais construções textuais, a mulher passa a ser sujeito de seu próprio querer, de sua existência, de sua palavra. A autoria feminina resulta, então, de uma conquista, da afirmação do ser em meio a uma sociedade que insistia em deixar a escrita feminina invisível, marginalizada, menosprezando a escrita e a criatividade da mulher.

Com esta breve explanação, damos início ao nosso trabalho, no qual traçaremos as transformações que envolvem a produção ficcional de autoria feminina e o seu lugar no cenário literário brasileiro, uma vez que esta literatura esteve relegada à margem da literatura de autoria masculina, na qual “a sociedade não reconhecia na mulher outras aptidões a não ser a maternidade e a de senhora do lar” (STEIN, 1984, p. 22).

Iniciemos com as palavras da escritora Lygia Fagundes Telles por apresentar uma visão sobre a escrita de autoria feminina que envolve características culturais e a condição feminina brasileira, perceptíveis no fragmento abaixo:

A literatura feminina tem [...] uma fisionomia própria [...] decorrente da situação da mulher, das suas raízes históricas... a mulher vem tradicionalmente de uma servidão absoluta através do tempo e a mulher brasileira mais do que as mulheres do mundo (TELLES, 1997, p. 57).

As palavras de Lygia Fagundes Telles caracterizam, de certa forma, uma escrita de autoria feminina de um Brasil oitocentista, no qual as mulheres brasileiras não possuíam direitos autônomos. Aliás, quase direito algum, principalmente no que tange à educação escolarizada e ao trânsito, ao espaço público, predominantemente masculino.

A escrita de autoria feminina, dificilmente, poderia ser diferente do seu meio e do seu público leitor, essencialmente femininos. Daí a característica do tom confessional dado pela maioria das escritoras oitocentistas, tendo como referência seu cotidiano, seu meio (privado), seus anseios, suas queixas, sua realidade verossímil, ou seja, uma “escrita de si”, de mulher, sobre mulher e para mulher. A mulher buscava, através de escritos como diários, cartas, crônicas e até recei-

tuários, uma forma de revelar sua postura e condição na sociedade na qual estava inserida.

É através destes primeiros textos que a mulher procurava se definir como: mulher/ser mulher, ou seja, a própria representação da mulher e o papel por ela desempenhado na sociedade da época, dando visibilidade a estes estados que estão intrinsecamente ligados ao padrão masculinizante que regia os preceitos sociais do século XIX.

A literatura de autoria feminina no século XIX retrata não a questão de nação, mas a condição vivenciada pela mulher naquele século, condição essa diferenciada em relação a outros países, principalmente europeus. Devido ao contexto histórico brasileiro de resquícios coloniais, a mulher brasileira não acompanhou as transformações sociais e culturais, especificamente no âmbito educacional.

A mulher oitocentista brasileira, por “transitar” e “atuar” apenas no espaço doméstico, por não possuir uma educação adequada à arte do “bem escrever” e, ainda, por não ter tradição literária de alcance nacional, dissertava sobre coisas banais, cotidianas ao seu espaço.

A problemática que envolve a questão educacional e a condição da maioria das mulheres brasileiras é explicitada assim, por Telles, ao dizer que:

a mulher vem tradicionalmente de uma servidão absoluta através do tempo e a mulher brasileira mais do que as outras mulheres do mundo... Quando as mulheres do mundo já se comunicavam, através, por exemplo, das cartas, as correspondências das mulheres de salões, a mulher brasileira estava fechada em casa, vivendo a vida das senhoras das fazendas, da senhora da casa grande... Viviam aprisionadas. Não sabiam ler, não sabiam nem sequer escrever, não sabiam coisa nenhuma. Elas viviam numa servidão mais terrível do que as mulheres de outros países, inclusive da Europa (TELLES, 1997. p. 57).

Telles retrata, assim, historicamente, a condição da mulher brasileira, e não a sua escrita, reforçando a questão da educação

feminina precária no período oitocentista brasileiro. Embora sua observação seja válida quanto à apresentação da condição da maioria das mulheres, ela não reflete o diferencial feminino do século XIX, uma vez que havia textos de autoria feminina, de mulheres, a maioria branca, escolarizada e elitizada.

As mulheres escritoras imitavam, primeiramente, a escrita masculina e reproduziam, em seus escritos, o seu meio social. Não poderia ser diferente, principalmente, por causa da educação que lhes era ministrada e porque não eram estimuladas à cultura letrada. Mesmo quando eram escolarizadas e possuíam personalidade forte e posição econômica relevante, como foi o caso da escritora Nísia Floresta, tinham reconhecimento menor pela mídia e pelo público.

Uma das razões deste não reconhecimento é que a temática da literatura de autoria feminina estava, em princípio, relacionada aos problemas domésticos ou íntimos. Essa falta de envolvimento com questões ditas mais importantes, como, a política, história e economia, fez com que a escrita feminina apresentasse pouca relevância no cenário literário da época.

Dentre as várias leituras de obras de autoria feminina e masculina, percebe-se uma enorme diferença entre os textos de escrita feminina e masculina. Nota-se que, geralmente, os prefácios masculinos são cultos, estáveis e elegantes, independentemente do estilo, da qualidade ou, ainda, das opiniões defendidas. Nos prefácios femininos, manifestam-se o peso da culpa, o receio de ser rejeitada ou de ser ignorada, compondo um estranho jogo dissimulativo do qual procedem sentimentos recônditos que caracterizam uma modéstia meio forjada e, muitas vezes, exagerada.

Ao discorrer sobre a existência de uma voz de autoridade feminina, Nelly Novaes Coelho contempla o que apresentamos anteriormente, sem levar em conta, hoje de menor importância, a “*querelle*” da escrita feminina, ao afirmar que a base de toda diferenciação na criação artística reside na crença simplista e errônea da diferença de ordem biológica que determina a formação do homem e da mulher. Diz ela:

A primeira, sendo de estrutura forte, criativa e agressiva, evidentemente construiria uma arte idêntica à sua natureza viril; enquanto a segunda, sendo sensível, frágil, psicologicamente sutil, afetiva, ingênua, etc., criaria uma arte também delicada e frágil [...] Não é possível pensarmos em criação artística ou literária em sua verdade maior sem pensarmos na cultura em que ela está imersa. É através desta perspectiva que, sem dúvida, podemos falar em uma literatura feminina e em uma literatura masculina, pois as coordenadas do sistema sociocultural ainda vigente estabelecem profundas diferenças entre o ser-homem e o ser-mulher (COELHO, 1993, p. 14-15).

Podemos entender que, para Coelho, a questão da escrita é de ordem cultural e está na condição masculina ou feminina estabelecida pela sociedade patriarcal. Sabe-se que existe, ainda, uma linha crítica que rejeita essa divisão entre produção masculina e feminina sob a afirmação de que escrita não tem sexo. Todavia, é inegável identificar que, através dos séculos, o panorama literário tradicional remete a uma relação de desigualdade entre homens e mulheres.

O prefácio de *Úrsula* (2004), considerado o primeiro romance de autoria feminina no Brasil, da maranhense Maria Firmina dos Reis, corrobora a nossa explanação e o exposto na fala de Nelly Novaes: Reis diz que *Úrsula* é “um livro mesquinho e humilde, pobre avezinha silvestre, sem formosura, sem enfeites e com incertos e titubeantes passos” (REIS, 2004, p. 14).

Maria Firmina afirma saber “que o romance não vale quase nada, visto que é escrito por mulher, e mulher brasileira, de pouca educação e sem a conversação dos homens ilustrados” (REIS, 2004, p. 13).

Ao comparar sua obra com os escritos masculinos, Reis estabelece um jogo discursivo, estrategicamente intencional, que envolve ironia e rancor misturados a sentimentos de impossibilidade e de certeza do caráter efêmero da obra. Este jogo de palavras, sensível em oposição ao forte, jogo polissêmico, está contemplado, também, nos aspectos da fala de Coelho.

Podemos entender, nas palavras de Maria Firmina dos Reis, que

o recurso constante a fórmulas de humildade traz ocultada na voz feminina a consciência da falta de condições para a mulher poder escrever, na época, da carência de educação, de instrução e de leitura para se tornar uma escritora.

Em se tratando de mulheres escritoras, particularmente daquelas da segunda metade do século XIX, podemos perceber, por meio de seus escritos, o surgimento de uma consciência crítica sobre si e, conseqüentemente, sobre a situação feminina, que tende a revelar e desvelar esta condição no âmbito social e cultural em que estão inseridas.

Transitando em espaços restritos, a mulher escritora oitocentista reproduz o que já foi dito pela pena dos escritores, mas com um toque de intimidade vivida, da forma como relata Paixão:

[...] essa esfera intimista será representada principalmente pelos salões, onde circulam, embaladas pelas récitas musicais, a confissão, o segredo, o cochicho, contrastando com uma sociedade que se desenvolve no espaço da rua, nos cafés. Enquanto o homem absorve a realidade através do que vê, nas **largas avenidas**, a mulher lê na atmosfera intimista da casa uma outra, fictícia, que a torna alheia, reproduzindo apenas o que já foi dito e apresentado por outros (1987, p. 12).

Historicamente, a literatura feminina começa a aparecer nos salões literários, voltada para o espaço dos pequenos grupos sociais, onde as mulheres declamavam poesias. Assim, a inserção feminina dá seus primeiros passos para ultrapassar o espaço privado, através de uma escrita de cunho intimista, confessional e de auto-referência, características estas já mencionadas por Lygia Fagundes Telles.

Para corroborar as ideias aqui expostas, consideremos o texto *Ânsia Eterna* (1903), de Júlia Lopes de Almeida (1862-1934), que traz marcas da consciência que caracteriza esta mulher escritora. Ao falar de si, através de sua narrativa, Almeida leva ao espaço público sua angústia criativa e dá visibilidade à condição da escritora no final do século XIX. Situação esta, estrategicamente, exposta no seguinte excerto:

Por isto: o que não quero é escrever meramente; não penso em deliciar o leitor escorrendo-lhe n'alma o mel do sentimento, nem em dar-lhe comoções de espanto e de imprevisto. Pouco me importo de florir a frase, fazê-la cantante ou rude, recortá-la a buril ou golpeá-la a machado; o que quero é achar um engaste novo onde engrave as minhas ideias, seguras e claras como diamantes: o que quero é criar todo meu livro, pensamento e forma, fazê-lo fora desta arte de escrever já tão banalizada, onde me embaraço com raiva de não saber nada de melhor. [...] Quero escrever um livro novo, arrancado do meu sangue e do meu sonho, vivo, palpitante, com todos os retalhos de céu e de inferno que sinto dentro de mim; livro rebelde sem adulações, digno de um homem (ALMEIDA, 1903, p. 1-2).

O texto de Júlia Lopes mostra uma insatisfação pessoal com a própria escrita, visto que ele possui marcas de autocrítica que têm um ideal de escrita espelhado em textos masculinos, o que caracteriza um reconhecimento da autoria feminina que tem como referência do “bem escrever” a escritura de punho masculino.

Essa cultura literária tende a subordinar e aprisionar os textos de autoria feminina a um lugar pré-estabelecido pelo cânone patriarcal. Isso se deve também à cultura falocêntrica que coloca a mulher em segundo plano.

Deve-se lembrar que, ao se examinar um texto feminino, principalmente do século XIX, não se pode pensá-lo somente como um texto que se dá em relação ao texto masculino, senão o que está por trás de seu discurso, uma vez que o texto de autoria feminina oitocentista se mostra, geralmente, nas entrelinhas.

Para que se compreenda o texto ficcional feminino, há que se deter em sua particularidade, em sua existência, independentemente de outros textos, de outros discursos, já que, segundo Roberto Corrêa dos Santos,

Não há esse outro texto a que se possa atribuir o regime de estabilidade formal, definitivo como tendência, certo percurso, a favorecer a leitura daquele que é tido por singular, diferenciativo, marginal (1991, p. 51).

Pode-se entender que é, na construção própria da forma, no seu conflito com outras estruturas e forças já existentes, que se dá o texto de autoria feminina. Mas as mulheres escritoras, embora tivessem consciência de sua situação naquele cenário literário, raramente alcançavam uma definição própria, visto que a elas eram negadas a autonomia e a subjetividade, necessidades exigidas pelo modelo de criação literária vigente no século XIX.

Os escritos de mulher, para alcançarem um *status* literário, tinham de se adequar ao cânone firmado por preceitos masculinos. De modo velado, é nesse lugar que a autoria feminina emerge e aos poucos começa a se constituir por meio de tons confessionais. Mais uma vez, encontramos em Júlia Lopes de Almeida indícios de um fazer literário que caracteriza uma ficção em que a mulher passa a se representar:

Sou uma boneca de carne e osso; não sou mais nada. A minha dependência é o motivo da felicidade que todos celebram ao redor de mim, como se fora favor dar um marido à sua mulher, casa, mesa e vestuário... A minha pena é pensar estas coisas e não saber dizê-las, para fazê-lo compreender a minha alma. [...]

Quando me debruço sobre o ombro de meu marido para seguir-lhe a leitura, percebo no gesto suave com que ele afasta o livro dos meus olhos, esta significação:

-Tu não entendes disto... vai-te embora...

Eu retorno o meu lugar, um tanto envergonhada da ousadia, e ele segue sozinho nestas altas regiões do espírito, que me são vedadas. [...] Meu marido quer, meu marido não quer, e acabou-se! Entretanto, as nossas opiniões são desencontradas; mas, pela minha submissão, concordamos infalivelmente! Ele nem dá pelo sacrifício [...] É que o sacrifício da mulher é mudo, tanto quanto o do marido é barulhento. Fardo... boneca de carne... em resumo: parece que não me tomam por outra coisa [...] (ALMEIDA, 1922, p. 24-28).

Este trecho, extraído da obra *Elles e Ellas* (1922), autoriza-nos a dizer que não se trata apenas de indícios de escrita feminina, mas

marca efetivamente uma escritura de autoria feminina. Mulher que diz acerca da sua situação de aprisionamento, de dependência, de submissão, voltada para os afazeres do lar; uma voz que se vê impedida de seguir as *altas regiões do espírito*; mulher que se encontra humilhada, pois sente seu espaço tomado e suas vontades desautorizadas.

A representação da condição feminina, no texto de Júlia Lopes de Almeida, é resultado de fatores que marcam a trajetória histórica e cultural das mulheres em um território patriarcal em que as conquistas femininas foram acontecendo, às vezes silenciosas e literalmente *tecidas por trás dos panos*.

As normas estabelecidas pelo patriarcado se diferenciam para os dois sexos e legalizam os valores masculinos, assegurando aos homens poder pelo qual delineavam o destino da mulher. Mesmo aceitas, tais normas são questionadas nos textos de autoria feminina, como demonstrado na sequência:

Por que não o hei de enganar do mesmo modo? Em consciência, não há homens nem mulheres: há seres com iguais direitos naturais, mesmas fraquezas e iguais responsabilidades...

Mas não há meio dos homens admitirem semelhantes verdades. Eles teceram a sociedade com malhas de dois tamanhos – grandes para eles, para que seus pecados e faltas saiam e entrem sem deixar sinais; e extremamente miudinhas para nós (ALMEIDA, 1922, p. 137).

Historicamente falando, o século XIX é considerado o século da mulher leitora. No Brasil, a narrativa romanesca, primeiramente em folhetim, se tornou uma alternativa de leitura de entretenimento, principalmente para o público feminino.

Com o acesso à escola e o surgimento do romance, em 1844, a mulher brasileira passa a ler, a refletir e, por vezes, a questionar a situação de domesticidade, o seu papel de prestadora de serviços à família e a sua exclusão social.

A mulher brasileira de classe média e escolarizada passa, a partir da segunda metade do século XIX, a participar da produção lite-



rária, propondo, em alguns casos, uma reformulação da estabilidade social, e a induzir as modificações na conduta do indivíduo, principalmente das mulheres, e em sua concepção do mundo:

Minhas boas amigas, donas e donzelas [...] Nesta noite, uma das últimas do fim do ano, que de lembranças suaves me esvoaçam pelo espírito! [...] Crede, esta carta é um desabafo [...] Nestas horas vertiginosas e perturbadoras reconheço todos os meus sonhos e desejos antigos, roçando por mim as suas asas, com tanto arrojo abertas e tão cedo enfraquecidas...

Mas isso que vos importa?

Valerá a pena pensar no tempo que passou, bem ou mal?

O ano que parte de nossa vida discorreu, acaba?

Deixai-o acabar! O outro que vier terá as mesmas quatro estações; o sol inflamará a terra no verão, o vento fará cair as folhas no outono, as neves caracterizarão o inverno, e as boninas esmaltarão os campos na primavera...

Assim como o tempo, fúseo ou luminoso, os homens serão maus ou serão bons e a vida fará seu giro imperturbável, desfazendo e criando entre declínios e triunfos.

Para o mundo será assim, mas para nós, queridas? (ALMEIDA, 1906, p. 8-10).

Percebe-se, no fragmento do prefácio da obra, *livro das Donas e Donzelas* (1906), de Júlia Lopes, uma série de indagações às suas leitoras. Primeiramente, expõe seu estado de espírito e, logo a seguir, indaga pelo tempo transcorrido em vão, e fecha o prefácio fazendo uma pergunta crucial de consciência crítica sobre a condição feminina de sua época.

Temos, neste texto de Almeida, uma escrita de mulher, sobre mulher e para mulher; “como se estivesse escrevendo para si mesma, numa relação especular, a mulher se olha e reflete sua condição no meio em que vive” (PAIXÃO, 1987, p.14). É este ato reflexivo, no primeiro momento, que a escrita feminina utiliza como argumento em busca de uma voz autônoma, uma vez que, ao falar de si, a mulher escritora revela, em sua escrita, sua realidade e também a de suas prováveis leitoras.

Ao falar de si, ela, a mulher escritora, reflete uma condição feminina imposta pelo masculino, não condizente com os seus anseios e necessidades, e que deve ser mudada, levando em conta, principalmente, seu trânsito entre o espaço privado (lar) e as *largas avenidas do espaço público*.

A criação literária das escritoras brasileiras oitocentistas não poderia ser diferente do que expõe Cândido, pois “a arte literária é a expressão de realidades profundamente radicadas no artista” (CÂNDIDO, 1985, p. 22). Assim, como já dissemos anteriormente, as mulheres, através de sua escrita, expõem sua realidade, seu meio e suas perspectivas, indagações, e recriam sua própria condição social e cultural em seu texto literário.

A literatura de autoria feminina se realiza através de uma escrita ardilosa e, de certa forma, dissimulada, em que a mulher escritora sutilmente joga com a sua condição de mulher e o seu fazer literário, num constante jogo irônico e polissêmico entre o ser, o parecer e o dizer, compreensível e concreto para quem, como ela, vive uma realidade de exclusão:

Nós, as mulheres, não temos sempre a facilidade de bem exprimir os sentimentos por palavras; [...] Dizem que há para todas as coisas expressões precisas de inquestionável exatidão; [...] Mas essa é a interpretação dos fortes; a nossa dilui-se, numa gota incolor e inodora, que é como um chuveiro em rosa, se nasce da alegria; ou, se vem da dor, como um floco de neve em uma brasa, que apaga a luz e deixa a nu o carvão (ALMEIDA, 1906, p.08).

Percebe-se que a ficção feita por mulheres é permeada de características próprias, já mencionadas anteriormente, e, na maioria das vezes, relacionadas ao seu cotidiano. Com isso, a mulher pôde se revelar e buscar a definição de uma escrita literária mergulhada em sua própria condição. Essa revelação na escrita pode parecer narcisista porque precisa falar de si mesma e de suas descobertas, por mais simples que elas sejam:

Não há em língua humana palavra que, como o beijo, exprima, por mais silencioso que ele seja, a ternura e o amor. [...]

A vida sem beijos! A vida sem beijos é como um jardim sem flores, um pomar sem frutos, ou (que escorregue ainda mais esta velha comparação) um deserto sem oásis (ALMEIDA, 1906, p. 118).

O trecho acima mostra bem como, através da escrita, a mulher consegue uma definição, ou melhor, uma impressão e também uma expressão próprias sobre algo comum que envolve a relação entre os seres, que a oralidade não lhe permitiria naquela época, uma vez que não seria de *bom tom* a uma senhora tratar de um assunto considerado de foro íntimo em espaço público.

Dentro do espaço a elas destinado (o privado), as escritoras oitocentistas começam a enfrentar um cânone regido pelo patriarcado e criado estritamente para a divulgação de obras masculinas, pois, em um ambiente caracterizado pela tradição histórica de privilegiar o universo masculino, há, conseqüentemente, um só cânone, uma só literatura.

É o cânone que tenta, às vezes sutilmente, depreciar as obras de autoria feminina seja pela crítica “tênue”, pelo descaso, seja pela própria indiferença, uma vez que as produções de autoria feminina, embora “aceitas”, não eram boas demais para serem inseridas no cânone, e, muitas vezes, nem eram/são consideradas arte literária.

Conforme Moreira (2003), a pressão social exercida sobre a mulher é muito forte durante todo o século XIX, uma vez que ela é, na maioria das vezes, reclusa ao espaço do lar e subordinada primeiramente ao pai e depois ao esposo. Os papéis masculinos e femininos são muito claros. Aqueles que ousam romper os limites, os códigos de feminilidade e masculinidade são severamente punidos pela coerção social que impõe normas rígidas nas relações de poder entre os sexos.

As mulheres, conhecidas como “sexo frágil”, portanto, aparentemente passivas, procuravam formas e estratégias alternativas, capciosas e muitas vezes dissimuladas, através das quais buscavam romper, de algum modo, o lugar que culturalmente lhes era reservado na sociedade do século XIX.

Devido à pobreza da educação feminina, até o início do século XX, os textos femininos eram vistos como exceção; tinham como público leitor mulheres e alguns homens ligados, a maioria das vezes, à crítica social e não especificamente literária, uma vez que a teoria literária tem seu apogeu no século XX.

Neste caso, para a crítica, a literatura de autoria feminina era analisada entre a dicotomia homem/mulher, não levando em conta o seu grau de literariedade. Sabemos que esta afirmação pode ser perigosa, se pensarmos que os textos de mulheres escritoras no século XIX são, em geral, muito fracos devido à pobreza social e educacional da mulher brasileira.

Os textos de autoria feminina são pobres do ponto de vista de uma estética literária, dada a escassa educação das mulheres. Entretanto, eles são fontes valiosas se pensarmos na condição histórica da mulher brasileira; na possibilidade de se construir uma história literária de autoria feminina brasileira.

A literatura de autoria feminina no Brasil oitocentista, acoplada à condição de subalternidade da mulher brasileira e ao desprestígio de sua escrita, ficou por muito tempo esquecida, dificultando seu resgate documental e o seu devido lugar no contexto histórico-literário de nossas letras.

Estes escritos ficaram fora do cenário literário porque foram recebidos pelos críticos e também pelo público leitor da época como obras menores devido à temática feminina, à falta de escolaridade da maioria das mulheres oitocentistas e à própria concepção do que era visto e entendido como literatura.

A discussão em torno da problemática que envolve a escrita feminina foi, aos poucos, sendo delineada por noções e estudos que fazem uma revisão de ideias estabelecidas, enraizadas no contexto literário, o qual não deu o devido valor às obras de autoria feminina.

Mas as obras ficcionais femininas, embora marcadas, no século XIX, pelo espaço privado, podem ser consideradas como um início de vários questionamentos que põem em xeque as “verdades” dadas pela visão centrada no poder patriarcal e, conseqüentemente, nas produções literárias de autoria masculina.

As produções de autoria masculina vêm acompanhadas de um conflito que define a mulher como musa inspiradora e centro da narrativa. Por outro lado, promovem um afastamento da mulher do fazer literário e, evidentemente, de outras ocupações reservadas exclusivamente ao homem. Nesse sentido, há um paradoxo posto pela representação do feminino na tradição literária e a realidade social e cultural vivenciada pelas mulheres sob o jugo do macho.

A ausência da mulher como sujeito na história corresponde a sua presença exuberante como imagem mítica nas representações de gênero nos textos literários. A literatura traz representações binárias no que se refere ao feminino. Por exemplo: prostituta x santa, anjo x demônio, bruxa x fada, mãe dedicada x *femme fatale*. Essa diversidade binária de imagens estereotipadas reforça a dicotomia nas representações de gênero, acentuando a imagem do feminino como algo fixo, não plural, como se entendem na atualidade as questões femininas e feministas.

Traçar o percurso das mulheres escritoras é recuperar histórias de quando o vocábulo feminista ainda não entrara em voga, quando não possuía o sentido tomado a partir dos anos 70 do século passado. Mas, na luta das primeiras feministas, já circulavam um saber e um questionamento das práticas e dos valores dominantes.

Hoje, um novo perfil da história, que se volta também para o cotidiano, recuperou diversas trajetórias de mulheres que lutaram pelo fim das desigualdades entre os sexos e possibilitaram discussões acerca da representação dos papéis sociais.

A história mostra que é impossível desvincular experiência da crítica de uma prática dos movimentos de mulheres, ainda que, hoje, se compreenda a abordagem diferenciada entre o estudo e a mobilização política organizada.

Em relação aos marcos dessa trajetória dos estudos da mulher, podemos apontar os textos de Mary Wollstonecraft, que redigiu *Vindication of the rights of woman*, em 1792, texto este adaptado para a realidade brasileira por Nísia Floresta, em 1832, sob o título *Direitos das mulheres e injustiças dos homens*. Marie Olympe Gouges, em 1791, escreveu *Déclaration des droits de la femme et de la*

*citoyenne*. Mais recentemente, podemos apontar Mary Astele, com *Some reflections upon marriage*, escrito em 1970.

O que essas escritas têm em comum são os fatos de representarem vozes de um grupo reprimido, no caso, o das mulheres, que busca alterar os valores e as mentalidades dominantes na sociedade, lutando, assim, contra as desigualdades atreladas às diferenças sexuais. Antecipando o que o feminismo virá articular posteriormente: desestabilizar as hierarquizações da organização social e questionar as representações do sujeito feminino.

A produção literária de autoras europeias do século XIX, como Georg Eliot e George Sand (pseudônimos de Mary Ann Evan e de Amandine Aurore Lucile Dupin), denuncia a situação de submissão das mulheres, assim como o primeiro romance da brasileira Maria Firmina dos Reis, autora de *Úrsula* (1859).

Estas produções constituíam-se em iniciativas para rediscussão das configurações dos papéis sociais, de forma concomitante com a mobilização de grupos de mulheres em ligas, associações e federações que, inicialmente, reivindicavam o direito feminino ao voto e maior representatividade nos espaços da sociedade.

Tais produções eram variadas, abarcando desde textos que reforçavam perfis de mãe e esposa (valores patriarcais) até publicações que pregavam ideias revolucionárias, como o anarquismo. A maioria desta produção reivindicava, à sociedade, maior respeitabilidade às mulheres, o fim da violência doméstica e acesso à educação.

Paralelamente a esses artigos feministas e reivindicatórios que ocupavam espaço na imprensa, foi se construindo uma tradição da literatura produzida por mulheres. Da mesma forma que se constituía uma literatura feita por mulheres e cuja temática dizia respeito aos temas do universo feminino, foi se elaborando uma metodologia para se interpretar esses textos, função esta abraçada pela teoria e pela crítica feminista.

Os estudos feministas, por sua vez, começam a se desenvolver concomitantemente às lutas pelos direitos civis, na efervescência política dos anos 60 e 70, reforçando a relação entre pesquisa e experiência de vida.

Os ensaios de Virgínia Woolf, nos anos 20 do século passado, são considerados um marco acerca da discussão sobre a produção de autoria feminina. Os ensaios de Woolf tentam responder às críticas formuladas acerca da qualidade dos textos escritos por mulheres.

Segundo Woolf, a escrita artística precisa de liberdade e de condições materiais para se realizar. As dificuldades foram enfrentadas pela maioria das escritoras que estavam começando a trilhar o caminho formal do trabalho literário, e tinham sua escrita cerceada por um imaginário construído sobre o feminino que gerava expectativas baseadas em valores patriarcais, limitadores da recepção de sua escrita.

As considerações de Virgínia Woolf, apesar de muito criticada posteriormente pelas feministas, já representavam certo avanço sobre as discussões acerca do aspecto não-fixos dos papéis sexuais. A obra *Um teto para todos* traz contribuições para a discussão, levando-se em conta o seu contexto, as primeiras décadas do século XX.

Woolf procura metaforizar a condição feminina, criando a personagem Judith, irmã de Shakespeare. Deste modo, mostra que o talento criador não é característica essencialmente masculina, mas que, na maioria das vezes, os instrumentos necessários para desenvolvê-lo é que o são.

Outra escritora imprescindível ao estudo da autoria feminina, no século XX, é Simone de Beauvoir. Suas ideias são de importância fundamental na história do feminismo e, embora muitas delas tenham sido colocadas em dúvida pelas pesquisas feministas, vão além da representação feminina na literatura:

O mito da mulher desempenha um papel considerável na Literatura; mas que importância tem na vida quotidiana? Em que medida afeta os costumes e as condutas individuais? Para responder a essas perguntas seria necessário determinar as relações que mantém com a realidade (BEAUVOIR, 1980, p. 299).

No livro “O segundo Sexo” (1949), obra basilar para se pensar a condição feminina branca ocidental, Beauvoir analisou a condição

feminina e não só fez o levantamento empírico-histórico da situação da mulher como, também, forneceu explicações filosóficas para o mesmo fenômeno.

Beauvoir problematizou termos para a definição da diferença dos sexos que são ainda válidos: o sujeito (o homem) e o outro (a mulher). Foi ela a primeira a tentar analisar sistematicamente a mulher como *o outro*, como alguém que só existe à medida que o sujeito (homem) lhe dá uma referência existencial. O que significa dizer que, segundo Beauvoir, a mulher, por sua condição e pelo lugar que ocupa na cultura, não tem identidade própria, não existe sem a referência masculina. Nesse sentido, Beauvoir parte do princípio de que o ser humano não pode definir-se sem opor-se ao outro. E ela aponta que é a lógica binária que organiza a sociedade.

Isso é válido tanto a respeito da teoria do conhecimento como no plano social: a autodefinição de comunidades humanas sempre gera *o outro* sob a forma de grupos oprimidos, classes ou raças, isto dentro dos sistemas sócio-culturais vigentes, em que as relações de poder são muito fortes.

Prosseguindo, para Beauvoir, o homem se apresenta como sujeito porque tem necessidade de se afirmar como ser essencial e coloca o outro como o ser insignificante. Dessa maneira, Beauvoir atesta que:

O homem que constitui a mulher como um *Outro* encontrará nela profundas culpabilidades. Assim, a mulher não se reivindica como sujeito porque não possui os meios concretos para tanto, porque sente o laço necessário que a prende ao homem sem reclamar a reciprocidade dele, e porque, muitas vezes, se compraz no seu papel de *Outro* (BEAUVOIR, 1980, p. 15).

Beauvoir demonstra que, numa sociedade patriarcal, a mulher é predominantemente concebida como o *Outro*, ou seja, a mulher se sujeita ao outro porque é desprovida dos meios materiais, sociais e culturais para reivindicar-se enquanto sujeito. Pois “a representação do mundo, como o próprio mundo, é operação dos homens; eles o descrevem do ponto de vista que lhes é peculiar e que confundem



com a verdade absoluta” (Beauvoir, 1980, p. 183).

Simone de Beauvoir desenvolveu uma das mais importantes análises da condição feminina, mapeando grande parte do processo secular da situação de submissão e exclusão da mulher. Estes estudos continuam sendo de fundamental importância para os estudos de gênero.

A escritora mostra que o homem, de acordo com a cultura, é definido como o transcendente, “ser-para-si”, ou seja, o sujeito; e “a mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o *inessencial* perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto: ela é o Outro” (BEAUVOIR, 1980, p. 10). Segundo Beauvoir, o “tornar-se mulher” é a maneira como as sociedades patriarcais perpetuam os modelos de feminilidade, domesticando as mulheres e evitando qualquer possibilidade de desvio dos valores sócio-culturais existentes no patriarcado.

Um reconhecimento mútuo de dois sujeitos, homem e mulher, não é admissível na sociedade patriarcal. A mulher serve como projeção da esperança e angústia do homem. Ele vê nela uma mediadora da natureza. A mulher é, assim, definida como um ser que se assenta em si próprio, realizando-se completamente no presente da realidade.

O *Segundo Sexo*, portanto, nos leva a compreender que a cultura e as condições sociais são responsáveis pela configuração de uma identidade feminina e outra masculina que os sujeitos irão incorporar ao longo de suas existências.

Entre as inúmeras contribuições de Beauvoir, podemos ainda destacar a sua afirmação histórica de que “não se nasce mulher, mas torna-se mulher”, a qual se tornou um marco emblemático nos estudos sobre gênero ao longo do século.

O processo de materialização dos valores culturais femininos e masculinos nos sujeitos passa a ocupar boa parte das preocupações nas pesquisas feministas posteriores às teóricas Woolf e Beauvoir, que buscam a chave para entendê-lo, ora na psicanálise e seus conceitos sobre o imaginário e a falta, ora nas condições materiais da existência, em uma perspectiva marxista-materialista.

O diálogo entre as reflexões resultantes dos estudos interdisciplinares tem construído possibilidades de cunho epistemológico e crítico para que se possa entender como vem ocorrendo a identificação da mulher com o outro, com o que excede um sistema de poder fixado nos valores do masculino.

Vale ressaltar que a posição de subalternidade social e cultural da mulher é destacada tanto por Virginia Woolf quanto por Simone de Beauvoir. Posição esta construída através de conceitos e preceitos filosóficos, religiosos, científicos e históricos usados pela cultura patriarcal para justificar e naturalizar a opressão da mulher pelo homem, o seu enclausuramento e os papéis que a consagraram na sociedade: o de esposa e o de mãe, condição esta denominada por Beauvoir como “destino de mulher”.

É desta tensão de gênero que resulta, para a maioria das mulheres, uma posição secundária e discriminada no mercado de trabalho. A informalidade, a segregação ocupacional, os entraves para o acesso a cargos de chefia e as desigualdades salariais continuam sendo marcas do trabalho feminino na contemporaneidade.

Além de profissional e provedora do lar, onde atua em dupla jornada de trabalho, a mulher se divide em múltiplas responsabilidades, fazendo de sua força de trabalho algo além do espaço doméstico.

Atualmente, todavia, as mulheres perseguem com constância a sua parcela de atuação na sociedade, nas relações de poder, sendo uma das maiores transformações ocorridas em nosso país nas últimas décadas do século próximo passado.

Essas transformações são advindas, principalmente, da Revolução Industrial, em que houve redefinições nos papéis do homem e da mulher, ocasionando uma significativa mudança do lugar feminino na sociedade.

No processo de mudança comportamental dos papéis femininos, as mulheres começam a emergir como sujeitos sociais, históricos e econômicos, tornando-se a metade da população economicamente ativa nas últimas décadas do século XX. Mas, até chegar a esta realidade, muitos foram os obstáculos vivenciados ao longo deste proces-

so histórico. Obstáculos estes enfrentados através de movimentos, organizados ou não, por mulheres, geralmente, brancas, escolarizadas e burguesas.

No âmbito da literatura de autoria feminina, é difícil fugir das relações entre experiência e ficção, visto que as primeiras mulheres nas letras enfrentaram as barreiras da sociedade patriarcal. Se, nessa sociedade, reinava o silenciamento dessas vozes, tentar incluir a sua palavra no discurso significava uma atitude revolucionária, ou seja, uma atitude de resistência, ainda que muitas mulheres não quisessem assumir a alcunha *feministas*. Até mesmo nas representações de sujeitos femininos entregues à lógica do patriarcado, é possível identificar a dificuldade das mulheres em escapar do sistema binário.

Para os estudos feministas, um dos mais sérios desafios enfrentados pelas mulheres escritoras é a construção de representação do sujeito feminino que seja livre dos preceitos da cultura patriarcal, por se entender que a representação do sujeito é uma forma de resistência, particularmente em se tratando da narrativa de autoras do século XIX.

Segundo Xavier (1994, p. 27), “a crítica feminista surge como possibilidade de desconstrução e de revisão de leituras consagradas, apontando para a necessidade de um processo revisionista da historiografia literária”. Com a intenção de desafiar o cânone, revisando-o, é que novas propostas de leitura acerca dos textos de autoria feminina vêm sendo colocadas a público através de diversas publicações.

A obra *A Condição feminina revisitada*: Júlia Lopes de Almeida e Kate Chopin, de Nadilza M. B. Moreira (2003), leva-nos a entender que o trajeto da crítica feminista acontece paralelamente ao movimento feminista, uma vez que, nas obras de autoria feminina, está contemplada grande parte das reivindicações do movimento feminista. O discurso da crítica está articulado com outros discursos de cunho político-social comprometido com o resgate de “vozes” que foram silenciadas e com a desconstrução do discurso hegemônico vigente.

A crítica feminista traz, assim como o movimento feminista, um discurso de resistência, um discurso narrativo que envolve texto e a tensão entre o eu/mundo, tensão que se exprime na imanência da

escrita de autoria feminina.

A crítica feminista, por sua vez, não persegue somente um método de análise literária; ao contrário, ela dialoga com diferentes métodos de abordagem, recorre à interdisciplinaridade, às áreas diversificadas do saber, mas sempre, e profundamente, comprometida com seu objeto principal de análise: mulher e literatura.

O livro *Uma história do feminismo no Brasil*, de Céli Regina Jardim Pinto (2003), é esclarecedor para se entender o trânsito efetuado nos estudos feministas, uma vez que o feminismo tem provocado militâncias apaixonadas e raivas incontidas. Desde suas primeiras manifestações, ainda no século XIX, o movimento foi muito particular, individualizado e, muitas vezes, dissimulado e mascarado, pois provocou resistência e desafios à ordem patriarcal vigente que excluía a mulher do espaço público e lhe retirava a cidadania através de limitações e restrições aos direitos civis e sociais. Esta fase se estende da virada do século XIX para o século XX, até 1932, quando as mulheres brasileiras ganharam o direito de votar.

Pinto (2003) identifica, nesse período, duas fases: uma, que chama de feminismo “bem-comportado”, tendo como liderança Bertha Lutz, se constitui um movimento bem organizado; a outra fase abriga uma gama heterogênea de mulheres que se posicionam de forma mais radical frente ao que identificavam como dominação do homem. Neste grupo, encontramos mulheres escritoras que publicavam em jornais, as anarquistas e até líderes operárias. Esta é a fase “mal comportada” do feminismo da época.

O movimento feminista tem sido por natureza um movimento plural, com múltiplas manifestações, objetivos e pretensões diversas. Sua história, que se estende de 1932 até os anos 1970, é pautada na multiplicidade, em que os momentos unitários foram efêmeros e com objetivos muito específicos.

Coube, portanto, à crítica feminista propor a desconstrução das imagens femininas criadas nas grandes obras dos escritores e fazer um recorte histórico-didático que inclui a presença da mulher escritora no cânone, como uma resposta ao contexto literário cristalizado e imposto pelo poder canônico.

A quase inexistência de autoras no cenário literário ocidental é vista pela crítica feminista como ideológica, que analisa os estereótipos da figura da mulher na literatura e como ela é vista pelo olhar do outro, crítica esta definida por Showalter como:

Uma crítica radical da literatura, feminista em seu impulso antes de mais nada, do trabalho como um indício de como vivemos, como temos vivido, como fomos levados a nos imaginar, como nossa linguagem nos tem aprisionado, bem como liberado, como o ato mesmo de nomear tem sido até agora uma prerrogativa masculina, e de como podemos começar a ver e a nomear – e, portanto, viver – de novo (SHOWALTER, 1994, p. 35).

A linha de Showalter (1994) consiste em interpretar os textos adotando outras significações possíveis, um novo olhar que considere o mundo feminino e a especificidade da experiência das mulheres escritoras em seu contexto literário; um olhar que leve em consideração a cultura patriarcal e o lugar do feminino nas sociedades falocêntricas.

A postura revisionista consiste em revisar, resgatar, analisar e dar o devido reconhecimento aos textos de autoria feminina, além de colocar em xeque a postura sexista do cânone. Quer também questionar a exclusão dos textos de autoria feminina da academia e trazê-los à tona, já que foram propositalmente esquecidos no contexto histórico-literário ao longo de séculos. Além de que, é a crítica revisionista que resgata os textos de autoria feminina e traz consigo subsídios que alicerçam esta crítica quando trabalham texto e contexto na perspectiva feminista.

Segundo Showalter, a maior ambição da crítica feminista é decodificar e desmistificar todas as perguntas disfarçadas que sempre sombrearam as conexões entre a textualidade, gênero literário em gênero, identidade psicosssexual e autoridade cultural.

Essas últimas considerações já apontam para o termo gênero. Gênero, como categoria de análise, é um conceito que pretende ampliar as análises da teoria e da crítica feminista. Ele consegue extrapolar as significações do masculino e do feminino, colocando-os em

diálogo e possibilitando outras leituras para os textos quando considerados elementos externos aos textos literários.

Em se tratando de gênero, Joan Scott (1990) reflete sobre a experiência e sua utilização como categoria de análise no campo dos estudos teóricos. Na realidade, Scott está refletindo sobre a antiga oposição acadêmica entre teoria e prática (ideia/realidade; discurso/experiência). Na entrevista que concedeu a antropólogas brasileiras em Paris, publicada no v. 6, n. 1/98 da *Revista Estudos Feministas*, a autora revela que pretendeu, ao tratar do tema, tomar posição na polêmica entre os/as autores/as que privilegiam a linguagem, tomando os textos como textos, e aqueles/as que insistem na realidade da experiência, desligando-a de qualquer contexto de discurso, considerando-a como algo fundador, verdade não suscetível de análise linguística. A intenção da autora, no texto publicado nessa antologia, foi a de historicizar e também teorizar experiências.

Elaine Showalter (1989), em *The rise of gender*, retoma a trajetória dessa categoria analítica, surgida na década de 80 do século próximo passado, possibilitando uma ampliação das perspectivas feministas, visto que passa a ser utilizada interdisciplinarmente, perpassando as áreas da antropologia, da história, da filosofia, da psicologia e das ciências naturais.

A autora frisa a distinção entre sexo e gênero, postulando que “gênero tem significado social, cultural e psicológico imposto sobre a identidade biológica sexual. O gênero é, pois, diferente da sexualidade que tem relação com a orientação sexual ou o comportamento, opção sexual do indivíduo” (1989, p. 1-2).

Ela esclarece que, para as críticas feministas de orientação psicanalista (lacaniana e freudiana), que desenvolvem mais pesquisas sobre linguagem, o gênero é visto como construído através da aquisição da linguagem, quando, ao adentrar no sistema simbólico, regido pela “Lei do Pai” (termo vindo da psicanálise e ligado à figura paterna, que envolve a questão da subjetividade e alteridade), o sujeito assume uma posição como “ele” ou “ela”, sendo, a partir de então, *gendrado*.

Tal concepção leva em conta questões da psicanálise, como a inveja feminina do falo e o medo da castração. Embora a “Lei do Pai” sirva para simbolizar o discurso dominante, que tem sido marcadamente masculino, seu uso corre o risco de essencializar, com base nos pressupostos biológicos, um conflito que muda de feição conforme o desenrolar histórico.

Afinal, para as críticas feministas de orientação marxista, que trabalham mais no campo da história, o gênero é construído diante de um sistema ideológico, sendo discurso cultural alterado de acordo com as evoluções sociais. Nessa perspectiva, a questão de gênero torna-se uma discussão sobre a organização de poder, em um sentido mais amplo, e não apenas sobre a diferença entre os sexos.

Cabe ressaltar a vantagem que a categoria gênero traz para as correntes teóricas que a utilizam. Gênero impulsiona a discussão teórico-crítica para além do terreno da diferença sexual. A diferença não é entendida mais como um paralelismo, pois foi inscrita sobre hierarquizações, construindo assimetrias entre os sujeitos. A diferença nas relações de gênero, hoje, propicia diálogo com as questões de classe, raça e sexualidade.

Desta forma, a elaboração do conceito de gênero, na década de 80 do século passado, marca uma tentativa teórica e política para desnaturalizar as diferenças de comportamento e do estatuto social de homens e mulheres, bem como a divisão social (sexual) do trabalho. De acordo com Bourdieu:

[...] a ordem natural e social é uma construção arbitrária do biológico, e particularmente do corpo, masculino e feminino [...] a força particular da sociodiceia masculina lhe vem do fato de ela acumular e condensar duas operações: ela legitima uma relação de dominação inscrevendo-a em uma natureza biológica que é, por sua vez, ela própria uma construção social naturalizada (2003, p. 33).

Definidos como um par de opostos, as relações de gênero constituem uma relação de poder, ou seja, são representações sociais sujeitas a disputas pela atribuição de significados. As relações de gê-

neros, portanto, implicam desigualdades e dominação: inscrevem-se em relações de poder em que “o princípio masculino é tomado como medida de todas as coisas” (BOURDIEU, 2003, p. 23).

Nessa perspectiva, a feminilidade e a masculinidade têm significados distintos e múltiplos, pois integram uma estrutura de dominação. O gênero enquanto categoria de análise derruba a tese essencialista que via a natureza como responsável pela existência das diferenças entre os comportamentos e os papéis destinados a homens e mulheres na sociedade.

Os estudos desenvolvidos acerca de gênero são, conseqüentemente, resultados da organização de mulheres profissionais, engajadas nas lutas emancipatórias do feminismo. Essas militantes passaram a vivenciar no cotidiano uma luta que faz frente aos valores e ditames do patriarcado. Elas, as militantes, vêm contribuindo, não só para uma postura crítica acerca dos papéis sociais e culturais impostos aos sexos, mas, sobretudo, têm conseguido deslocar as questões relativas à mulher da visão androcêntrica que colocava mulher e natureza em um mesmo patamar.

Nos limites da crítica feminista, Elaine Showalter, em 1977, aceita para a noção de uma subcultura feminina no interior da sociedade, a partir da qual se pôde observar uma unidade de valores, convenções, experiências e comportamentos impostos a cada indivíduo.

Pondo na prática a proposta de uma crítica feminista, a vertente literária revisionista se voltou para o estudo das representações femininas no texto literário, tanto os de autoria feminina quanto os de autoria masculina, apontando o discurso sexista e o exame dos pressupostos que norteiam as estratégias de análise.

Showalter (1994) aponta três etapas no percurso literário que compreende as obras de autoria feminina entre 1840 até por volta de 1960, tendo como referencial a cultura dominante e o contexto histórico das mulheres anglo-americanas. A primeira, à qual chama de “feminine”, é uma etapa prolongada pela imitação; a segunda, uma espécie de ruptura denominada “feminist”; e, por último, a fase da auto-descoberta, uma espécie de “search for identity”, de busca



de identidade, a que dá nome de “female” ou fêmea. Não se trata de categorias rígidas ou excludentes entre si, sendo mesmo possível encontrar as três presentes na obra de uma mesma escritora.

A ginocrítica centrada na mulher-escritora abre várias possibilidades de análise. A história, os estilos, os termos, os gêneros e as estruturas dos escritos femininos; a psicodinâmica da criatividade da mulher; a trajetória da carreira feminina individual ou coletiva e a evolução, as leis de uma tradição literária que seja feminista são seus tópicos de análise.

A proposta da criadora da ginocrítica, Showalter, não só resgata a tradição de mulheres escritoras, mas, sobretudo, prioriza a leitura de textos de autoria feminina, elegendo-os como norteadores para as pesquisas sobre mulher e literatura.

Showalter propõe que, a partir destas mulheres escritoras, se fizesse um modelo de análise que contemple a literatura produzida por mulheres. A ginocrítica busca ajustar as imagens, a temática, o enredo e os gêneros literários de mulheres escritoras enfatizando aspectos próprios dos escritos femininos.

A literatura de autoria feminina foi um aliado do movimento feminista ao ficcionalizar e questionar, abertamente, os valores apreendidos na sociedade patriarcal.

[...] o trajeto da crítica feminista acontece paralelamente ao movimento feminista. Seu discurso está articulado entre outros discursos de cunho político-social comprometido com o resgate de “vozes” que foram silenciadas, e com a desconstrução do discurso homogêneo vigente (MOREIRA, 2003, p. 33).

Acrescente-se ao trajeto da crítica feminista o fato de que a (o) autora (o) é condicionada por forças sociais, e as ideologias dominantes contribuem para a construção da obra ficcional, além de haver uma relação íntima entre texto e contexto. Por conseguinte, torna-se compreensível a influência dos pensamentos filosóficos e sociológicos no contexto literário.

A crítica feminista veio desconstruir as verdades absolutas,

fechadas e os valores patriarcais e falocêntricos estabelecidos pelo cânone. Entre os estudos e as pesquisas relevantes para uma epistemologia no campo literário, focalizando a combinação mulher e literatura, vários abriram caminho para a valorização acadêmica de uma literatura feita por mulheres escritoras.

### **Referências:**

- ALMEIDA, Júlia Lopes de. **Ancia eterna**. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1903.
- \_\_\_\_\_. **Livro das donas e donzelas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1906.
- \_\_\_\_\_. **Eles e elas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1922.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, v. 1.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária**. 7. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1985.
- COELHO, Nelly Novaes. **A literatura feminina no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Siciliano, 1993.
- MOREIRA, Nadilza M. Barros. **A condição feminina revisitada: Júlia Lopes de Almeida e Kate Chopin**. João Pessoa, Editora da UFPB, 2003.
- PAIXÃO, Sylvia Perlingeiro. **Introdução à re-edição de Correio da Roça**. In: Júlia Lopes de Almeida, *Correio da Roça*. Rio de Janeiro: INL / Presença, 1987. p. 9-17.
- PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2004.
- SANTOS, Roberto Corrêa dos. **Discurso feminino, corpo, arte gestual, as margens recentes**. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 5, n. 104, p. 49-64, 1991.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação e Realidade, Porto Alegre, jul/dez, p. 5-22, 1990.

SHOWALTER, Elaine. **A crítica feminista no Território selvagem.** In: **HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.)** *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura.* Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

\_\_\_\_\_. **“Introduction: the rise of gender”.** In: *Speaking of gender.* New York: Routledge, 1989, p. 01-13.

*STEIN, Ingrid.* **Figuras femininas em Machado de Assis.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

TELLES, Lygia Fagundes. **A mulher escritora e o feminismo no Brasil.** In: SHARPE, Peggy (org). *Entre resistir e identificar-se: para uma teoria da prática da narrativa brasileira de autoria feminina.* Florianópolis: Editora Mulheres, 1997.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu.** Rio de Janeiro: Círculo do livro: 1994.

XAVIER, Elódia. **Introdução à re-edição de A Intrusa.** In: ALMEIDA, Júlia Lopes de. *A Intrusa.* Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Livro/Biblioteca Nacional, 1994.

# THOMAS HOBBS E JOHN LOCKE: ENTRE O INDIVÍDUO E O ESTADO POLÍTICO

Raimundo França<sup>1</sup>

Quando pensamos na língua do dia-a-dia, pensamos o idioma como algo partilhado entre uma comunidade para que seja estabelecida alguma comunicação e interação entre os indivíduos. E então pensamos nos aspectos mais comuns e corriqueiros dos usos dessa língua. Mas ela também serve para a circulação das ideias, pensamentos e formulações mais sofisticadas sobre o sistema político, por exemplo. Muitas vezes essas formulações necessitam de uma mediação de leitura para que possam se tornar mais compreensíveis àqueles que não possuem certa familiaridade com conceitos advindos de uma área específica de estudos. Este é o nosso intento, neste ensaio. Destacar o pensamento de dois pensadores sobre as noções de Indivíduo e Estado Político, que são expressos em uma determinada língua e traduzidos para outras, no nosso caso, para a língua portuguesa.

Thomas Hobbes<sup>2</sup> e John Locke<sup>3</sup> representam dois dos grandes expoentes do pensamento político moderno. Suas obras, ainda que distantes temporalmente dos nossos dias, provocam vigorosas reflexões em diversos ramos do pensar político e social, pois há uma hegemonia na forma de pensar o político a partir da tradição liberal que, a nós, parece repousar em ideias fecundadas em suas obras.

---

1 É Cientista Política e Prof. Adjunto da Universidade do Estado do Mato Grosso. Líder do Grupo de Pesquisa: Cultura, Política e Sociedade – CNPq/UNEMAT.

2 Foi um matemático e filósofo inglês do Século XVII reconhecido, juntamente com John Locke, Montesquieu e Rousseau, com formuladores da Teoria Contratualista do Estado, bem como germinadores do pensamento liberal. Publicou diversos trabalhos entre os quais: o *Leviatã* e *De Cive*. Obras fundamentais para formulação do pensamento político clássico.

3 Filósofo inglês do Século XX, é considerado o pai do liberalismo político. Suas obras mais importantes são: *Ensaio sobre o Entendimento Humano* e *Primeiro Tratado do Governo Civil* e *Segundo Tratado do Governo Civil*.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho consiste em analisar como, a partir do conceito de Indivíduo e Estado Político, esses autores elaboraram um pensamento político original com distinções e aproximações entre ambos.

Não dizemos que estes dois autores tenham formulado a expressão liberalismo, mas é possível encontrar na formulação de suas teorias um rico arsenal daquilo que passaremos a entender por Sociedade Liberal ou mesmo Estado Político Liberal, notadamente em seu viés constitutivo, ou seja, o Estado de Direito, cujo primado é a garantia das liberdades civis e políticas do ponto vista normativo.

Há certa unanimidade entre os teóricos contemporâneos quanto ao legado desses autores para toda tradição liberal que se preze, embora haja inúmeras diferenças possíveis de serem encontradas em suas obras quando comparadas ponto a ponto. Entretanto, a nosso ver, não são diferenças de rumos, isto é, diferenças de orientação quanto à constituição de um Estado Político ou Sociedade Política, posto que nos parece bastante claro entre esses dois autores a necessidade de uma Sociedade Política.

Entendida a reflexão acima, este trabalho utiliza como recurso metodológico para sua consecução a revisão bibliográfica, tendo as obras: o *Leviatã*, escrita por Thomas Hobbes, e o *Segundo Tratado do Governo Civil*, elaborada por John Locke como referências para nossa investigação.

O trabalho está dividido em três partes: a primeira, trata das acepções de Hobbes sobre a relação entre o *Indivíduo*, *Propriedade e o Estado*; a segunda; da concepção de Locke acerca do *Indivíduo*, *da Propriedade e da Sociedade Política* e; por último, as conclusões que estabelecem uma espécie de comparação entre um autor e outro quanto aos pontos comuns e distintos em suas obras, que podem aproximá-los ou distanciar-los, mas que reforçam suas defesas do Individualismo como perspectiva formação de suas concepções de Estado e de Sociedade consequentemente.

## O indivíduo e estado no pensamento de Hobbes

Para compreendermos a unidade de análise do pensamento de Thomas Hobbes é preciso partir de sua unidade básica de análise, isto é, o Indivíduo. O autor de *O Leviatã* parte sua análise do Indivíduo e não de fora dele para compreender sua filosofia política.

Para Hobbes (1979), os homens são todos iguais em seu Estado de Natureza, são livres e têm os mesmo direitos. Desta forma, tenderão a uma vida belicosa, pois todos têm direitos às mesmas coisas e ao mesmo tempo. Essa situação proporciona um estado de liberdades sem limites externos que regulem a gana os indivíduos.

O Indivíduo no Estado de Natureza hobbesiano é um ser pleno e habitante de um estado selvagem, de guerra, senhor de suas vontades e livre, de acordo com as condições de sua força de preservação, bem como proprietário daquilo que possa manter com suas próprias forças.

A natureza fez os homens tão iguais, quanto às faculdades do corpo e do espírito que, embora por vezes se encontre um homem manifestamente mais forte de corpo, ou de espírito mais vivo do que outro, mesmo assim, quando se considera tudo isto em conjunto, a diferença um e outro não é suficientemente considerável para que qualquer um possa como base nela reclamar qualquer benefício a que outro não possa também aspirar, tal como ele. Porque quanto à força corporal o mais fraco tem força suficiente para matar o mais forte, que por secreta maquinação, que aliando-se(*sic*) com os outros que se encontrem ameaçados pelo mesmo perigo. (HOBBES, 1979, p. 78)

Dessa condição de ampla liberdade, o Individuo hobbesiano é alimentado para busca de seus fins ilimitadamente, bem como motivado pela busca da competição, desconfiança e pela glória. Esses sentimentos levariam os homens à condição de estado de guerra permanente entre todos contra todos, de insegurança total. Mas segundo Hobbes (1979), somente pelo medo da morte e pela auto-preservação o homem é levado a buscar a paz.

A necessidade de autopreservação do Indivíduo seria impossível no Estado de Natureza, onde tudo é permitido e os limites estariam na própria aniquilação dos Indivíduos entre si para auto-realização de uns em detrimento de outros. Dito isto, surge um outro componente interessante no pensamento hobbesiano, isto é, necessidade de um Estado Político que faça com que os Indivíduos pelo Medo da morte, da insegurança, sejam levados ao estabelecimento de um acordo de paz para sua auto-preservação e realização enquanto Indivíduos. Para isso seria necessária a constituição de acordos mútuos entre os Indivíduos, bem como as transferências de suas vontades e liberdades para um Soberano.

O fim último, causa final e desígnio dos homens (que amam naturalmente a liberdade e o domínio sobre os outros), ao introduzir aquela restrição sobre si mesma sob qual os vemos nos Estados, é o cuidado com sua própria conservação e com sua vida mais satisfeita. (HOBBS, 1979, p. 106).

Percebemos que há em Hobbes uma preocupação na constituição do Estado Político pela conservação do próprio Indivíduo e que a mola mestra da Instituição do Estado Político seria o pacto ou contrato. Todavia, o pacto ou contrato proposto por Hobbes é um pacto de renúncia plena dos Indivíduos de toda sua condição de Igualdade e Liberdade do Estado de Natureza a um Soberano.

Cedo transfiro meu direito de governar-me a mim mesmo a este homem, ou a esta assembleia de homens, com a condição de transferires a e ele teu direito, autorizando de maneira semelhante todas as suas ações. Feito isso, à multidão assim unida numa só pessoa se chama Estado, em latim civitas. É esta a geração daquele grande Leviatã, ou antes, (para falar em termos mais reverentes) daquele Deus Mortal, ao qual devemos, abaixo do Deus Imortal, nossa paz e defesa. (Idem, 1979, p. 106).

É importante frisar três questões que nos parecem essenciais ao Pacto e, conseqüentemente, no Estado Político proposto por Hobbes: o primeiro, o pacto consistiria numa renúncia e não efetivamen-

te num contrato mútuo entre os Indivíduos entre si e o Soberano, ao contrário, o Soberano não participaria do pacto; segundo, repousa no Soberano todos os direitos e são restritos os deveres, pois este seria uma espécie de Deus Mortal, cabendo ao Soberano, inclusive, atentar contra vida do Indivíduo, mas sendo permitido a este o direito de não querer morrer e tentar fugir; e, terceiro, há uma relação causal entre a fundação do Estado e a propriedade em Hobbes.

Portanto, onde não há o seu, isto é, não há propriedade, não pode haver injustiça. E onde não foi estabelecido um poder coercitivo, isto é, onde não há Estado, não há propriedade, pois todos os homens têm direito a todas as coisas. Portanto, onde não há Estado nada pode ser injusto. De modo que a natureza da justiça consiste no cumprimento dos pactos válidos, mas a validade dos pactos só começa com a instituição de um poder civil suficiente para obrigar os homens a cumpri-los, e é também só aí que começa a haver propriedade. (Idem, 1979, p.86).

É possível deduzirmos, a partir da afirmação acima, que o Estado hobbesiano tem como principal finalidade garantir proteção da propriedade. Aliás, a propriedade seria, pelo raciocínio demonstrado, a mola mestra de constituição do Estado, bem como aquele que estabeleça a medida do justo.

Outro fato que merece atenção nesse empreendimento de compreensão do Estado hobbesiano consiste na constituição do Estado Político ou Poder Civil, que instituirá através de leis civis a desigualdade entre os homens ou justeza dessa desigualdade. Coisa que não existia no Estado de Natureza, pelo menos em termos formais. De maneira que seria possível conceber que o Estado Político é um Estado que legitimaria a desigualdade.

No tocante às formas de governo do Estado Político, Hobbes não traz grande inovação quanto aos modelos já conhecidos, salvo, certa predileção pela forma Monárquica Absolutista. Apesar disso, destaca que todas as outras formas são degenerações das três formas clássicas, ou seja, Monarquia-*Tirania*; Democracia-*Anarquia*; Aristocracia – *Oligarquia*. Mas admite: “A diferença entre essas três



espécies de governo não reside numa diferença de poder, mas numa diferença de conveniência, isto é, de capacidade para garantir a paz e a segurança do povo, fim para a qual o foram instituídas”. (HOBBS, 1979, p.115)

Por fim, o Estado Político é um sistema complexo que, em certa medida, anuncia toda uma rede de relações que serão mediadas por um sistema jurídico baseado tanto em Leis Positivas, isto é, racionais no tocante à conservação e manutenção da propriedade e da paz, bem como em Leis Naturais cuja existência repousa em tempo pretérito. Essa inovação que nos apresenta Hobbes quanto à criação de ordenamento jurídico complexo desencadeará em muitos dos argumentos e, posteriormente, naquilo que hoje compreendemos como Estado de Direito, mas que não é objeto de nossa análise nesse trabalho.

### **O indivíduo e a sociedade política em John Locke**

O pensamento político lockeano orienta-se na direção do Indivíduo, embora não percebamos uma definição conceitual clara de quem seja este Indivíduo. Todavia, encontramos essa definição em diversas passagens da sua obra ligadas à noção de propriedade que está relaciona à vida, à liberdade e aos bens. O que nos permite dizer que o Indivíduo lockeano é um ser genérico, isto é, portador de diversas possibilidades, bem como a de dispor do seu trabalho sobre sua propriedade e gerar novas riquezas. Esse seria o primado da ideia de Indivíduo em John Locke.

Ao contrário do que se possa pensar, para Locke (1973), os Indivíduos não se encontrariam numa situação de selvageria no Estado de Natureza, mas numa condição de posses de suas liberdades, de dispor de todos os meios necessários para sua auto-preservação, mas não de plena licenciabilidade. Nisto Locke, distingue o Estado de Natureza do Estado de Guerra,

[...] o estado de natureza e o estado de guerra que, muito embora certas

peçoas tenham confundido, estão distantes um do outro como um estado de paz, boa vontade, assistência mútua e preservação está de um estado de inimizade, malícia, violência e destruição mútua. Quando os homens vivem juntos conforme a razão, sem um superior comum na Terra que possuía autoridade para julgar entre eles, verifica-se propriamente o estado de natureza. Todavia, a força, ou um desígnio declarado de força, contra a pessoa de outrem, quando não existe qualquer superior comum sobre a Terra para quem apelar, constitui estado de guerra; e é a falta de tal apelo que dá ao homem o direito de guerra mesmo contra um agressor, embora esteja em sociedade e seja igualmente súdito. (LOCKE, 1973, p.47)

O Estado de Natureza e o estado de guerra em Locke são situações distintas e que abririam para uma situação belicosa ou de conflito permanente um vez que tenha existido o primeiro. Explico-me: o raciocínio é que uma vez os homens tendo concorrido contra os direitos dos outros homens, isso provocaria um movimento de conflito sem fim, sem que houvesse lei de inércia que pudesse controlar essa situação. A isto tudo, Locke chamará dos inconvenientes do Estado de Natureza, o que suscitará o surgimento do Governo Civil ou da Sociedade Política.

Antes de entrar na discussão propriamente do Governo Civil ou da Sociedade Política lockeana, cumpre-nos ressaltar que, embora este conceba o Estado de Natureza como o contexto em que a liberdade e a igualdade entre os homens vigoram, Locke não o faz de forma gratuita, não deixando escapar o aspecto formal no que pertence a essa situação,

Embora tenha dito acima (cap.II) que todos os homens são iguais pela natureza, não pretendo supor que entenda eu toda espécie de igualdade. A idade ou a virtude podem atribuir ao homem justa precedência; a excelência dos dotes e o mérito colocarão outros acima do nível comum; o nascimento pode submeter a alguns e alianças e benefícios a outros, para prestar obediência àqueles que a merecem pela natureza, gratidão ou outros motivos; contudo, tudo isto está de acordo com a igualdade em que os homens vivem, relativamente à jurisdição ou domínio de uns sobre

os outros, igualdade a que me referia como conveniente ao assunto em foco, consistindo no igual direito de todos os homens à liberdade natural, sem sujeitar-se à vontade ou autoridade de outrem. (Idem, 1973, p. 61-62)

A igualdade do Estado de Natureza Lockeano não consiste, portanto, numa absolutização desta, mas abre espaço para mostrar que, mesmo na igualdade formal é possível que haja espaço para desigualdade entre os homens de diferentes formas, talentos, dotes, nascimento e outras mais. Essa desigualdade é mais expressiva ainda no Governo Civil ou na Sociedade Política, principalmente pela tríade: Indivíduo/Propriedade, Trabalho e Lucro ou geração de riqueza.

Retomando a noção de Sociedade Política Lockeano e seu surgimento como consequência das inconveniências que eclodem do Estado de Natureza versus o estado de guerra, Locke, como forma de garantir a proteção da propriedade, entende que:

[...] como qualquer sociedade política não pode existir nem subsistir sem ter em si o poder de preservar a propriedade e, para isso, castigar as ofensas de todos os membros, haverá sociedade política somente quando cada membro renunciar ao próprio poder natural, passando-o às mãos da comunidade em todos os casos que não lhe impeça de recorrer à proteção da lei por ela estabelecida. (Idem, 1973, p.73).

A Sociedade Política proposta por Locke tem como principal objetivo a manutenção preservação do Indivíduo/Propriedade. Entretanto, três aspectos precisam ser destacados dessa proposta: o primeiro, em que Locke deixa clara a necessidade de um pacto – esse mútuo entre todos os homens; o segundo, que esse pacto seria revogável uma vez insatisfeitas as razões e as garantias que lhe deram sentido de existir; e, o terceiro, em que a renúncia do poder natural é entregue à comunidade política, aspecto que exploraremos mais à frente.

A Sociedade Política Lockeano admite diversas formas de governo como a *Oligarquia*, a *Monarquia* e a *Democracia*, sendo que há, em sua obra, ênfase na forma Monárquica Parlamentar ou,

mais precisamente, na centralidade do Poder Legislativo como poder principal numa sociedade política. Essa brecha permite-nos inferir que Locke admitiria uma forma democrática de caráter representativo de governo. Segundo Locke(1973), em todas as situações em que haja governo, o Legislativo é o Poder Supremo.

E, portanto, vemos que, nas assembleias que têm poderes para agir mediante leis positivas, o ato da maioria considera-se como sendo o ato de todos e, sem dúvida, decide, como tendo o poder de todos pela lei da natureza e da razão (Idem, 1973, p.77)

Essa situação apresentada pelo autor admite não só a centralidade do Poder Legislativo e, por conseguinte, das Leis Positivas a que todos estão submetidos, mas opera como sendo do Legislativo que derivam os demais poderes, como: Judiciário e Executivo/Federativo. Por esse sistema percebemos um germe daquilo que mais tarde será defendido por Montesquieu como separação/divisão dos Poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário). Todavia, em Locke isso não fica muito claro, salvo que essa separação estará sempre submetida ao Poder Central, isto é, o Legislativo, pois do contrário poderia ocorrer a ruína do Sistema se estes Poderes não tivessem “subordinado” e, concomitantemente, independentes a entre si.

Um dado interessante da Sociedade Política defendida por Locke é que o Governo pode ser destituído pela Vontade de Todos, caso não atenda às necessidades para qual foi estabelecido, não cabendo, portanto, ao povo qualquer obediência.

O motivo que leva os homens a entrarem em sociedade é a preservação da propriedade; e o objetivo para o qual escolhem e autorizam um poder legislativo é tornar possível a existência de leis e regras estabelecidas como guarda e proteção às propriedades de todos os membros da sociedade, a fim de limitar o poder e moderar o domínio de cada parte e de cada membro da comunidade; pois não se poderá nunca supor seja vontade da sociedade que o legislativo possua o poder de destruir o que todos intentam assegurar-se entrando em sociedade e para o que o povo

se submeteu aos legisladores por eles mesmos criados. Sempre que os legisladores tentam tirar e destruir a propriedade do povo, ou reduzi-lo à escravidão sob poder arbitrário, entra em estado de guerra com ele, que fica absolvido de qualquer obediência mais, abandonado ao refúgio comum que Deus providenciou para todos os homens contra a força e a violência. Sempre que, portanto, o legislativo transgredir esta regra fundamental da sociedade, e por ambição, temor, loucura ou corrupção, procurar apoderar-se ou entrega às mãos de terceiros o poder absoluto sobre a vida, a liberdade e propriedade do povo perde, por esta infração ao encargo, o poder que o povo lhe entregou para fins completamente diferentes, fazendo-o voltar ao povo, que tem o direito de retomar a liberdade originária e, pela instituição de novo legislativo, conforme achar conveniente, prover à própria segurança e garantia, o que constitui o objetivo da sociedade. (Idem, 1973, p.127)

Por último, cabe-nos frisar que a Sociedade Política ou Governo Civil lockeano não é uma tautologia, mas opera no intuito de reparar aquilo que não era possível no Estado de Natureza, isto é, da defesa da propriedade e da segurança de todos os homens, a partir um sistema de Leis Positivas, isto é, das Leis da Natureza e da Razão. Todavia, ainda que a defesa dessa Sociedade Política, em termo de operacionalidade, não esteja tão clara na obra do autor, suas ideias estão fortemente lançadas para o futuro, que as abraçará e dar-lhes-á forma mais robusta.

Feita essa breve caminhada acerca do itinerário teórico de Hobbes e Locke – pelo menos - a partir da opção que fizemos nesse ensaio que foi a exposição das ideias gerais desses dois grandes clássicos do pensamento político sobre o Indivíduo, a Propriedade e o Estado, é, pois, necessário destacarmos algumas diferenças e aproximações presentes em seus trabalhos quanto aos temas citados anteriormente.

Há tanto em Hobbes quanto em Locke um ponto de partida comum de suas obras, qual seja: o Indivíduo. Distante de qualquer foco analítico coletivo, esses autores têm como preocupação central em seus trabalhos a ação do Indivíduo e suas consequências na cons-

trução da vida coletiva. Entretanto, o indivíduo hobessiano é um ser pleno no Estado de Natureza com direito a tudo. Em Locke, por outro lado, o indivíduo é apresentado como um ser-propriedade, ou seja, que não se restringe à propriedade material, mas mesmo aos bens imateriais (vida, liberdade).

Os dois autores utilizam-se do conceito alegórico de Estado de Natureza que, para Hobbes é um estado de plena liberdade e igualdade e, portanto, de selvageria, posto que todos podem e têm direito a tudo. Já em Locke no estado de natureza há existências de inconveniências em função do estado de guerra, pois que a liberdade e igualdade daquele permitiria que tais inconvenientes surgissem, mas Locke não acredita que o Estado de Natureza seja de plena licenciosidade ou permissividade absoluta.

Outra questão que nos parece importante quanto ao Estado de Natureza Hobessiano é o traço da igualdade, posto que Hobbes admita a existência de uma igualdade quase absoluta do indivíduo enquanto que Locke não opera já no Estado de Natureza com a concepção de que os indivíduos não são tão iguais e podem existir diferenças de talentos, heranças e etc.

Em relação ao Estado Político (Hobbes) e Sociedade Política (Locke) ou constituição do Estado, ambos reconhecem que tal existência tem por fim último auto-preservação do indivíduo, isto é, a proteção da propriedade, onde os indivíduos renunciam a todos os direitos que tinham no Estado de natureza e entregam ao Soberano (Hobbes) ou Assembléia (Locke). Entretanto, no sistema hobessiano, abdicado o direito natural ao Soberano não há possibilidade de revogabilidade; já em Locke, uma vez quebrado pacto que deu origem ao contrato, os súditos têm direitos a revogar o mesmo e destituir o soberano ou Assembleia, mesmo que disto consista a destituição da sociedade política. Cumpre destacar, ainda, que em Locke a ênfase de sua Sociedade Política está vinculada à centralidade do Poder Executivo de onde todos os demais poderes derivariam.

No tocante às formas de governo do Estado não há grande diferenças, salvos suas predileções, no caso de Hobbes pela Monarquia Absoluta e de Locke pela Monarquia Parlamentar, frisando que am-

bos não ignoram outras, desde que cumpram o seu papel, isto é, a proteção da propriedade, ou que elas não sejam formas degeneradas (Tirania, Demagogia e Oligarquia).

Por último, gostaríamos de destacar que o legado deixado por esses autores regou fortemente as doutrinas jurídicas que advogariam a construção do chamado Estado de Direito e, paralelamente, o surgimento das concepções liberais que vingam até os nossos dias. Contudo, do ponto de vista da linguagem política, seus conceitos ainda são ignotos para muitos leitores que não dominam ou não estão familiarizados com os usos da língua em sua vertente política.

### **Referências:**

HOBBS, Tomas. **Leviatã ou Matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Abril cultural, 1979.

LOCKE, John. **Os Pensadores**. Abril: São Paulo, 1973.

## ENTRE O ESCAMOTEAMENTO E A DESOCULTAÇÃO: SOBRE O PODER DA ESCRITA NO CONTO *ME LLAMO RIGOBERTA*

Ivana Ferigolo Melo<sup>1</sup>

Eles, os engenheiro, abriram os mapa na nossa frente e explicaram tudinho nos pormenor, nas miudeza. Tudo com os números, as fotos, um tantão delas! Iam ensinando pra gente os ganhos e os progresso que a Usina vai trazer. Vão ter que sacrificar uns tantos pra beneficiar a maioria. A maioria não sei quem são, mas nós é que somos os tantos do sacrifício. Né não, Zaqueu? (Trecho do filme *Narradores de Javé*)

Em uma de suas célebres obras, *O condor voa (2000)*, o estudioso peruano Antonio Cornejo Polar, abordando a questão da colonização da América Hispânica, sustenta que dois elementos se destacaram copiosamente nesse processo de conquista e dominação desencadeado e consolidado pelos espanhóis: a pólvora, que levava o aparato bélico do espanhol a se sobressair vantajosamente em relação ao dos povos autóctones, e a escrita, dimensão da linguagem pouco constatada na América pré-colombiana ou ausente, ao menos como conjunto de signos fixados ao papel. Da pólvora como força de dominação ninguém duvidará. Não faz falta comprovar que a morte ou a ameaça de morte são ingredientes efficientíssimos para a rendição humana. A escrita, mecanismo simbólico que não se destaca pelo potencial de alvejar a dimensão física do homem, poderá, porém, gerar dúvidas sobre sua força dominadora. Aparecendo sob a forma de sutis marcas gráficas impregnadas em folhas, a escrita se mostra, a primeira vista, inofensiva.

---

1 Professora do Curso de Letras da Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT), Campus de Tangará da Serra. Doutora em Letras pela Universidade Federal de Santa Maria.



A materialidade da escrita, conseguida a partir do papel, no entanto, lhe dá certas vantagens em relação à expressão oral, colocando-a em uma situação privilegiada em relação à oralidade. Além de garantir sua existência mesmo em situações de ausência do autor ou do enunciador, a escrita, circulando através das folhas, permite que sentidos, saberes, visões do mundo, imagens por ela sedimentadas vençam as barreiras do espaço, viajem e ganhem visibilidade, passem a existir em ambientes inalcançáveis à oralidade, em territórios onde o corpo e a voz não conseguem, muitas vezes, marcar presença. Dessa forma, conforme sustenta Lienhard (1990), as características técnicas do alfabeto favorecem o movimento de discursos “en el espacio y en el tiempo” (LIENHARD, 1990, p. 51).

O potencial de perpetuação no tempo, de alcance e de instalação em espaços intangíveis à linguagem oral, faz da escrita uma faca de dois gumes. Ao dar forma, eternizar e fixar, em determinados ambientes, saberes, sentidos, imagens, narrativas, o discurso escrito pode ocupar o lugar de outros significados, desencadeando, assim, um processo de escamoteamento desses significados. Ou seja, garantindo a visibilidade de certos fatos, versões de acontecimentos, saberes, etc., a escrita, mesmo que sem intenção, pode ocasionar o desaparecimento de outros conhecimentos, principalmente se esses outros saberes, para circularem e se fazerem visíveis, dependem da oralidade e, portanto, da presença física do enunciador. Isso, porque:

La oralidad es un modo de aprehensión ligado a todas las funciones sensibles del cuerpo, puesto que no sólo implica funciones fónicas y auditivas, sino también visuales, olfativas, táctiles y sensorio-motoras. [...] La escritura es, en cambio, un modo de aprehensión separado de las funciones sensibles del cuerpo. Mediadora y sustituta de la voz, aparece primero como un instrumento a través del cual ésta se expresa. En segundo lugar, sin embargo, la escritura se independiza y se convierte en fetiche. Entonces se la percibe dotada de poderes propios que llegan a subyugar a la voz, a subordinarla a su dominio. (MAGUIÑA, 2003, p. 26-27).

Nessa capacidade de afirmar, de tornar presente fatos, saberes, leis, etc. mesmo diante da ausência física do sujeito, reside, então, a força colonizadora da escrita. No caso da América Hispânica, o colonizador trazia consigo a escrita. O autóctone, na maioria das vezes, a desconhecia. Alheio a possibilidade de registrar no papel seus costumes, seus saberes, suas visões do mundo, os americanos passaram a depender da vontade e da gentileza do outro, atributos atípicos para um colonizador, sabemos, para perpetuar seus discursos, seus conhecimentos, suas criações literárias, suas crenças, suas histórias, suas experiências. Desconhecendo a escrita do colonizador e privado, portanto, da possibilidade de dizer quem era, como via o branco e o que achava de sua presença, muitos autóctones tiveram suas existências mutiladas ou pelas armas ou pelos registros escritos elaborados e disseminados pelo colonizador.

Esse apagamento e destruição via registro escrito é o que se pode constatar na obra literária intitulada *Li M'in, una niña de Chimel*, da autora guatemalteca, de origem Maya-quiché, Rigoberta Menchú em parceria com seu compatriota Dante Liano. No conto de corte autobiográfico intitulado *Me llamo Rigoberta*, por exemplo, são relatados, em primeira pessoa, fatos que dizem respeito às origens da autora Rigoberta Menchú, ao processo de registro de seu nascimento, ao comportamento e às tradições do povo Maya-quiché, ao qual pertence a escritora. O relato sobre o registro de seu nascimento é narrado em língua espanhola e da seguinte forma:

Mi padre tardó algunos días en ir a Municipalidad a registrar mi nombre. Cuando llegó, el secretario municipal le dijo:  
¿Qué nombre le piensa poner a su hija?

“M'in”.

El secretario no estaba acostumbrado a oír un nombre como ése. Arrugó el entrecejo, movió los bigotes, se ajustó las gafas y le contestó:

“Ese nombre no existe, señor Vicente.”

Se pasaron toda la mañana discutiendo. “Sí, existe”, decía mi papá. “No existe”, decía el secretario. Hasta que al final, con tal de cumplir con la ley, mi papá cedió. “Muy bien. “M'in” no existe. Entonces, ¿qué nombre

le pondremos?

El secretario se levantó de su silla y fue a examinar el calendario.

“Se llamará Rigoberta, porque nació el día de San Rigoberto”, sentenció el secretario.

Y a partir de ese momento me llamé Rigoberta. (MENCHÚ; LIANO, 2008, p. 13).

Não sem conflito, ocorre, segundo o narrador, o processo de registro da menina Maya-quiché da Guatemala. O registro de nascimento é feito em língua espanhola, idioma do colonizador, e é uma obrigatoriedade imposta pelo modelo social trazido pelos ibéricos. Na civilização quiché, em que impera a linguagem oral, o procedimento seria dispensável. Aos olhos do secretário, autoridade civil e representante da cultura eurocêntrica, *M'in*, nome de origem e sonoridade Maia-quiché, não se encaixa no repertório de nomes próprios em espanhol e, portanto, não existe, não podendo ser admitido, nem fixado ao papel. Tendo o poder de decidir qual nome pode ser registrado e qual não, o secretário determina (*sentenció*) que o nome da menina seja Rigoberta, identificação que agrega uma carga de sentido vinculada à religião católica, essa que cultua um Deus único e um repertório de Santos, como São Rigoberto. A imposição do nome Rigoberta implica o apagamento de *M'in*, um apagamento que não remete somente à ausência das letras sobre o papel, mas que extingue um universo de sentido histórico e culturalmente agregado ao nome, pois, como expõe o narrador em outro fragmento do conto:

“M'in es un nombre bonito. No está bien que lo diga, pero me gusta.

“M'in” es una forma de decir “Domingo”, es un día tranquilo y despejado, el día de la semana en que hay fiesta. Llamarse así significa lo mejor de la vida: el sol, no tener obligación de trabajar, el cielo azul, los juegos todo el día, un gran almuerzo en el centro, no tener preocupaciones, el domingo es un día solar, alegre, juguetón. (MENCHÚ; LIANO, 2008, p.13).

Diante da determinação do secretário, o nome que se fixa ao papel e se perpetua, que poderá deslocar-se espacialmente

e sobreviver ao tempo mesmo sem a presença física da menina Maia-quiché, é Rigoberta, nome que atualiza valores vinculados à cultura eurocêntrica imposta na América pelo colonizador. Tal determinação forçará, também, a menina guatemalteca a se identificar, fora de seu lugar de origem (seu povo), como Rigoberta, fator que determina o encobrimento de suas origens, da cultura de seu povo. Obrigada a ter que se apresentar ou a se identificar como Rigoberta, a menina privará qualquer interlocutor ou leitor de seus escritos da possibilidade de registrar o estranhamento que, em geral, se origina quando se encontra em um texto uma palavra desconhecida ou se escuta seu som. Com a ausência tanto do nome *M'in* como do estranhamento que esse nome seria capaz de gerar aos olhos de um leitor ou de um interlocutor desconhecedor da cultura Maya-quiché, desfaz-se, também, a possibilidade de o outro, alheio ao universo Maya-quiché, perguntar qual é a origem desse nome, o que significa.

A imposição do nome Rigoberta e o registro escrito ocupam (roubam), assim, o lugar de “M'in” e acabam, portanto, com qualquer possibilidade de pessoas desconhecedoras do povo e da cultura Maya-quiché se enterrarem de sua existência, de obterem a oportunidade de conhecerem seus valores, de entenderem os comportamentos dos que nele vivem. A escrita, dimensão da língua do colonizador, estando a serviço da cultura e do modelo de sociedade por ele fundada, também coloniza à medida que apaga, elimina a possibilidade de reconhecimento do sobrevivente colonizado. Constatase, assim, que “la imposición arbitraria de un nuevo sistema en el cual el predominio absoluto de la ‘divina’ escritura europea relega a la ilegalidad las diabólicas ‘escrituras’ antiguas, marginando al mismo tiempo la comunicación oral (LIENHARD, 1990, p. 54-55) corresponde a um gesto que corrobora eficazmente para extinção, para o apagamento do autóctone americano, pois a palavra, o discurso materializado pela língua do colonizador, se isenta de marcas fonéticas do idioma Maya – quiché, marcas essas que poderiam incitar leitores ou interlocutores a realizar uma visita a universos culturais pré-hispânicos.

A impressão que fica é que, em função da colonização consolidada, também, pela imposição da escrita do colonizador, os povos e as culturas pré-hispânicas estariam destinados a um irreversível processo de extinção. Mas, se a escrita do colonizador serve, quando por ele usada, como instrumento de apagamento do americano e de entronização do europeu e de sua cultura, poderá, se aprendida e manejada pelo colonizado, lhe resultar útil para a realização de processos de desocultação, de denúncia dos excessivos e destrutivos exercícios de poder implementados pelo homem branco. É o que fica claro no conto *Me llamo Rigoberta*. Como o título indica, apoderando-se do espanhol escrito, do fetichizado idioma do colonizador, a autora toma a palavra para se apresentar (*me llamo*) enquanto sobrevivente indígena, mas, também, para trazer à baila os processos de apagamento pautados na violência simbólica (*sentenció el secretario*) viabilizados pela escrita.

Lançando mão da escrita em língua espanhola e do potencial que ela agrega de garantir a duração e a circulação espacial dos conteúdos por ela materializados, Rigoberta Menchú se (re)apresenta para leitores e interlocutores ganhando visibilidade e garantindo a seu povo a possibilidade de viajar com o papel e se tornar conhecido em muitos outros lugares, como se pode constatar no seguinte fragmento:

En realidad, me llamo y no me llamo Rigoberta. Para aclarar ese misterio, comencemos por el principio.

Quando yo nací, mis padres me pusieron el nombre de mi abuela. Yo fui la sexta hija, y mis padres me llamaron “M’in”, como mi abuela.

“M’in” es un nombre bonito. No está bien que lo diga, pero me gusta.

“M’in” es una forma de decir “Domingo”, es un día tranquilo y despejado, el día de la semana en que hay fiesta. Llamarse así, significa lo mejor de la vida: el sol, no tener obligación de trabajar, el cielo azul, los juegos todo el día, un gran almuerzo en el centro, no tener preocupaciones. El domingo es un día solar, alegre y juguetón. (MENCHÚ; LIANO, 2008, p. 13).

Expressando-se através da escrita trazida pelo colonizador,

através dessa dimensão da linguagem que dispensa a presença do corpo para perpetuar e expandir ideias, conhecimentos, informações, a autora conta que, em seu povo, lhe puseram o nome de “M’in”, nome que tem relação fonética e semântica com um universo cultural bastante diferente do eurocêntrico. Se Rigoberta mobiliza significados referentes aos valores religiosos do cristianismo católico, “M’in” põe em circulação, através de sua grafia, de sua fonética e de sua semântica, um repertório de valores, apresentados de forma positiva pela recorrência de adjetivos como *mejor*, *alegre*, *jugueton*, atrelados à cultura Maya – quiché, valores que põem em evidência a importância do sol, do Domingo, da vida comunitária (*almuerzo en el centro*) e oposta ao individualismo extremamente cultivado pelo racionalismo eurocêntrico. É necessário frisar, ainda, que “M’in” aparece sempre entre aspas, sinal usado para ressaltar ou chamar a atenção do leitor para a diferença que tal nome apresenta em relação aos nomes próprios comuns em língua espanhola. As aspas funcionam, dessa forma, como um sinal que chama a atenção para o fato de que o nome da autora não é um nome espanhol. Indicam que se trata de um nome vinculado a outra matriz cultural, mesmo que esteja materializado com o auxílio do alfabeto da língua do colonizador.

Apoderando-se do idioma do europeu, Rigoberta destapa e faz circular através de seus escritos literários de caráter autobiográfico e testemunhal uma identidade cultural que, ao longo de 500 anos e mediante processos autoritários e dolorosos, foi sendo soterrada. Esses escritos dão visibilidade a ela, a seu povo, a sua cultura, podendo funcionar como discursos capazes de sensibilizar o outro e de desfazer, quem sabe, a imagem negativa criada pelos discursos oficiais (os da colonização) sobre o índio (americano), discursos que estimularam a difusão da nomeada “cultura do progresso”. Uma cultura que, conforme anuncia a epígrafe que dá início a esse texto, para beneficiar uma maioria, implicou, e ainda implica, o sacrifício de outros. Uma cultura que, em nome do progresso, trouxe, e ainda traz, custos humanos incompreensíveis a olhares racionalistas e práticos.

## **Referências:**

CORNEJO POLAR, A. **O condor voa**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

LIENHARD, M. **La voz y su huella**. Ciudad de La Habana: Ediciones Casa de las Américas, 1990.

MAGUIÑA, S. L. “El concepto de literatura heterogénea en la obra de Antonio Cornejo Polar”. In: \_\_\_\_ HIGGINS, J. **Heterogeneidad y literatura en Perú**. Lima: Centro de Estudios Literarios Antonio Cornejo Polar, 2003.

MENCHÚ, R.; LIANO, D. “Me llamo Rigoberta Menchú”. In: MARTINS, I. **Espanhol**. São Paulo: Ática, 2008.

# A MEMÓRIA SOCIAL E OS DIRECIONAMENTOS DE SENTIDOS NA INSTITUIÇÃO IMPRENSA

**Cristiane de Oliveira Miranda<sup>1</sup>**

Para apresentarmos este trabalho, situamo-nos na orientação teórica da Análise do Discurso (francesa), que por sua vez, questiona os sentidos constituídos nas práticas políticas e sociais ditados como “verdadeiros”. Essa orientação teórica nasceu tendo como base a interdisciplinaridade, “pois ela era preocupação não só de linguistas como de historiadores e de alguns psicólogos” (BRANDÃO, 2002, 17). É uma teoria que se estrutura e “opera” a partir de três elementos - linguagem, pensamento, realidade - sob a intervenção da memória discursiva, isto é, do interdiscurso, conceito que permite pensar a “constituição” dos discursos em relação a um dizer já pronto, determinado historicamente.

Desse modo, a mídia, especificamente a imprensa, estrutura seus discursos a partir de sua cultura, relacionados a dizeres interdiscursivamente legitimados. Isso significa dizer que a mídia atua num processo de constituição de sentido e de sujeito, levando seus leitores a acreditarem numa linearidade dos acontecimentos, mais precisamente os acontecimentos políticos. Provoca, desse modo, a ilusão de que o mundo é perfeitamente organizado e que os acontecimentos são livres de interpretações.

A discussão de Bethânia Mariani em seu livro “O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1998)”, possibilita-nos uma visão mais ampla deste trabalho ideológico da mídia impressa. Trata-se de uma análise discursiva dos dizeres sobre o Partido Comunista Brasileiro -PCB- na Imprensa Jornalística do Rio de Janeiro no período de 1922 a 1989. A autora questiona: qual o papel

---

**1** Mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Mato Grosso. Professora substituta no Curso de Letras da UNEMAT, Campus Tangará da Serra.



da mídia na orientação das interpretações dos acontecimentos em nossa sociedade? Sua pesquisa nos faz pensar nos sentidos apresentados como “verdadeiros” e únicos, acerca do PCB.

Como já citado, o ponto principal de discussão da AD, desde sua fundação, é o discurso, definido não como uma simples troca de informação, mas nas próprias palavras de Pêcheux (1969) é um “efeito de sentido entre interlocutores”. E esses sentidos são constituídos num processo sócio-histórico-ideológico, dentro de uma determinada formação social. Esta noção de histórico é principalmente ligada à noção de discursividade, não remete apenas a uma cronologia sistemática dos fatos é, sobretudo, um processo que agenda sentidos, sob o trabalho da memória do dizer, que, por fim, determina a materialidade linguística. Em vista disso, o trabalho com o discurso é especificamente o trabalho do encontro da língua com a ideologia.

Neste sentido, a pesquisa de Mariani procura mostrar a influência da imprensa jornalística na constituição do imaginário acerca dos comunistas no Rio de Janeiro. Imaginário que se constitui a partir da “memória social”, definida pela autora como um processo histórico resultante de uma disputa de interpretação para os acontecimentos presentes ou já ocorridos. O trabalho da memória é fazer com que os sentidos se naturalizem na sociedade, garantindo a ilusão da linearidade dos fatos e dos acontecimentos. Nas palavras de Mariani (1998, p.35):

Na memória social está a garantia de um efeito imaginário de continuidade entre as épocas, ou, em outras palavras, a manutenção de uma narrativa coerente para uma formação social em função da reprodução/projeção dos sentidos “hegemônicos”.

O papel da AD é, sobretudo, questionar esse mundo apresentado como relativamente organizado e estável, isto é, “semanticamente normal”. Os sentidos não são unívocos, é preciso pensá-los como nômades, vindo de uma outra conjuntura discursiva, ou melhor, de outra FD. Materializam-se e fazem significar acontecimentos presentes, a partir de marcas discursivas já constituídas num passado. Por mais que os sentidos sejam outros, o trabalho da me-

mória discursiva é apresentá-los como evidentes, provocando a “ilusão de completude”.

No decorrer de sua pesquisa, Mariani destaca o trabalho da memória e sua influência em organizar os sentidos da atualidade enquanto uma suposta antecipação de um devir. Por isto, utiliza o conceito de Pêcheux, de Formações Imaginárias (FI), visto que, ao projetar uma imagem sobre o PCB, a mídia parte de um lugar que direciona seu dizer aos leitores, de acordo com a posição que esses ocupam; assim, imaginam que devem falar de um jeito e não de outro, e este direcionamento se dá de acordo com a FD dominante. Então, a posição político-partidária dos jornais analisados se assujeita a um dizer já constituído por uma FD dominante, a qual regula o dizer sobre o PCB, antecipando a imagem do leitor.

Para Mariani, o Discurso Jornalístico (DJ) didatiza a direção dos acontecimentos, fazendo com que se perpetue a ilusão de objetividade das notícias, já que são apresentadas como reflexos inquestionáveis dos acontecimentos. E esta objetividade dos fatos se dá a partir de um pré-construído, de uma imagem já estabelecida do que seja, por exemplo, uma mulher, um comunista, um político, um índio, um manifestante etc. Como diz Mariani (1997, p. 61), “[...] o discurso jornalístico contribui na constituição do imaginário social e na cristalização da memória do passado, bem como na construção da memória do futuro”.

Nota-se, portanto, que o trabalho do DJ consiste na institucionalização social de sentidos de acordo com a FD na qual se inscreve. Então, ao noticiar sobre o comunismo, os jornais sempre trabalharam com sequências discursivas que levaram à perpetuação da imagem negativa deste partido. Sob o trabalho da “ideologia na transparência de sentido da linguagem”, apaga-se o processo de interpretação, como se fossem únicos e “verdadeiros” os sentidos negativos direcionados ao PCB.

Com base nessa paráfrase discursiva acerca dos comunistas na imprensa carioca, Mariani questiona: como, apesar dos processos históricos que transformam a imagem do sujeito frente à linguagem e o mundo, ainda se estruturam os sentidos constituídos em uma

instituição? Instituição aqui, tomada sob um processo sócio histórico que estabelece e provoca direcionamento de sentido. Como nos assegura a autora:

A noção de instituição, objeto da Sociologia, é usualmente recortada como um elemento cristalizado do domínio da estrutura social. Uma instituição “define, regula e controla os modos aceitáveis de se alcançar [...] objetivos culturalmente definidos, de propósitos e interesses, mantidos como objetivos legítimos. (MARIANI, 1999, p. 67)

A imprensa é definida como uma instituição que direciona o modo de agir e de pensar de uma dada sociedade, num dado momento. Logo, as instituições se estabelecem no imaginário social como se fossem inquestionáveis e fontes supremas de uma verdade absoluta. Tomemos como exemplo a imagem da imprensa, da escola e da igreja em nossa sociedade. A imprensa, desde sua fundação, se constituiu no imaginário social sob o mito da informação objetiva, em relação a outro mito, o da escrita, ou seja, o de que a linguagem é transparente e serve apenas para comunicar. Com isto se legitimou no imaginário social do nosso país comunista/comunismo, como aquele inimigo da Pátria, ou ainda aquele que significa uma ameaça à ordem da sociedade ocidental.

Numa direção bastante semelhante à dos comunistas na imprensa escrita do Rio de Janeiro, temos a imagem dos manifestantes constituída durante a mobilização do povo nas ruas em junho de 2013, acontecimento denominado como “vem pra rua”, uma vez que estes tiveram a imagem negativizada pela grande mídia impressa e ligada a uma memória social já instituída no Brasil, de que aquele que “subverte a ordem” será sempre o “inimigo da pátria”. Assim, com a análise proposta aqui, verificaremos que tal memória ainda produz dizeres e a mídia imprensa utiliza-os para legitimar seus discursos atuais.

### **Dos já-ditos às análises**

Para a AD os discursos produzidos se apoiam num já dito, que garantem sua regularidade, irrompem em condições de produção ou-

tras, fazendo-os significar conforme os “laços” históricos e sociais que os permitem, pois “enunciar é se situar sempre em relação a um já dito que se constitui no Outro do discurso” (BRANDÃO, 2002, 77), isso nada mais é do que a memória social que torna possível a circulação de formações discursivas já legitimadas. “É uma memória que supõe o enunciado inscrito na história”, e nos garante pensar que não existe o discurso primeiro, “autofundado”, mas sim que os discursos se associam a uma memória já instalada histórica e socialmente.

Com base nisso, analisaremos enunciados dos Jornais *O Globo* e *Folha de São Paulo*, referentes à semana das manifestações ocorridas em quase todo o Brasil em junho de 2013. A escolha dos respectivos jornais se deu devido à grande repercussão de tal movimento em São Paulo e Rio de Janeiro, espalhando-se, depois, para todo o país. Iremos refletir sobre a memória social em que tais jornais se apoiaram para identificar os manifestantes ora como “vândalos”, ora como “agitadores”. De forma aleatória, foram selecionadas as edições dos dias 13 a 21 de junho de 2013, de ambos os jornais.

Notamos que a grande mídia publicou os acontecimentos das manifestações acreditando serem neutras e distantes de posicionamentos ideológicos, mas é na materialidade do discurso que se irrompe os sentidos agendados historicamente. Assim, a partir de uma perspectiva discursiva, podemos sugerir que as notícias sobre as manifestações fizeram com que discursos outros fossem retomados. Verificamos então as duas edições do Jornal Folha de São Paulo:



Figura 1 Jornal Folha de São Paulo. Edições dos dias 13 e 14 de junho de 2013.

Nas capas principais do Jornal Folha de São Paulo, as primeiras edições sobre as manifestações foram apresentadas pelo viés do “vandalismo” e da “baderna”, inclusive, utilizaram tais termos para descrevê-los. Na edição do dia 13/06/2013, há o título “Governo de SP diz que será mais duro contra vandalismo. Já na edição do dia 14/06/2012, a chamada era “Polícia reage com violência a protestos e SP vive noite de caos”. As capas de ambas edições trazem imagem que destacam conflitos entre polícia e manifestantes. Reforçando uma imagem negativa de tal acontecimento, mantendo um posicionamento discursivo que impera sobre aqueles que “lutam” contra o governo, ou seja, os mesmos sentidos que denominavam os “subversivos” da ditadura militar.

No Jornal *O Globo*, considerado um dos maiores periódicos brasileiros, tal posicionamento também não foi diferente, como podemos verificar nas edições a seguir:



Figura 3 Jornal O Globo. Edição do dia 18 de junho de 2013.

A edição do dia 18 de junho de 2013 traz o título “Tensão Urbana. Confronto se agrava em SP, com mais prisões e feridos”. O que

se destaca aqui é a atenção que o jornal dá para o efeito negativo das manifestações, pois ao adotar determinadas palavras como “confronto, tensão, feridos”, já se inscreve e se posiciona num já dito, numa memória discursiva que o precede, que fala antes.

Já a edição do dia 21 de junho de 2013 a chamada era “O Brasil nas Ruas”, fazendo referência ao enunciado “Vem pra rua”, que garantiu a mobilização dos manifestantes pela redes sociais, assim, o jornal se apoia num já dito, que ressignifica em outras condições de produção. Ainda se destaca a chamada “Sem controle, em noite de conflitos Itamaraty e prefeitura do rio são atacados”.



Figura 4 Jornal O Globo. Edição do dia 21 de junho de 2013.

Aqui, fica clara uma tendência do jornal em negativizar as manifestações, o uso das palavras como “conflitos, depredação e saques” remetem, inconscientemente, para uma memória social já estabilizada em nosso país, a memória da ditadura militar (1964 a 1985). Momento que instituiu o sentido de que lutar contra o governo é ser “arruaceiro”, “bagunceiro”, “vândalo” etc. As denominações nesses jornais, referentes às manifestações são colocadas como sinônimos, como se fizessem parte de um mesmo campo discursivo, que ecoa de uma memória instalada no Brasil sobre a ditadura militar. Nesse sentido, designar manifestantes de “vândalos”, ou, manifestação de “conflito”, é acreditar numa linearidade do discurso, e aqui não podemos deixar de falar em posiciona-

mento ideológico, pois “a ideologia comparece inevitavelmente nos textos e, concedamos, às vezes nem o autor se dá conta disso” (POSSENTI, 2014), pois fala de um posicionamento que “acredita num mundo tal como ele é.” Assim, foram representadas as manifestações em tais jornais, a partir de um único posicionamento, e o perigo disso, como acredita a AD, é a legitimação de tais discursos como “verdadeiros”, como aconteceu com a imagem de ser comunista, validada nos jornais do Rio de Janeiro, mostrado por Mariani.

Tal discussão não é uma mera análise semântica, vai, além disso, pois uma simples escolha de palavras determina posicionamentos ideológicos, sócio e historicamente legitimados, que remetem a uma determinada FD, então denominar coisas ou pessoas, é fazer emergir um dado posicionamento. Como destaca Foucault (2004, p. 10) “por mais que um discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder”. Ou seja, ao negativizar as manifestações, tais jornais fazem emergir rapidamente uma “memória oficial” já instituída, o da ditadura militar, como já foi dito.

E Bethânia Mariani nos apresenta o trabalho de Regine Robin, a respeito da “memória oficial”, que seria aquela institucional, encontrada nos arquivos, bibliotecas, museus etc, que estabelece uma imagem de sociedade e de cidadão de acordo com os interesses do Estado. Com a pesquisa de Mariani, é possível perceber outras leituras dos fatos, mesmo aqueles já estabilizados por uma memória historicamente constituída.

É preciso pensar que os trabalhos da memória e dos sentidos firmados historicamente, em grande parte, regem os acontecimentos discursivos atuais e, de alguma forma, legitimam certos sentidos e não outros. Para demonstrar isso, foram selecionadas duas edições de jornais da época da ditadura no Brasil. Sentidos como “vândalos, arruaceiros e bagunceiros” estão estabilizados na memória social política como podemos verificar nos recorte a seguir:



O que se constata no decorrer dos textos, constitui-se “na e pela mídia” uma “memória interdiscursiva sobre formulações recorrentes, que pertencem, inevitavelmente, a discursos anteriores, e que funcionando sob o regime de alusão participam da interpretação desses acontecimentos”. (CHARAUDEAU, PATRICK. p. 325, 2006). Então, nos enunciados “Expurgo de agitadores continuará” ou “Ato existirá até acabar subversão” funcionam como discursos fundadores sobre o ato de lutar contra o governo. Assim, são os acontecimentos discursivos que fazem com que as palavras signifiquem e resignifiquem. As palavras como “agitadores e subversão” carregam uma memória social, que garantem sua irrupção nos discursos atuais. Numa edição de 1968 do jornal O Globo temos:



Figura 6 Jornal O Globo. Edição de 1968.



Aqui a expressão “arruaceiro”, na chamada “ Exército adverte: trataremos arruaceiros como inimigos da pátria”, serve para desqualificar as manifestações de rua no centro do Rio, ocorrida no percurso Candelária-Cinelândia, contra a ditadura civil-militar, que “ignorava direitos constitucionais, detinha e sequestrava militantes da oposição e mergulhava o país em duas décadas de trevas” (ABREU, 2013). No dicionário Aurélio a palavra arruaceiro é definida como “aquele que faz arruaças, que arruaça, arruador”. Ou seja, etimologicamente tal vocábulo remete ao conceito de rua, “o logradouro público onde se praticam arruaças.” E são esses discursos ditos antes, oficializados na memória social brasileira, que possibilitaram os discursos sobre as manifestações de 2013.

Com base nisso, podemos pensar que esses “ditos antes” materializam-se e fazem significar acontecimentos presentes, a partir de marcas discursivas já constituídas num passado. Por mais que os sentidos sejam outros, o trabalho da memória discursiva é apresentá-los como evidentes, provocando a “ilusão de completude.”

Como diz Mariani (1997, p. 61), “[...] o discurso jornalístico contribui na constituição do imaginário social e na cristalização da memória do passado, bem como na construção da memória do futuro”. O trabalho do DJ consiste na institucionalização social de sentidos de acordo com a FD na qual se inscreve.

Contudo, é preciso pensar que “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento em sua volta” (FOUCAULT, 2004, p. 26) , por sua vez, o dizer que pensamos ser novo, já foi dito (já-lá em outrora) e o que nos resta é compreender que este, atravessado na teia da história e da memória, ressignifica na forma de novos dizeres, de novos acontecimentos.

Com base na breve análise realizada podemos destacar que há uma memória do dizer que permite determinados discursos e não outros na grande mídia impressa do Brasil. O discurso ao emergir, já nos posiciona diante da memória social que o sustenta.

Dessa forma, os “efeitos de sentidos” de certas palavras, enunciados ou expressões, são determinados a partir de quem fala, para quem fala e de onde fala, mediante uma dada formação discursiva.

Assim a AD analisa esse já dito, já estabelecido em outro lugar, com uma possibilidade de se tornarem outros os sentidos.

Concluimos, preliminarmente, que uma aparente seleção das palavras requer um jogo discursivo no qual “dizer” é fazer com que se constituem sentidos e sujeitos, que vão sendo instituídos como “verdades únicas”. Mas o trabalho com a AD nos faz pensar que os discursos podem ser outros, e os sentidos estão ali, com possibilidades de resignificação.

### Referências:

ABREU, João Batista, em 22/10/2013 na edição 769. In: [http://observatorio-daimprensa.com.br/news/view/\\_ed769\\_uma\\_questao\\_de\\_coerencia/](http://observatorio-daimprensa.com.br/news/view/_ed769_uma_questao_de_coerencia/)

BRANDÃO, H. Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso**. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2002.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. (orgs) **Dicionário de Análise do Discurso**. Coordenação da tradução Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.

FOUCAULT, M. A. **Ordem do Discurso**. 10 ed. São Paulo: Loyola, 2004.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. In: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2013/06/13/2/>

JORNAL O GLOBO. In: <http://acervo.oglobo.globo.com/>

MARIANI, Bethânia Sampaio. **O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922 – 1989)**. Tese de doutoramento apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, Campinas, 1996.

PÊCHEUX, Michel. **Análise automática do discurso**. In: F. Gadet & T. Hak (orgs). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1969.

POSSENTI, Sírio. **Texto e Discurso**. Publicado em 22/08/2014. In: <http://cienciahoje.uol.com.br/colunas/palavreado/texto-e-discurso/view/>

# O RITO DE INICIAÇÃO OU DE PASSAGEM NOS CONTOS DE JOÃO ANTÔNIO: ETERNO RECOMEÇO

Clairton José Weber<sup>1</sup>

O envolvimento com a contística de João Antônio vem ainda dos primeiros semestres do curso de graduação em letras. Foi intensificado durante a elaboração da dissertação intitulada Elementos do Trágico na contística de João Antônio, apresentada ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Estudos Literários – PPGEL, da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT – como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Literários e, proporcionou-me a percepção de alguns tópicos que, em princípio, fugiam da proposta inicial. Percebemos, por exemplo, que de alguma maneira, em praticamente todos os contos analisados, o rito de iniciação ou de passagem está presente. Compreendemos que o assunto em pauta foge do âmbito da teoria literária, invadindo o campo da psicologia e até da antropologia. Vejamos o que diz a respeito o educador e psicólogo Merval Rosa:

Muitos povos primitivos reconheciam essa maturidade biológica através dos chamados ritos de passagem, segundo os quais o indivíduo era declarado apto para o exercício de suas responsabilidades perante o grupo a que pertencia. No mundo moderno, entretanto, esses ritos de passagem, praticamente, não existem e o indivíduo vai pouco a pouco assumindo seu lugar na sociedade, sem qualquer declaração formal de que atingiu a maturidade biológica. (1990, p. 31-32)

Vamos encontrar traços deste ritual de passagem nos dias atuais

---

1 Professor substituto da UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus de Tangará da Serra, Mestre em Estudos Literários.

com certa frequência: o baile de debutantes, o trote dos calouros das universidades, batizados nas mais variadas religiões e seitas e etc. Observemos, a título de ilustração, o simples cumprimento entre as pessoas. Ele difere conforme os costumes (pode ser um aperto de mão, um beijo, um aceno ou até mesmo um olhar), contudo serve de ponte, de passagem para o ambiente, aproxima as pessoas e, de alguma maneira, insere o indivíduo no mundo do outro. Isso, na maioria das vezes ocorre de maneira muito tranquila, prazerosa. Mas nem sempre é assim. A tensão do ambiente, fatos ocorridos anteriormente, situações diversas como ciúme, inveja e mal entendidos, apenas para citar alguns exemplos, influenciam nesta “passagem” e são frequentemente explorados no campo literário.

Tratamos, portanto, de questões relacionadas ao comportamento humano e não unicamente de questões biológicas. Entre as hipóteses que pretendemos investigar, a que merece menção neste momento é a presença do tema, reiteradas vezes na obra de João Antônio. Inferimos ainda que encontraremos ao menos indícios deste tema nas composições de outros autores. Em se confirmando, teremos um novo e interessante aspecto do fazer literário como objeto de estudo, assim como temos a epifania e o trágico, que reclamam novos estudos por parte dos teóricos literários nos dias que correm.

Merval Rosa observa que as transformações pelas quais passa o ser humano durante a puberdade são acompanhadas de confusão e insegurança emocional. O excesso de confiança que existia na criança é substituído “[...] pelo terrível medo de falhar socialmente.” (ROSA, 1990, p. 39). Quando o indivíduo não alcança o ajuste considerado ideal, passa a vida sob a influência do chamado complexo de inferioridade. Ora, o que temos então se não um fardo material de cunho literário? Trata-se da formação e definição da identidade do indivíduo.

Convém precisar que todos os rituais e simbolismos da “passagem” exprimem uma concepção específica da existência humana: uma vez nascido, o homem ainda não está acabado; deve nascer uma segunda vez, espiri-

tualmente; torna-se homem completo passando de um estado imperfeito, embrionário, a um estado perfeito, de adulto. Numa palavra, pode se dizer que a existência humana chega à plenitude ao longo de uma série de ritos de passagem, em suma, de iniciações sucessivas. (MIRCEA, 1992, p. 87)

O conto moderno no mais das vezes, não apresenta um desfecho enigmático, tampouco as primorosas descrições (presentes até o século XIX nesta forma de narrativa). O *clímax*, quando há, está no início, meio ou próximo ao final e ao leitor menos avisado nem é percebido. Algumas obras não se deixam enquadrar nesta forma artístico-literária que hoje denominamos conto. Um conto é, em geral, um fragmento fechado em si mesmo e de certa forma isolado do mundo (definição corrente entre os estudiosos da forma).

Em João Antônio, observamos que de forma muito sutil a voz é dada aos mais fracos, e isso, ao nosso entendimento é motivado pelo ambiente comumente visitado pelo autor que dividia seu tempo entre o jornalismo e a ficção. De maneira artística, com lirismo (onisciência seletiva), sensibilidade e dramaticidade, o narrador vai conduzindo o leitor (ou o narratário<sup>2</sup> se preferirem) para um despertar que vai da comoção ao encantamento, ou em outras palavras da embriaguez à lucidez. A obra de João Antônio tem como marco inicial a coletânea de contos denominada *Malagueta, Perus e Bacanaço* e é consenso que suas composições, nos anos que se seguiram, alcançaram nível tal que o autor invariavelmente figura entre os grandes contistas brasileiros da segunda metade do século XX.

O conto *Märchen* (em alto alemão), como explica André Jolles (1976), só tomou sentido de forma literária a partir da publicação da coletânea de narrativas organizadas pelos irmãos Grimm e recebeu a designação *Contos para Crianças e Famílias*. Os *Kinder und Hausmärchen* foram publicados em 1812. Contudo, algumas coletâneas e publicações denominadas contos já eram conhecidas. A título de exemplo podemos citar os contos de fadas ou contos de magia.

---

2 Gérard Genette, trata este tipo de narrador de voz heterodiegética, como aquele que se aproxima do *autor implícito*. O narratário, é um dos elementos da situação narrativa e coloca-se, necessariamente, no mesmo nível diegético. Pode não se dirigir a ninguém em especial, atitude bastante difundida no romance contemporâneo.

Quando textos escritos apresentam relatos ou trechos de relatos que aparentemente são “uma parte isolada” dentro da obra, levantam problemas importantes e que remontam às origens desta forma narrativa (o conto). Normalmente são “*motivos* isolados, que pertencem a um fundo temático comum”, como atesta Simonsen (1987). A investigação sobre as origens do conto, em especial ao modelo popular – entendido como aquele proveniente da tradição oral –, foi obra de grandes pesquisadores, entre os quais devemos lembrar Max Muller que apresentou a teoria indo-europeia ou mítica, Theodor Benfey com sua teoria indianista, a teoria etnográfica do inglês Andrew Lang, a teoria ritualista apresentada por Paul Saintyves e finalmente o russo Vladimir Propp com sua teoria marxista.

Dois desses estudos chamam a atenção e parecem permitir uma aproximação maior ao nosso objeto de pesquisa. Andrew Lang propõe que “longe de ser um detrito do mito, o conto é sua forma anterior, mais primitiva e rudimentar”. (Simonsen, 1987, p. 37). Segundo ele, o conto nasce em vários locais ao mesmo tempo e seus motivos, entre outros, seriam vestígios de crenças e práticas arcaicas. Na esteira de Lang, Vladimir Propp, que inicia as pesquisas estruturais sobre o conto e é conhecido principalmente pela obra *Morfologia do conto maravilhoso*, parece corroborar com a sugestão de que o conto popular tenha origens nos ritos populares, conservados de alguma maneira e transmitidos às gerações posteriores na oralidade.

Os contos maravilhosos contêm vestígios de crenças e de rituais primitivos, os das sociedades de clã dos regimes de coleta e de caça, mas deformados pelas sociedades do começo da era agrícola que, não compreendendo mais esses ritos, os explicam por seus próprios esquemas culturais. (SIMONSEN, 1987, p. 38).

Michèle Simonsen cita uma obra traduzida apenas para o italiano, *As raízes históricas dos contos maravilhosos*, de autoria de Vladimir Propp como fonte. Nesta, o pesquisador russo considera o conto como uma superestrutura. Propp sustenta que os motivos dos contos estariam ligados a uma das três etapas que constituem

o rito de passagem iniciático: “1. Separação brutal do noviço de seu meio-ambiente e sua transferência para um recinto sagrado; 2. Morte simbólica: encerramento em um túmulo, viagem para o além, luta contra o monstro ou torturas físicas; 3. Renascimento simbólico, muitas vezes brutal.” (Simonsen, 1987, p. 39).

Simonsen adverte que as teorias anteriormente citadas são totalitaristas e, cada qual a sua maneira, tenta explicar a origem do conto. Os pesquisadores contemporâneos por sua vez, têm adotado mais cautela nesse campo e considerado uma variedade maior de motivos para o surgimento de tão singular forma de narrar. Aparentemente, a opinião mais difundida, segundo Claude Bremond e Jean Verrier (apud SIMONSEN, 1987, p. 40) é de que as “raízes históricas dos contos são de fato uma abundância de radículas, e que o universo do conto se espalha em uma multidão de tradições heterogêneas”.

O que temos então no conto Frio, de João Antônio? A narrativa está organizada, no modelo tradicional, com narrador onisciente e o protagonista em ação. É a partir do relato de seu solilóquio, das suas lembranças e observações que somos inseridos no espaço e ambiente: o local que serve de casa para o protagonista e seu tutor Paraná, as ruas e avenidas de São Paulo e finalmente o ferro-velho do Diogo que é seu destino final.

João Antônio, mais uma vez repete a fórmula: ultrapassar a linha divisória entre puberdade e maturidade. Este é um ponto do qual, uma vez alcançado, não se volta mais. A reflexão pode ser conduzida no seguinte sentido: o menino ainda não está em idade apropriada para enfrentar essa prova, de forma que ele forçosamente atropela as etapas, algo como a infância perdida. O que sabemos é que ele atende um pedido que é quase uma ordem do seu amigo e protetor Paraná e parte para uma jornada na noite paulista.

A narrativa não apresenta nenhuma façanha maior, tampouco, feitos importantes (isso se considerarmos fato normal uma criança de apenas 10 anos vagando pelas ruas de uma metrópole na madrugada). O narrador guarda o segredo sobre o pacote misterioso que a personagem protagonista carrega consigo, limita-se a descrever o

ambiente e assim cria a atmosfera de medo que vai se intensificando até o final do conto. Do protagonista identificamos por meio do narrador (onisciência seletiva) queixas sobre o frio que aumenta com o avançar das horas, porém, podemos entender que, inconscientemente ele confunde suas emoções e sensações, pois, sua tenra idade não o habilita para tamanha prova. Portanto, inferimos que há um duplo significado nestas queixas, ou seja, quando ele diz que está com frio, na verdade está com medo e esse medo aumenta, porém, não quer admiti-lo, pois deseja firmemente cumprir a contento a tarefa que lhe foi incumbida. É também grande o seu desejo de ser aceito como homem adulto.

O menino em alguns momentos pensa em desistir, mas, já aceitou o desafio e está numa posição em que não pode voltar atrás. Não pode vacilar. Sua firme resolução leva ao cumprimento integral da missão que lhe foi atribuída e pouco importa o conteúdo do pacote que carregou com tanto cuidado, mesmo sem saber o que era ou do que se tratava. Ele está numa fase da vida em que muitas coisas são feitas sem saber o porquê. O protagonista atravessou uma boa parte da cidade para cumprir um propósito e o fez. Da mesma forma, no que se refere ao ritual de passagem, fez o que Paraná pediu, deu provas de confiança e assim chegou ao mundo dos adultos.

Quando, ao final, ele urina, demonstra sentir a mesma sensação que sentimos ao cumprir a bom termo uma tarefa e o nível de satisfação é proporcional ao tamanho da empreitada. Urinar é uma questão biológica, inerente ao corpo físico, contudo, o significado neste conto, pode ser atribuído ou atrelado ao ser espiritual, ao campo do sentimento, pois ele (o protagonista) convive com a necessidade de urinar durante todo o trajeto, superando também esse desconforto.

Temos, então, o relato a partir das sensações vividas pelo protagonista num determinado tempo, delimitado pelo momento em que recebe a incumbência de levar o pacote até o ferro-velho e o ato de urinar. Esse conto nos parece ser um exemplo clássico de um recorte da fração decisiva e a mais importante do prisma dramático, como observa Massaud Moisés: “É irrelevante o que possa acontecer depois ao nosso herói, seja porque anunciado nos pormenores do



conto, seja porque ele esgotara no conflito central todas as suas potencialidades e reservas emocionais.” (2006, p.42).

Durante o percurso o protagonista relembra momentos da sua vida que lhe deram algum prazer (sua amiga Lúcia, a menina branca, as horas que passava ao lado do seu amigo Paraná, a revista de cavalos...). Essas cenas são de um passado recente, mas, que no contexto geral do relato, podem significar sua infância, que vai ficando para trás.

Ressalte-se que o protagonista em tela é um menor abandonado, não tem família, não tem casa (vive em um porão no final da Rua João Teodoro com seu amigo Paraná), nem mesmo nome. Para um ser que não tem nada, uma boa recordação é muito. O narrador não dá muitos detalhes sobre o protagonista, apenas informa que ele vivia apreensivo, o que convenhamos, é muito natural para uma criança que vive praticamente sozinha numa grande metrópole: “Ele sempre sentia um pouco de medo quando Paraná estava girando longe. Fechava-se, metia um troço pesado atrás da porta. Ficava até tarde, olhando os cavalos da revista de turfe de Paraná. (JOÃO ANTÔNIO, 1963, p.63).<sup>3</sup>

A organização artística da narrativa foi elaborada com o propósito de destacar a transformação que necessariamente deve ocorrer ao protagonista. Em alguns momentos, percebe-se que o menino presente que a sua missão está relacionada com o futuro do seu amigo Paraná. Ele sempre viveu sob sua proteção, aprendeu a trabalhar (ainda que em subempregos como, por exemplo, engraxar sapatos, tomar conta de carro), “[... se virar vendendo canudo e coisa dentro da cesta de taquara. E até ver horas.”. (1963, p. 62). Em algumas passagens ele se pergunta o que estaria acontecendo com Paraná, por que ele vive desta maneira (uma vida desregrada e que em nada serve de exemplo ao jovem protagonista). O menino percebeu as mudanças no comportamento de Paraná e suspeitava que isso estaria ligado aos homens bem vestidos, que usavam pastas bonitas de-

---

**3** A partir deste ponto, indicaremos apenas o ano e a página da obra utilizada como base nesta análise, o livro de JOÃO ANTÔNIO. Malagueta, Perus e Bacanaço. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

baixo do braço, mãos finas, anéis, sapatos lustrosos. “Provavelmente seriam sujeitos importantes, cobras de outros cantos.” (1963, p. 63). Suspeitava que seu melhor e único amigo, tutor e professor estivesse envolvido com atividades ilegais e que poderiam resultar em cadeia. Se isso ocorresse, estaria sozinho no mundo.

A infância ficou para trás assim como as boas e as más lembranças. As emoções sentidas, as derrotas e as vitórias desse pequeno já formam um novo ser. Um novo mundo se apresenta ao protagonista que conhecemos apenas pela alcunha de nego e pelo seu solilóquio onde as mazelas da sua alma são expostas.

“As virgens blindadas do *footing*”, “Meninão do caixote”, “Paulinho Perna Torta” e “Frio” parecem seguir um procedimento de rotina. Percebemos que, nestes contos de João Antônio, aparece de forma contundente o rito de iniciação. Sexo, sinuca, prostituição/tráfico e uma grande missão (neste caso, guardar um segredo), são coisas para homens, ou no mínimo para adultos. Estes são os motivos e nesta ordem aparecem nos títulos citados anteriormente. Para corroborar com essa sugestão, observe-se que, invariavelmente, há uma personagem muito jovem (portanto ainda não inserida no mundo adulto) que admira uma personagem já adulta: em “Meninão do Caixote”, Meninão tem admiração por Vitorino, em “Malagueta, Perus e Bacanaço”, Perus tem admiração por Bacanaço. Isso ocorre também no conto “Frio”, onde o menino protagonista “Pequeno, feio, preto, magrelo.” (1963, p. 61), tratado pelo cognome nego, tinha em grande conceito o Paraná. Quando o garoto vai até o muro e urina, demonstra que já está maduro, consegue relaxar, independentemente da pressão sofrida ao longo das últimas horas (medo e frio são uma constante).

O herói moderno não tem mais aquela atitude que entendemos por heroica, o processo de autoconsciência, do seu lugar no mundo, do reconhecimento de suas limitações, do ajuste, do reencontro consigo mesmo, da percepção bastante clara da sua nova “situação” (o que por vezes ocorre através da epifania<sup>4</sup>), faz com que ele perceba

---

4 La epifanía entonces interrumpe el cotidiano transcurrir del tiempo y se introduce como un momento privilegiado cuando, intuitivamente, aprehendemos una realidad más profunda y esencial escondida en los objetos o en las personas. (MILOSZ, 2009, p. 14).

que se apresentam novas possibilidades para a constituição do seu ser. O herói, por conta de todas as mazelas da sua condição sintetizadas pelo frio, recupera, na voraz sucessão de *flashbacks*, a vida que lhe escapava.

Perscrutamos de todas as maneiras os elementos da narrativa (enredo, narrador, personagem, espaço e tempo), contudo, o nosso objetivo é sempre interpretativo e está no núcleo de ação dramática. O problema humano inserido nele é de interesse da literatura, seja de ordem psicológica, antropológica, histórica ou social. Inevitavelmente, portanto, a literatura deve envolver-se em tais áreas do conhecimento humano.

Na contística de João Antônio, por vezes, o que sustenta a narrativa, enquanto núcleo é o ritual de iniciação ou passagem. Talvez não seja o caso de falarmos em fórmula, mas de esclarecer um procedimento que se repete e representa, além de forte atrativo, a realização do fenômeno artístico. Ainda que quase imperceptíveis, os fatos narrados de alguma forma produzem transformações no protagonista. Michel Maffesoli em *O instante eterno: o retorno do trágico nas sociedades pós-modernas* não trata exatamente sobre ritos de iniciação ou de passagem, contudo, sua reflexão a respeito da iniciação nos parece apropriada para concluir este artigo:

“Isto é iniciação: aproveitar uma pressão exterior para concluir uma perfeição interior. Iniciação que podemos cotejar com o comentário que C. G. Jung faz de um epitáfio do claustro da catedral da Basileia: “*Eadem mutata resurgo*”, reaparecer mudado e, no entanto, o mesmo.” (2003, p. 39).

Os heróis de João Antônio são suscetíveis às pressões externas, algo característico aos protagonistas das narrativas contemporâneas. Contudo, absorvem os contratempos e os transformam, se ajustam à nova realidade que a eles se apresenta. “Se viram”, para utilizar uma expressão do autor de *Malagueta, Perus e Bacanaço*.

## Referências:

BENJAMIN, Walter. O narrador. In: **Magia e técnica, arte e política**. Obras escolhidas: vol.1. São Paulo: Brasiliense, 1987.

GENETTE, Gérard. **Discurso da narrativa**. Trad. Fernando Cabral Martins. Lisboa: Veja Universidade, s.d.

JOÃO ANTÔNIO. **Malagueta, Perus e Bacanaço**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

JOLLES, André. **Formas simples**. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1976.

MAFFESOLI, Michel. **O instante eterno: o retorno do trágico nas sociedades pós-modernas**. Trad. Rogério de Almeida. São Paulo: Zouk, 2003.

MILOSZ, Czeslaw. **Un libro de cosas luminosas: Antología de poesía internacional**. Trad. José Javier Villarreal e Martha Fabela. Monterrey: UANL, 2009.

MIRCEA, Eliade. **O sagrado e o profano**. Tradução de Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

MOISÉS, Massaud. **A criação literária: prosa 1**. 20. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

ROSA, Merval. **Psicologia evolutiva**. Volume III. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

SIMONSEN, Michèle. **O conto popular**. Trad. Luiz Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

# **SUPERPODEROSAS: O (DIS)CURSO DO CORPO E A (DES)CONSTRUÇÃO DO FEMININO EM PROPAGANDAS DE LINGERIE**

**Flávio Roberto Gomes Benites<sup>1</sup>**

No presente trabalho temos por objetivo analisar propagandas de lingerie da marca *Esbelt*, especificamente as da campanha publicitária *Superpoderosas Esbelt*, cujas materialidades linguísticas (compostas por fotos e enunciados) são veiculadas no site da empresa/marca, em revistas destinadas ao público feminino e em redes sociais (*facebook*, *twitter* e *google+*). Para tanto, a discussão foi arrolada com base nos pressupostos teóricos da Análise de Discurso (dita de origem francesa) em diálogo com alguns apontamentos que alicerçam as relações de gênero, considerando que estas perspectivas podem contribuir para uma problematização acerca de enunciados que fazem parte do universo discursivo feminino e os efeitos de sentido que emergem nas propagandas escolhidas. Com o objetivo de vender, obviamente, esta empresa de lingerie busca valorizar as mulheres por meio da campanha *Superpoderosas Esbelt*, atribuindo características tidas como naturais às mulheres (“espírito guerreiro”, “força natural”), as quais remetem ao discurso da emancipação feminina. Apesar disso, os resultados da análise mostram que há contradições percebidas em alguns enunciados que tendem a reforçar o discurso da dominação masculina e, conseqüentemente, enfraquecer a luta pela paridade de gêneros.

## **Considerações gerais acerca do objeto de estudo e das perspectivas teóricas**

Em meio às discussões sobre o corpo feminino, há ques-

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto III do Curso de Letras, Campus de Tangará da Serra, Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Doutor em Linguística Aplicada pela UNICAMP.

tionamentos que vão desde a submissão até a resistência. Dentre as diversas possibilidades de pontos de vista que acampam estudos em torno do tema da mulher e das relações de gênero, fazemos um pequeno recorte para estudar, um pouco mais, sobre o discurso do corpo feminino em propagandas de lingerie, o que, evidentemente, está atrelado à visão mercantil apregoada tanto por empresas de publicidade e propaganda quanto por empresas fabricantes dessas peças íntimas.

Desse modo, neste trabalho temos por objetivo analisar propagandas de lingerie da marca *Esbelt*, especificamente as da campanha publicitária *Superpoderosas Esbelt*, cujas materialidades linguísticas (compostas por fotos e enunciados) são veiculadas no site da empresa/marca, em revistas destinadas ao público feminino e em redes sociais (*facebook*, *twitter* e *google+*). A escolha desse *corpus*, justifica-se na medida em que, a partir dele, é possível perceber contradições que podem reforçar o velho discurso da dominação masculina e, conseqüentemente, enfraquecer a luta pela paridade de gêneros, tão cara àqueles envolvidos na desconstrução do patriarcado, ou seja, de discursos e gestos predominantemente masculinos.

Para tanto, pretendemos fazer uma discussão com base nos pressupostos teóricos da Análise de Discurso (de origem francesa) em diálogo com alguns apontamentos que alicerçam as relações de gênero, considerando que estas perspectivas podem contribuir para uma problematização acerca de enunciados que fazem parte do universo discursivo feminino e os efeitos de sentido que emergem nas propagandas escolhidas. Por esse viés, é imprescindível relacionar o que seja linguístico com características sócio históricas e ideológicas que determinam a emergência dos enunciados e identificam a posição subjetiva (lugar social) daquele que enuncia.

Inscrevendo-nos, assim, na perspectiva discursiva, é possível lançar um olhar destabilizador e mostrar os possíveis não ditos de uma interpretação. Como sabemos, esse ponto de vista rechaça teorias que apresentam o sentido atrelado ao significante e afirma que um texto pode ter muitos sentidos, dependendo de quem o lê, e que o sentido está posto como uma questão enunciativa e se constitui só-

cio historicamente. Quanto ao sujeito, podemos observar que Michel Pêcheux (1997), ancorando seus estudos nas releituras de Marx e de Freud, reitera um posicionamento teórico contrário à visão logocêntrica de sujeito como causa de si mesmo instaurada por Descartes.

Nas formulações pècheutianas, o sujeito do discurso é determinado sócio historicamente, vale dizer, afetado pela ideologia e atravessado pelo inconsciente. De acordo com Pêcheux (1997, p. 133), “o recalque inconsciente e o assujeitamento ideológico estão materialmente ligados, sem estar confundidos, no interior do que se poderia designar como processo do significante na interpelação e na identificação”.

Decorrente desses dois postulados, isto é, da relação entre ideologia e inconsciente, vemos que, para Pêcheux, é na língua que o sujeito materializa os efeitos de evidência resultando no que se conhece como os dois esquecimentos (ilusões), os quais podem ser resumidos assim: o sujeito imagina-se origem de seu dizer e capaz de controlar o que diz ou os sentidos do que diz (PÊCHEUX; FUCHS, 1975, p. 177).

Com este olhar, considera-se o atravessamento do histórico, do social nos dizeres, o que nos remete ao conceito de formação discursiva, cunhado por Foucault (1969), tido como regras anônimas que determinam a maneira de pensar, de interpretar, de agir de cada sociedade em determinado tempo. De acordo com Coracini (2005, p. 27), “há regras, leis do momento que autorizam a produção de certos sentidos e não de outro”.

Nesse sentido, relacionamos tais conceitos ou noções com os dizeres acerca da mulher, o que se fala e o que se cala sobre o feminino. A sociedade e tempos vigentes têm assistido a consideráveis avanços no que tange às conquistas de lutas femininas/feministas. Como se sabe, o caminho percorrido para se chegar ao reconhecimento de direitos e deveres<sup>2</sup>, que tem (ou deveria ter) qualquer outro ser humano, foi travado em meio a representações patriarcais que subordinavam a mulher ao âmbito privado, ou seja, “a sociedade

---

2 Como a Lei Maria da Penha (Lei 11.340), que objetiva, sobretudo, coibir a violência doméstica e familiar.

não reconhecia na mulher outras aptidões a não ser a maternidade e a de senhora do lar” (STEIN, 1984, p. 22).

Isso não significa dizer, entretanto, que, no século XXI, a mulher não continue sendo subjugada; ao contrário, basta ver, em noticiários e mídias diversas, as corriqueiras cenas ou denúncias de violência contra a mulher. Desse modo, homens e mulheres não estamos livres de dizeres e ações contraditórias sobre esse tema, uma vez que é constitutivo desta sociedade, de nossa formação discursiva, que ainda segue machista. É neste ponto que queremos avançar na análise das propagandas abaixo.

### ***Esbelt Lingerie e a representação do feminino***

Com o objetivo de vender, obviamente, esta empresa de lingerie busca valorizar as mulheres por meio da campanha *Superpoderosas Esbelt*, que se inicia com o seguinte texto:

#### **R1<sup>3</sup>**

A nova campanha publicitária - Superpoderosas Esbelt - resgata o espírito guerreiro que vive dentro das mulheres, ajudando-as em sua luta diária contra seus inimigos, como o baixo astral, o marido ou namorado saidinho, a amiguinha invejosa, entre outros tantos. O objetivo da campanha é valorizar a força natural das mulheres e ajudá-las a se sentir valorizadas e felizes.<sup>4</sup>

Notamos que há atribuição de características tidas como naturais às mulheres, como “Superpoderosas”, “espírito guerreiro”, “força natural”, as quais remetem ao discurso da emancipação feminina, quando consideramos as lutas e percalços pelos quais passa(ram) as mulheres. Os efeitos de sentido destes atributos são reforçados pelo verbo **resgatar**, que pressupõe recuperar, restituir algo que já estava com elas. No entanto, quem resgata é que tem a força, isto é, quem está em condições de resgatar é a marca de lingerie, e isto fica evidente no fio do dizer, mostrando a impossibilidade do controle do

3 R diz respeito a recorte e 1 implica a sequência de recortes.

4 <http://www.esbelt.com.br/campanhas.php>



que se diz, como apontamos com Pêcheux e Fuchs (1975).

O que nos chama a atenção também é o fato de esta empresa utilizar o verbo **ajudar** em dois enunciados: “*ajudando-as* em sua luta diária contra seus inimigos” e “*ajudá-las* a se sentir valorizadas e felizes”. Pensando assim, a representação que se deixa escapar pela porosidade da língua (AUTHIER-REVUZ, 1999) é contraditória, na medida em que há o pressuposto de que a marca de lingerie se vê como tutora de alguém incapaz de tomar atitudes por si só (ou grupo, se pensamos em organizações), de *sentirem valorizadas e felizes* (R1), sem recorrer aos artifícios da lingerie *Esbelt*.

Além disso, é importante observarmos a relação que a propaganda faz entre as materialidades discursivas: os enunciados (tanto os da abertura da campanha quanto os demais) e as imagens, como mostramos na sequência.



Imagem 1 (extraída do site <http://www.esbelt.com.br/campanhas.php>)

Descrevendo rapidamente esta imagem, percebemos uma coerência com os sentidos das palavras já citadas: *superpoderosas*, *espírito guerreiro* e *força natural*. Na superfície desta materialidade, há três mulheres: uma clara, uma negra e uma loira, a partir das quais pressupomos que, por se tratar de uma publicidade, a marca queira alcançar todas as mulheres, sem fazer distinção de raça, de cor etc. Se a intenção é essa, então as gordas, as fora de forma, segundo o padrão corporal ditado pelo mundo da moda, não são representadas na campanha, já que as modelos em questão são magras. Suas expres-

sões são fechadas, indicando a seriedade do momento de combate (“luta diária”, como em R1), além de dialogar com o famoso *carão* das modelos em poses fotográficas. As mulheres estão vestidas de guerreiras, cujas indumentárias mostram o funcionamento de uma memória discursiva, do interdiscurso, determinando a irrupção desses dizeres na atualidade. Neste texto, memória é tida na relação com a história e não com aspectos cognitivos.

Trata-se, assim, da memória de mulheres guerreiras que se destacaram na história ocidental, como, por exemplo, Joana d’Arc (que venceu a Batalha de Orleans – França – no final do século XIII, comandando 4000 homens e foi canonizada Santa Padroeira da França em 1920. Sua imagem é apresentada sempre portando armadura)<sup>5</sup>; e a lenda das Amazonas, que, na Antiga Grécia, eram “mulheres que andavam a cavalo, manipulavam o arco e a flecha com rara habilidade e se recusavam a viver com os homens em seus territórios”<sup>6</sup> (SANTANA, 2014).

Ao trazer a memória dessas guerreiras para o presente, atualizada, portanto, pela imagem propagandística que explora também a *arma em punho*, a empresa *Esbelt* dá ênfase à força das *Superpoderosas*, contrapondo-se, assim, à ideia de sexo frágil. Entretanto, o que parece ser uma força relacionada a poderes de guerrear, de lutar, de digladiar, representados pela relação com as mulheres cuja memória trouxemos à baila e também com relação às lutas feministas, o que prevalece é o jogo da sedução proporcionado pelo ajuste do corpo às formas, à formatação, do histórico *espartilho* que determina o curso do corpo.

Não sem razão, todas as modelos usam corpetes estilo espartilho, o que, aliás, é o produto carro chefe da *Esbelt*. De acordo com o Dicionário Aurélio<sup>7</sup>, espartilho é um “colete com lâminas de aço ou barbas de baleia, usado por mulheres para comprimir a cintura

---

5 [http://pt.wikipedia.org/wiki/Joana\\_d'Arc](http://pt.wikipedia.org/wiki/Joana_d'Arc)

6 <http://www.infoescola.com/mitologia/a-lenda-das-amazonas/> (observe-se a relação desta lenda com as índias brasileiras na região que hoje leva o nome de Amazônia).

7 <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=espartilho>

e dar elegância ao corpo”. Inicialmente, era uma peça do vestuário feminino usada para manter a postura e sustentar os seios. Depois, foi usado para redução da cintura, obviamente causando problemas de saúde à mulher, uma vez que provocava pressão dos órgãos internos. Com o advento do sutiã, transformou-se em produto de fetiche acompanhando as idas e vindas da moda, como é o caso da propaganda em análise.

Antes de avançarmos um pouco mais, observemos a seguinte fotografia:



Imagem 2 (extraída do site <http://www.esbelt.com.br/campanhas.php>)

Aprofundando-nos em nossa análise, é possível evidenciarmos os efeitos de sentido decorrentes de outros enunciados deste discurso bélico; pois, se há guerra, então, há inimigos. O recorte 1 (R1), destaca-os como: “o baixo astral, o marido ou namorado saidinho, a amiguinha invejosa”. Este trecho está em consonância com os enunciados da imagem 2, os quais trazemos como recorte 2 (R2) da seguinte forma:

## **R2**

Marido saidinho, melhor andar na linha. Sinta-se superpoderosa. Sinta-se Esbelt.

Notemos que a “luta diária” é travada com os inimigos, dentre os quais está o *marido saidinho*. O verbo “sair”, utilizado pela propaganda na forma nominal “saído” no diminutivo, de acordo com a situação enunciativa e com a linguagem popular do brasileiro, aponta para os sentidos que qualificam o homem *abusado*, *saliente*, *espertinho* e *assanhado*; o homem *pegador*, aquele que *sai* de casa para estar com outra(s) mulher(es). Quanto ao trecho “melhor andar na linha”, um primeiro olhar permite-nos dizer que a mulher, por estar vestida como uma guerreira amazona, vai fazer com que o marido tenha uma postura correta, de acordo com a moral e os bons costumes, sentido possível da expressão “andar na linha”.

Entretanto, é importante observamos que, por causa do uso da vírgula, não há especificação do sujeito do enunciado; o que implica dizer que há uma elipse na estrutura frasal (melhor □ andar na linha), um lugar vazio que pode ser ocupado tanto pelo marido quanto pela esposa, sugerindo, desse modo, duplicidade de sentido. Essa interpretação é plausível na medida em que a palavra “linha” também pode ser relacionada com a lingerie utilizada pela modelo, ou seja, o corpete que lembra um espartilho é uma linha, um segmento ou coleção de lingerie da marca *Esbelt*. Neste contexto, podemos depreender que a peça serve de elemento chave na sedução para prender o marido ou em casa ou a seus caprichos, provocando um efeito contrário e, neste caso, também contraditório, ao que se propõe a

campanha publicitária. Em outras palavras, em vez de uma guerreira que luta contra seu inimigo (o marido saidinho), por esse viés interpretativo, há uma submissão da mulher aos desejos e dominação do macho, posto que é ela quem é compelida a andar na linha, a comprar, a *sentir-se Esbelt*, esbelta, magra e elegante, portanto.

Ainda falando sobre a natureza bélica desta publicidade, o outro inimigo que se evidencia é a *amiguinha invejosa*, como vimos em R1. O uso do grau diminutivo, em muitos contextos, pode ser uma maneira carinhosa de tratar alguém. Obviamente, não é o caso, uma vez que aqui se trata de inimigos. A marca *Esbelt* explora o imaginário da/sobre a mulher brasileira, visto inclusive como mito, de que a mulher é inimiga da própria mulher, alicerçado, então, no discurso da rivalidade feminina. Uma das provas desta representação é a música dita de sucesso de Valesca Popozuda, *Beijinho no ombro*, cuja letra pode ser considerada uma intertextualidade com a propaganda de lingerie ao ver a mulher como invejosa, recalçada, piriguete, cachorra, inimigas e rivais contra as quais é preciso lutar, inclusive tendo Deus enquanto escudo, como diz a funkeira; além de que as armas em punho das modelos da propaganda demonstram a prontidão para a luta: “não sou covarde, já to pronta pro combate”. Vemos, então, que tais dizeres estão calcados na formação discursiva das brasileiras, esse lugar discursivo que autoriza a irrupção desses sentidos que, ao nosso ver, reforçam o velho discurso patriarcal.

É importante lembrar, além disso, que a marca *Esbelt* também possui uma linha de produtos masculinos. No entanto, o que se evidencia, no caso do homem, é o cuidado com a saúde, como o enunciado “promove a sustentação lombar, auxilia na redução de medidas do abdômen e proporciona alívio em certas dores lombares”<sup>8</sup>.

Quisemos, com base na análise acima arrolada, mostrar as contradições que enviesam a materialidade linguística da campanha publicitária de lingerie *Superpoderosas Esbelt*, no que tange às representações do universo discursivo feminino. Tais contradições nem sempre são perceptíveis no fio do discurso, uma vez que a estrutura da palavra mostra certa vontade de controle do dizer, tanto

---

8 [http://www.esbelt.com.br/masculina\\_camisete-skin-5770.php](http://www.esbelt.com.br/masculina_camisete-skin-5770.php)

como origem do dizer quanto do controle dos sentidos que queremos transmitir. Entretanto, de acordo com nossa perspectiva teórica, porque somos sujeitos constituídos mais de inconsciente do que de consciente, os sentidos, as nossas representações do outro e de nós mesmos, são, a todo tempo, atravessados por esse lugar constitutivo em que trabalha também a ideologia, daí porque estamos sempre na iminência de dizer mais do que pretendemos.

A nossa contribuição, com este trabalho, foi a de questionar o lugar estabilizador dos sentidos, o lugar que nos intimida a aceitar que o gênero, masculino e feminino, é naturalmente dado. Eis o funcionamento ideológico, posto que, se as relações e os gêneros são naturais, se são estabelecidas por forças divinas, então não caberia a nós mudá-las.

## Referências

AUTHIER-REVUZ, J. **Palavras incertas**: as não-coincidências dizer. Campinas: Ed. da UNICAMP. 1998.

CORACINI, M. J. R. Concepções de leitura na (pós-)modernidade. In: LIMA, Regina Célia

de C. Paschoal. **Leitura: múltiplos olhares**. Campinas: Mercado de Letras, 2005, p. 15-44.

D'ARC, J. Disponível em [http://pt.wikipedia.org/wiki/Joana\\_d'Arc](http://pt.wikipedia.org/wiki/Joana_d'Arc) - Acessado segunda-feira, 01 de setembro de 2014, às 22h.

ESBELT LINGERIE. Disponível em <http://www.esbelt.com.br/>. - Acessado segunda-feira, 01 de Setembro de 2014, às 20h10min.

FOUCAULT, M. (1969). **Arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

MICHAELIS. Espartilho (verbete) In: **Dicionário on line**. Disponível em <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portuguesportugues&palavra=espartilho>. Acessado terça-feira, 02 de setembro de 2014, 8h20min.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 3.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

\_\_\_\_\_. & FUCHS, C. (1975) A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas. In: GADET, F. e HAK, T. (Orgs.) **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988. p. 163-252.

\_\_\_\_\_. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre *et al.* **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-57.

POPOZUDA, V. **Beijinho no ombro**. Disponível em <http://letras.mus.br/valeska-popozuda/beijinho-no-ombro/> - Acessado quarta-feira, 03 de setembro de 2014, às 09h13min.

SANTANA, Ana L. **A lenda das amazonas**. Disponível em <http://www.infoescola.com/mitologia/a-lenda-das-amazonas/> - Acessado terça-feira, 02 de setembro de 2014, às 11h15min.

STEIN, Ingrid. **Figuras femininas em Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

# A “LÍNGUA” INFLAMÁVEL DE ANTÔNIO CARLOS LIMA

Marta Helena Cocco<sup>1</sup>

É possível que a “língua” de todos os poetas seja mesmo inflamável, mas esse atributo é dedicado especialmente àqueles que produzem uma lírica ardente no viés da crítica político-social, da crítica à desumanização e no viés erótico das relações amorosas. O poeta Antonio Carlos Lima apresenta uma produção que pode ser pensada nessa perspectiva, como demonstraremos neste capítulo, destacando os procedimentos linguísticos mobilizados nos textos.

Antonio Carlos Lima, conhecido como Toninho, é paranaense nascido em Terra Boa e reside em Cuiabá-MT desde 1980. De 1968 a final de 1971 residiu em Campo Grande. Apresentado pela imprensa, pelos amigos e por ele próprio como um poeta multimídia, Toninho, com formação universitária incompleta, já atuou como publicitário e compositor musical (foi integrante do Caximir, um grupo performático de música, poesia e cena, que atuou na capital do estado na década de 80 e no final dos anos 90). A sua experiência com a música e a publicidade está presente em muitos poemas em que se vislumbra um primoroso trabalho com os aspectos sonoros e semânticos da língua (aliteração, assonância, rimas, ironia, ambiguidade e outros), conforme demonstraremos a seguir. Seus poemas circularam em caixas de fósforo, livros, shows, saraus, performances, em varais no saguão da UFMT e outros espaços públicos e privados. Uma leitura atenta do conjunto da sua obra, aponta, de imediato, para um fazer poético alinhado com perspectivas políticas mais ou menos aos moldes do movimento da contracultura, nos anos 60, quando

---

<sup>1</sup> Professora de Literaturas da Língua Portuguesa da Unemat, campus de Tangará da Serra. Doutora em Letras e Linguística, pesquisadora dos grupos: Literatura e ensino (Unemat/CNPq) e Literatura infanto-juvenil: poesia e prosa (Unemat/CNPq).



artistas demonstravam, com atitudes e obras, a negação dos valores hegemônicos impostos por uma sociedade capitalista excludente. Também podemos inseri-lo num movimento mais amplo, ocorrido em centros urbanos como o Rio de Janeiro, nos anos 80, chamado Poesia marginal. Esse movimento era assim definido pelos próprios participantes, com base nos seus aspectos estéticos e econômicos, especialmente as condições de edição e de circulação. Escritores como Cacáso, Chacal, Ana Cristina Cesar e Francisco Alvim, também conhecidos como os poetas da geração mimeógrafo, imprimiam seus próprios poemas e os distribuía.

Na capital mato-grossense os poemas de Toninho ganharam fama, também, pelo modo artesanal como foram editados. Muitos deles tinham como suporte uma caixa de fósforos. Também houve a fabricação de um pequeno livro feito artesanalmente, pelo próprio autor, em papel reciclado e pequena tiragem, no ano de 2007. Intitulado *Língua de fogo*, o livro não traz ficha catalográfica, possui oitenta páginas e reúne poemas inéditos e alguns publicados anteriormente, nas caixas de fósforo. Em 2011 o autor publicou *A! Pô! Cá! Ali! Psiu!*, pela editora Carlini e Caniato.

Sabe-se que para a edição de um livro são necessários recursos próprios, ou o investimento de alguma editora, ou um projeto aprovado pelas leis de incentivo à cultura. Toninho resistiu a essa última possibilidade, criticando o modo como a lei tem sido usada para financiar determinados projetos. Sem entrar no mérito da questão, é curioso relatar que houve uma circunstância em que Toninho decidira usar os benefícios da lei, incentivado por amigos. Mas não conseguira concorrer ao edital, segundo seu depoimento, por não conseguir comprovar o endereço residencial. Esse incidente pode parecer irrelevante mas, se estivéssemos discutindo questões relativas à formação do cânone, certamente tal informação ajudaria a compreender por que alguns artistas ficam à margem, considerando-se, em alguns casos, que o talento criativo nem sempre se compatibiliza com as demandas da vida pragmática. Não nos estenderemos nesse ponto, para voltar às características editoriais das suas obras. Com uma única edição artesanal no formato livro, e uma única publicação

via editora, a maior parte da poesia de Toninho foi apresentada em caixas de fósforo. Os poemas são digitados, reproduzidos, recortados e reunidos em caixinhas de fósforo. Podemos chamá-los de haicais à brasileira, por serem poemas de poucos versos e por não possuírem a rigidez formal do modelo japonês (3 versos: 5, 7 e 5 sílabas poéticas), nem temática definida. Todo o processo é feito pelo autor que também assume a responsabilidade da circulação das caixinhas. Como o custo da produção é baixo, a venda se torna relativamente mais fácil, e, ao contrário do que se possa supor, os poemas de Toninho são conhecidos e difundidos numa proporção maior do que de outros autores que têm sua obra editada em livro, no estado de Mato Grosso. Segundo informações obtidas em entrevista com o escritor, circulam cerca de cinco mil exemplares entre caixinhas e outros suportes com os títulos: *Pé no céu que a terra pirou* (1982), *A torre de bordel* (1988), *sacofonia* (em parceria com Luiz Renato - 50 poemas cada autor, 1986) *Chama Viva* (1998). A partir de *Chama viva*, as outras caixas foram produzidas e chamadas de *Poesia Encaixada*. Da entrevista que fizemos com o autor, registramos que Toninho assume como possíveis influências na sua criação: Bashô, Rimbaud, Mallarmé, Décio Pignatari, Augusto dos Anjos e Paulo Leminski. Inserir aqui imagens de dois de seus livros-caixas:



Anotadas essas peculiaridades biográficas e editoriais, passemos à leitura de alguns de seus textos, destacando que, em se tratando de poemas, a forma e o conteúdo não se dissociam, pelo contrário são complementares no processo da interpretação, conforme tantos

teóricos já assinalaram, entre os quais Bakhtin: “o tema e a forma do signo ideológico estão indissolivelmente ligados”. (2002, p.45). Assim, devemos dizer que, talvez em função do próprio formato da edição, muitos dos poemas de Antonio Carlos Lima têm curta extensão, variando predominantemente de dois a cinco versos em uma única estrofe, com ou sem título. Enfatizaremos, em nossa leitura, os expedientes linguísticos usados pelo autor para a construção dos sentidos. Os versos são livres, com ou sem rimas, vários trocadilhos, especialmente construídos pela subversão de aforismos populares como este:

#### CAPITALISMO

Quem é mole

Acaba duro

(Chama Viva)

Nesse poema, o adjetivo *duro* remete, entre outros, aos sentidos de *sem dinheiro* ou *morto*, enquanto *mole* pode significar sem disposição para o trabalho, na perspectiva do capitalismo com todas as suas nuances críticas, inclusive a incompatibilidade, em certos casos, com valores como humanidade, honestidade, generosidade, sensibilidade, para os que almejam ascensão social no sentido econômico. O pronome indefinido *quem* possibilita a remissão a um sujeito indeterminado e generalizante. A apropriação e transgressão do ditado popular *água mole em pedra dura tanto bate até que fura*, sob a imaginação do poeta, se dá pela substituição do sentido de persistência pelo de endurecimento. Essa substituição pode ser vista como um conselho, mas preferimos os sentidos que apontam para uma denúncia, para uma crítica da anulação da sensibilidade que o sistema propõe. Sob esse prisma, o poema revela a sua apropriação de um discurso corrente, como aponta Mikhail Bakhtin, independentemente de um juízo acerca da literariedade:

O crítico literário teria que estar atento ao vasto rumor discursivo, à apa-

rente cacofonia dos discursos em flutuação na sociedade, das piadas de café aos compêndios científicos, do discurso publicitário ao da especulação filosófica, das letras de canção popular às doutrinas políticas e religiosas, para verificar, posteriormente, como o texto literário os incorpora, adapta, transgride ou subverte totalmente. (Bakhtin, 2002, p.44).

Tais apropriações de que fala Bakhtin estão presentes em boa parte da obra de Antonio Carlos Lima, em que estão explícitos ou implícitos ditados populares, lugares-comuns e outros textos.

Uma das estratégias linguísticas para abordar poeticamente certas práticas já consolidadas num dado tecido cultural, no caso do poema a seguir, o ambiente político brasileiro (no sentido partidário e governamental), é o desmembramento da palavra em outras unidades a fim de obter novos signos:

Depois da  
Idade da Pedra  
só restou  
o pó lítico.  
(Poesia encaixada)

O texto também poderia ter sido escrito como um período composto por duas orações. A principal e a adverbial temporal. Como poema, justamente o plano da temporalidade constitui a grande ironia do texto, o que equivaleria a dizer: depois da pedra restou a pedra – ela mesma – ou o pó da pedra, ou o político, acrescentando-se a ênfase no advérbio de exclusão “só”. O desmembramento da palavra político em duas, pó e lítico, a ratifica. Nesse sentido, a humanidade teria chegado a um estágio destrutivo, já que o pó significa o final de tudo, remetendo-nos à sentença bíblica “és pó e ao pó retornarás” (Gênesis:3,19). Lítico é adjetivo e significa relativo a pedra. Ora, se depois da pedra veio o pó da pedra e, se pedra remete, entre outros, aos sentidos de árido e sólido, pode metaforizar o antilirismo, a falta de sensibilidade. Por esse caminho, a humanidade não teria saído do seu estágio de bruteza, ou teria se transformado em sua antígona, a

desumanidade. O processo, a transformação da pedra em pó, exige um agente que não pode ser outro a não ser o próprio ser humano em seu curso histórico. Dentre os humanos, destaca-se uma função: a do político. Sim, a palavra político não está elidida do texto, pelo contrário. No plano semântico sugere que a política tem contribuído para o cenário destrutivo. O político como profissional surge com o crescimento da complexidade da vida social humana. É uma demanda da organização das sociedades e, no caso das democracias, tem a finalidade de servir ao povo. A palavra só, também é dúbia, pode ser advérbio, com o sentido de apenas, mas pode ser adjetivo, com sentido de sozinho. O político, como representante popular, ao empreender leis e ações que não favorecem melhores condições de vida a esse povo, contribui para o cenário destrutivo e, no fim, desaparece, soma-se ao pó. Ou ainda, o mau político é o resquício da brutalidade e da ignorância de um estágio primitivo da humanidade.

Num outro poema do autor, permanece o olhar crítico sobre a política:

Mesmo  
pacato  
o mentecapto  
só capta  
o pacto  
do capital  
com o capeta  
depois do  
impacto  
que compacta  
o pato.  
(Poesia encaixada)

A sonoridade desse poema salta aos olhos. O recurso sonoro predominantemente utilizado nesse texto foi a paronomásia, que consiste no uso de palavras semelhantes no som, mas diferentes quanto ao sentido (D'Onófrio, 2001, p.17): pato, pacto, impacto,

etc. Também ocorre aliteração dos fonemas /t/, /k/,/p/ sugerindo pressão, compactação, em todo o poema. Assim, reforçado por esses recursos sonoros, o sentido da palavra pato tende para sua versão metafórica popular (pagar o pato=arcar com as consequências) e se destaca, no final do poema, como se fosse o local “onde a corda arrebenta”. Observa-se que ela vem acompanhada de vocábulos que indicam a consequência (explosão *impacto*, *compactação*, *compacta*), mas também de vocábulos que indicam a causa (*pacto do capital com o capeta*) e, ainda, uma ironia na concessão para o sujeito que, pelos indícios, não é politizado ou não é um leitor crítico (*mesmo pacato o mentecapto*). Aliás, imaginamos o poema sem o advérbio de concessão “mesmo”. Essa ausência direcionaria a leitura para um dos sentidos que seria o de responsabilizar a não percepção do pacto ao fato de ser pacato. Mas a presença desse advérbio pode dar um sentido inclusivo ao texto dizendo que, pacatos ou não, os mentecaptos (seriam todos?) não se dão conta do pacto antes da auto compactação, assim ela seria inevitável e crescente, como a força sonora das aliterações que a sugerem. A elipse da forma verbal *sendo* nos dois primeiros versos é “um” entre os recursos de condensação da mensagem usados no texto.

Nos versos a seguir, num primeiro momento, pode-se pensar que o poema faz alusão aos dois modos distintos de se escrever no papel, conforme as culturas do ocidente e do oriente. Em muitos países orientais escreve-se da direita para a esquerda. Mas, uma leitura mais atenta, nos convoca a perceber a ironia no texto. A estratégia linguística para tal fica por conta da polissemia da palavra *pra*, variante popular de *para*, funcionando ao mesmo tempo como preposição com valor semântico de rumo, direção e como conjunção com valor semântico de finalidade. O resultado final pode ser interpretado como a leitura que o eu lírico faz da atuação dos governos cuja proposta e prática, antes das eleições, possui um conteúdo discursivo e, depois das eleições, toma outros rumos pragmáticos.

A história Ocidental  
Sempre foi escrita

Da esquerda  
Pra direita.  
(Chama Viva)

No âmbito da política internacional, sem eufemismos, o eu lírico elenca os produtos do chamado terceiro mundo (droga) que, em conjunto com os do primeiro (armas) financiam os vícios da Cia, conforme vemos neste poema:

Droga  
fuzil  
míssil...  
Tudo isso  
financia  
os vícios  
da Cia.  
(Chama Viva)

Nesse, também a aliteração do som do /s/ contribui para a formação do som que imita o zunido de um míssil ou ainda, sugere a presença da onomatopeia “psiu”, indicando que o texto seja lido em tom de sussurro, como se tratasse de informação perigosa, sobre a qual convém silenciar. A Cia (Central Intelligence Agency) é um serviço de inteligência dos Estados Unidos e serve para coletar informações, fazer espionagem com vistas à segurança. Com o crescimento da tecnologia, seu papel tem sido reduzido para a NSA (**National Security Agency**).

Outro texto em que o recurso da aliteração se faz presente é este, com os sons do /p/ e do /t/. Nele há a denúncia da falta de controle sobre a extração de recursos naturais do país, muitas vezes feita com a conivência ou por negligência dos órgãos governamentais que têm a incumbência da fiscalização. É um dos poucos poemas em que o aspecto regional se faz presente, seja pelo uso do pronome possessivo *nosso*, seja pelo uso do vocábulo *pequi*, planta comum na região tropical do centro oeste brasileiro. Além da aliteração,

destacam-se as rimas: plantas/pilantras, pequi/aqui. Essa sonoridade, associada ao aspecto semântico do texto, confere ao texto uma atmosfera tensa, apropriada à denúncia.

Piratas  
de plantas  
roubaram  
nosso pequi  
e nem  
vieram aqui  
os pilantras.  
(Poesia Encaixada)

A poesia de Antonio Carlos Lima tematiza, sintética e inteligentemente, ora a crueldade e a perversão dos mecanismos de poder, ora o amor sensual e carnal, com todas as nuances dos relacionamentos furtivos e intensos, além de outros temas. Por se situar preferencialmente entre esses temas mais inflamados, do campo semântico do fogo, de postura combativa ou erótica, são muito apropriados alguns títulos dos seus livros como *Língua de fogo*, *Chama Viva* e *A!po!ca!ali!psiu!*, que remete à profecia do fim dos tempos pela ação do fogo. Também são coerentes, por esse viés interpretativo, os suportes “caixas de fósforo”.

Sobre o lirismo sensual e erótico, apresentaremos a seguir alguns textos. No poema que segue, por exemplo, desperta a nossa atenção o fato de o eu lírico trazer à cena imagens de um campo semântico não muito convencional para a lírica amorosa:

Amar é lar  
  
O amor tece a vida.  
Amar é alta, a maré baixa  
E, só a mando,  
A gente se entende.  
Amar em bonde andando ferroa



Mas é bonde, mora na estrada.  
Mesmo que amasses antes,  
Se amor dás, verás:  
Amor te espera no chuveiro;  
Amor, bidês, amor, toalhas,  
A mármore, bundas....  
E amor te espalhas pela sala  
Como amá-la aberta no tapete,  
Amar melada sobre a mesa,  
Amar retada incontida,  
Amar gozo final.  
Viver é amar cada mortal  
E, a macerada vida, a paga.  
(Língua de fogo, p. 4)

Nesse poema, o destaca-se o recurso linguístico denominado cacofonia, que consiste na formação de um som desagradável ou ambíguo, pela junção de sílabas ou palavras. Já no título temos a ambiguidade com a frase “amar é lar” e o verbo amarelar, provocando alusão aos sentidos de intimidade e de medo na relação amorosa. Os cacófatos vão sugerindo várias ideias para essa relação como a de submissão (a mando), sofrimento (ferroa), morbidez (morte, mortalha, moribunda, marretada, gozo final). O ato de amar, mesmo com o tom de brincadeira sugerido pelas cacofonias, vai se compondo de um cenário de estranha sensualidade que culmina com a afirmação de que o ato de amar traz como preço a vida macerada.

No poema seguir, para descrever uma cena de erotismo confirmado pelo sentido popularizado do signo vaivém, a artimanha linguística fica por conta da composição rítmica em versos curtos, com acento nas últimas sílabas, reforçando o movimento sexual implícito.

Você é linda  
Quando chega  
E ao partir  
Também

Mas gosto  
Mais ainda  
Do seu  
Vai-e-vem.  
(Poesia Encaixada)

Antonio Carlos Lima, ao compor poemas curtos, de alta densidade e tensão, por meio de estratégias linguísticas em que o óbvio ou o comum são reconstruídos, demonstra sua habilidade em versejar e, ao eleger temas da lírica político-social ou amorosa, o faz com sua língua inflamável, com poder de fogo, elemento vinculado a sentidos como: paixão, sexo, luta, denúncia. Mas a poética do autor não se resume a esses temas, embora tenham sido objeto do nosso recorte. Há muita delicadeza e ternura em muitos textos, como este, em que há uma intertextualidade com um famoso poema do poeta português Fernando Pessoa:

Tudo vale a pena  
se há alma  
e ao menos  
um poema.  
(Chama Viva)



Com esse poema, que destaca a importância do lirismo e da sensibilidade, e com uma fotografia do poeta, encerramos este texto em que intentamos demonstrar uma parte da produção literária de um dos autores mais importantes da contemporaneidade em Mato Grosso. Quem conhece Toninho arrisca-se a dizer que, em certa medida, vida e poesia se confundem sob a perspectiva de estar à margem das convenções.

### **Referências:**

BAKHTIN, Mikhail (Volochínov). **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12<sup>a</sup> ed. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2006.

D'ONÓFRIO, Salvatore. **Teoria do texto 2. Teoria da lírica e do drama**. São Paulo: Ática, 2001.

LIMA, Antonio Carlos. **Língua de fogo**. S/R

# **METODOLOGIAS VARIADAS, IDENTIDADE DO APRENDIZ E O ASPECTO CRÍTICO NA AULA DE LÍNGUA: UMA PROPOSTA PARA O ENSINO DE INGLÊS**

**Bárbara Cristina Gallardo<sup>1</sup>**

**Norma Gisele de Mattos<sup>2</sup>**

Tendo em vista os resultados insatisfatórios no ensino e aprendizado de inglês nas escolas regulares, apresentamos neste trabalho uma oficina voltada para a prática da língua inglesa, tendo como base o aprendizado de línguas sob uma perspectiva identitária (NORTON, 2000) e atenção à linguística aplicada crítica (PENNYCOOK, 2006). Elencamos os procedimentos da confecção da oficina “This is where I live”, destacando o uso de diferentes metodologias de ensino de línguas, como forma de promover a prática situada das funções ‘informar localidades’ e ‘dar direções’ e incentivar a discussão sobre a qualidade do transporte público na cidade de Tangará da Serra.

As oficinas organizadas pelos bolsistas do PIBID sob nossa supervisão, partem do princípio de que, além dos problemas habituais nas escolas regulares- escassa quantidade de aulas de inglês, classes lotadas, etc (GRIGOLETO, 2000) - a rotina livro/exercício das salas de aula torna-se maçante e sugere ao aluno que aquilo que ele está aprendendo não é uma língua, mas um conjunto de regras como qualquer outra matéria das ciências exatas. Mesmo o trabalho com músicas em inglês, apesar de motivante, aplicado de forma isolada, parece não convencê-lo de que trata-se de uma língua em uso, uma língua internacional cujo domínio é cada vez mais exigido como forma de participação no mundo atual (MOITA LOPES, 2006).

---

1     Docente do Curso de Letras da Unemat, *Campus* de Tangará da Serra. Doutora em Linguística Aplicada. E-mail: barbarag@unemat.br

2     Docente do Curso de Letras da Unemat, *Campus* de Tangará da Serra. Mestre em Estudos da Linguagem. E-mail: giwell.mattos@hotmail.br

Apesar desses problemas, a observação de aulas feita pelos bolsistas nas aulas de inglês mostrou como um aspecto positivo a adoção de livros didáticos que partem de contextos para a abordagem de textos com temas que fazem parte da realidade do brasileiro em geral e que pontuam questões importantes relacionadas aos gêneros textuais. Estes livros são substituídos a cada três anos, o que sugere a atualização constante de conteúdo, uma necessidade nos dias atuais em que as informações tornam-se rapidamente obsoletas. Esta foi uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC) por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) que atende à área de língua inglesa, dentre outras disciplinas. Os autores são professores da área da linguagem que fazem pesquisa sobre o ensino-aprendizagem nas escolas.

No entanto, argumentamos que o sistema educacional atual (salas de aula com 30 alunos, carteiras organizadas em fileiras, giz e lousa, ventilador de teto, etc) impõe a organização da aula com foco no livro didático e no professor, impossibilitando a aplicação de outros métodos, além do gramática-tradução<sup>3</sup>. A oficina que descrevemos neste artigo contempla os métodos *comunicativo*, o *audiolingual*, o *resposta física total* e o *silencioso* em diferentes momentos da apresentação e prática do conteúdo *localidades* e *direções*. O foco está na compreensão da língua como uma prática social, uma língua que não se limita ao que está escrito no livro didático, mas que oferece oportunidades de se fazer coisas.

Neste caso, as oficinas de língua inglesa tornam-se fundamentais na escola, pois são uma forma de se ter contato com a língua de forma prática, sem perder de vista as metodologias que norteiam o ensino-aprendizagem de LEs. Oferecem um número de vagas limitado (até 12 alunos) e, assim, mais oportunidades de participação de todos. Para isso, são oferecidas constantemente (conforme a demanda), em diferentes momentos.

---

3 Os professores não precisam ter o domínio oral da língua-alvo para usar o método gramática-tradução, apenas de regras gramaticais. As atividades incluem a memorização de listas de palavras e a tradução (MICCOLI, 2013). Diferente das características da era tecnológica a qual vivemos atualmente, no contexto do século XIX, era significativo porque o objetivo principal dos aprendizes era a leitura de obras literárias.

Além das metodologias, os projetos para as oficinas levam em conta a identidade do aprendiz, ou seja, organiza os conteúdos partindo da experiência dos aprendizes e dos seus contextos de participação. Por exemplo, para abordar o tema ‘transporte’ mostra fotos do trânsito da cidade, dos ônibus e das condições das avenidas. Não parte, por exemplo, do trânsito das marginais de São Paulo. A acessibilidade a celulares e *tablets* facilita essa organização.

Tendo em vista a perspectiva do ensino transgressivo de línguas estrangeiras (PENNNYCOOK, 2006) e o papel do professor do século XXI (URZÊDA FREITAS, 2013), as oficinas incluem em seu planejamento uma parte questionadora de questões sociais. Neste caso, a discussão girou em torno do tema *transporte público*.

A seguir, apresentamos brevemente a perspectiva identitária que fundamenta a proposta deste artigo.

## **1. Identidade e aprendizado de línguas estrangeiras**

O inglês é uma língua estrangeira no Brasil, adquirido, assim, por meio da aprendizagem (estudo consciente de regras) e não da aquisição (processo inconsciente de princípios de organização da língua) (KRASHEN, 1982). Este fator influencia a motivação para o domínio desta língua, muitas vezes de forma negativa, uma vez que o aprendiz não sente a necessidade de usá-la no seu cotidiano. Entre os fatores que dizem respeito à motivação no ensino de línguas, Gardner (1985) pontuou o desejo de se atingir uma meta, o esforço e as atitudes favoráveis quanto ao aprendizado.

Levando em conta os fatores *motivação* e *aquisição de língua estrangeira*, Norton (2000) estudou o processo de aquisição de uma segunda língua por imigrantes no Canadá. Sob uma perspectiva identitária, o estudo mostrou que a interação entre canadenses e imigrantes (principalmente refugiados) é superficial, voltado exclusivamente ao universo de bens e serviços<sup>4</sup>, dificultando a aquisi-

---

4 A análise dos relatos de imigrantes dos países em desenvolvimento mostrou que os canadenses, em geral, interagem com os estrangeiros somente para falar sobre serviços que contratam, por exemplo, limpeza e concertos em geral (NORTON, 2000).

ção de estruturas complexas desta língua pelos imigrantes, uma vez que, eles só têm a oportunidade de conversar com outros imigrantes aprendizes da língua inglesa<sup>5</sup>. Para as cinco participantes da pesquisa de Norton, este fator foi decisivo para o fracasso da aquisição da fluência, não somente pela falta de uso em contextos mais amplos, mas por ter afetado a identidade dessas pessoas. Isto porque a questão identitária perpassa a pergunta “Quem sou eu?” que está naturalmente associada à pergunta “O que eu tenho permissão de fazer?” (NORTON, 2000, p. 8)

O trabalho de Bourdieu (1977) sobre capital simbólico igualmente remete à questão identitária quando sugere que “o discurso sempre deve a parte principal de seu valor ao valor dado à pessoa que o declara”<sup>6</sup> (p. 652). Nesse prisma, Weedon (1997) relaciona a identidade a relações materiais de poder e argumenta que o acesso aos bens materiais é que vai determinar os desejos de cada um, por exemplo *o que eu tenho e o que eu posso ter?*<sup>7</sup> *Que condições eu tenho de atingir as posições que desejo?* Caso as oportunidades sejam escassas ou improváveis, o aprendiz internaliza uma postura que o incapacita, por exemplo, de aprender uma nova língua.

No contexto brasileiro, o inglês é uma língua estrangeira<sup>8</sup> (doravante LE) e por isso, só é aprendido/falado nas escolas regulares e escolas de idiomas. Levando-se em conta a questão identitária, por muito tempo os livros didáticos trouxeram imagens de lugares famosos nos Estados Unidos, como a estátua da liberdade, o *Time Square* e as paisagens da Califórnia. O ensino tinha como referência uma realidade muito distante do aprendiz brasileiro, fazendo com que ele concebesse a língua inglesa (doravante LI) como algo sagrado

---

5 Refiro-me ao uso do inglês para falar sobre si mesmo, angústias, planos e questões mais complexas do que a rotina do cotidiano que não acontecem na interação com falantes nativos.

6 Speech always owes a major part of its value to the value of the person who utters it. (p. 652)

7 Neste caso, não somente bens materiais, mas o capital simbólico adquirido nas relações e posições sociais que ocupa.

8 Quando uma língua é estrangeira, ela não é falada em um país. No Brasil, temos uma língua oficial: o português. Ao contrário, a segunda língua é usada pelos habitantes de um país, além da língua oficial. Por exemplo, no Canadá, o inglês é primeira língua, exceto na província de Quebec, e o francês, a segunda porque é falado em lugares públicos. Em Quebec, o francês é a língua oficial e o inglês, a segunda língua.

que não pertencia ao seu mundo. Os livros didáticos produzidos no Brasil pelo PNLD tiveram como objetivo aliviar essa sensação, aproximando os temas à realidade dos brasileiros. Conforme indicam os objetivos das Orientações Curriculares para o Ensino Médio - Línguas Estrangeiras (OCEM-LES, 2006), questões sobre cidadania, inclusão e exclusão passaram a integrar o ensino da LI.

Com essa questão aparentemente sendo reorganizada, entendemos que as oficinas, tais como as propostas neste artigo, contribuem para a realização de um ensino-aprendizado que dê conta de apresentar habilidades comunicativas e as competências linguística, estratégica e sociocultural. Afinal, conforme pontua Smith (1976), o objetivo de se ensinar/aprender uma língua está na possibilidade de comunicar os próprios valores e culturas para falantes de outras culturas. A sugestão, nesse caso, é integrar o cotidiano dos aprendizes ao seu aprendizado por meio de experiências de uso da língua.

Na próxima seção, discorremos sobre o ensino-aprendizagem de LEs sob uma perspectiva crítica.

### **O conteúdo crítico no ensino de LEs na atualidade**

Dentre outros objetivos que atendem às exigências da atualidade, as OCEM-LES (2006) estabelecem o “lidar com os conflitos inerentes à educação, ao ato de ensinar, à cultura que consolida a profissão de professor, ao aprendizado de LEs e a construção de uma visão de mundo” (p. 88). Sugere o trabalho com o letramento crítico no ensino de LEs a fim de pontuar o papel do ensino dessas línguas na construção da cidadania.

Um dos pontos marcantes nessa iniciativa é o de que o ensino de línguas não pode ficar restrito aos aspectos linguísticos e culturais, mas integrar, junto com outras disciplinas, um todo que visa a formação do cidadão crítico. Esta característica exige a formação do professor pesquisador e reflexivo em uma perspectiva social, um professor sensível aos problemas do cotidiano que discuta questões sociais que interferem direta ou indiretamente na vida de todos.



Esta não é uma tarefa fácil uma vez que todo discurso está embrenhado em ideologias e, assim, nossos valores e crenças são exteriorizados a cada enunciado. O estudo de Ellsworth (1992), por exemplo, mostrou que as relações assimétricas de poder entre professores e alunos compromete a transformação de desigualdades sociais. Um professor homofóbico, por exemplo, pode influenciar a opinião de seus alunos, de forma consciente ou não. Embora vivamos em um país democrático, com liberdade de pensamentos e opiniões, esta não é considerada uma postura adequada em uma sala de aula. Tampouco é adequado promover a homo ou a heterossexualidade. A proposta para o professor é refletir sobre o seu papel na construção da cidadania e propor discussões com o objetivo de desconstruir discursos e práticas sociais naturalizadas que geram injustiças e reprimem a liberdade de expressão.

Para isso, Pennycook (2006) sugere o trabalho interdisciplinar de disciplinas, tais como, a linguística, a psicologia e a educação. Para este autor, a linguística aplicada transgressiva “chama a atenção para os limites normativos do enquadramento disciplinar e epistemológico e para a importância de encontrar modos alternativos de construir realidades” (PENNYCOOK, 2006, p. 76).

Nessa perspectiva, o estudo de Urzêda Freitas (2013) tem como foco as categorias raça, classe e gênero. Baseado na proposta de Freire (2007 [1967]) de *educação como prática de liberdade*, e de hooks (1994) que propõe uma prática pedagógica em que professores e alunos possam compartilhar possibilidades de crescimento intelectual e espiritual, Urzêda Freitas concentra as categorias mencionadas acima nos conceitos de *empoderamento* e *diálogo*.

Com base no trabalho dos pesquisadores citados neste artigo, propomos na oficina *This is where I live* uma discussão sobre as condições do transporte público na cidade de Tangará (ver anexo, encontros 11 a 14).

Na próxima seção, elencamos as principais características das metodologias e abordagens que utilizamos na oficina proposta.

## Metodologias de Ensino de Línguas

O método *comunicativo* concentra-se no ensino de línguas voltado aos aspectos funcionais e comunicativos. Os aspectos funcionais correspondem à capacidade de *fazer coisas* com a língua, tais como comprar um cachorro quente, fazer uma reserva em um hotel no exterior, pedir um conselho, etc. Os comunicativos incluem a capacidade de produzir enunciados linguísticos sem a preocupação com a estrutura linguística e, de acordo com a situação da comunicação. De acordo com Richards e Rogers (2001), o ensino comunicativo de línguas inclui o uso da LE em sala de aula por meio de atividades interativas e significativas e a experimentação da língua por meio dos conhecimentos linguísticos (MICCOLI, 2013). Canale e Swain (1980) incluíram as dimensões estratégica e discursiva no conceito da abordagem comunicativa. Essas dizem respeito à capacidade do aprendiz de organizar seu enunciado de acordo com o contexto da situação e dos interlocutores. Algumas técnicas deste método são o trabalho com sentenças fora de ordem, com dramatizações e o uso de figuras que ilustram histórias.

O princípio básico do método *audiolingual* é o de que a língua é falada e não escrita. Neste método, a língua é compreendida como um conjunto de hábitos condicionados que se adquire por meio de um processo mecânico de estímulo-resposta (CESTARO, 1997). De base behaviorista e estruturalista, suas atividades incluem a repetição e a memorização por meio da substituição de palavras para internalização de estruturas (MICCOLI, 2013).

O objetivo da abordagem *silenciosa* é fazer com que os aprendizes usem a língua-alvo para expressar seus pensamentos, percepções e sentimentos. Embora não tenha surgido da abordagem cognitiva, esse método tem muitas características da psicologia cognitiva. Seguidores desta linha pontuaram que os falantes formam regras que os permitem entender e criar novas declarações. Por esse motivo, a língua não deve ser considerada como um produto de formação de hábitos, mas de formação de regras. Os aprendizes são vistos como responsáveis ativos

de seu aprendizado, engajados em formular hipóteses, a fim de descobrir as regras da língua-alvo. O progresso do aprendiz é conseguido aos poucos e a imperfeição é esperada no início. Algumas técnicas usadas neste método são a associação de cores, o silêncio do professor, o uso de *rods*<sup>9</sup> e os gestos para autocorreção (CESTARO, 1997).

A abordagem *Resposta Física Total* visa fazer com que o aprendiz aprecie a experiência de se comunicar na língua-alvo. Dá ênfase à compreensão auditiva; o professor repete palavras e gestos e não obriga os aprendizes a falarem. A ideia surgiu da observação do aprendizado pelas crianças que, primeiro criam sentido do funcionamento da língua para depois se expressar (MICCOLI, 2013). Na sala de aula, primeiro os alunos seguem o modelo para, posteriormente, dar os comandos. Algumas técnicas são a troca de papéis, o uso de comandos e a execução de uma série de ações que aumentam de forma gradativa.

A seguir, descrevemos a oficina *This is where I live*, elaborada a partir das teorias que elencadas neste artigo.

### **Oficina: *This is where I live***

Total de horas: 20h/a

Participantes: estudantes do III Ciclo, 2ª fase do ensino fundamental de uma escola estadual localizada na cidade de Tangará da Serra.

### **Métodos utilizados:**

- **Comunicativo** (falam sobre seus lugares preferidos: *My favourite places in town are.../ I love going to.../ How do I get to...?*)
- **Audiolingual** repetidamente praticam a fala, substituindo palavras (*is there a movie theater/ a drugstore/ a mall (...) near here?; how do I get there? There are 6 drugstores in Av. Brasil...*)
- **Silencioso**: com os *rods*, os alunos montam lugares (preposições: *on the corner of, in front of, across from, behind, next to*) para que os colegas digam o correspondente em inglês. O professor

---

9 Pequenos pedaços de madeira coloridos e de diferentes tamanhos.

também participa indicando com gestos os lugares no mapa que os alunos devem localizar.

- **Resposta Física Total:** os alunos montam a maquete e caminham pelo bairro da escola, com destino determinado pelo professor e alunos (*how to I get to Center Lar? – Go straight ahead for 3 blocks...*).

### **Procedimentos:**

**Encontros 1 a 4** (1h30min. cada): Os alunos montam uma maquete com papelão, papel cartão, pequenas caixas encapadas que representam locais (farmácia, supermercado, sorveteria, etc.) em Tangará da Serra. A partida da avenida principal, localizam o seu bairro, inserem suas casas e locais que frequentam. Tiram fotos com seus celulares dos 3 locais preferidos na cidade. Imprimimos e eles colam nas caixas. (Incluem-se nessas fotos – *selfies* nos lugares preferidos)

**Encontro 5** (1h30m.): Fazem placas em inglês e colam na entrada de cada local: *supermarket, drugstore*. Descrevem localizações por meio de *roads* (madeiras coloridas).

**Encontro 6** (1h30m.): Praticam as localidades em inglês: “*The supermarket is across from the post office*”.

**Encontro 7**(1h30m.): Aprendem as direções e caminham no bairro da escola, repetindo ou dando direções, a partir das instruções buscadas no GPS de seus celulares. *How do I get to Big Master supermarket? – Walk to Av. Brasil... walk down Av. Brasil for 2 blocks and cross the street at Ford Tropical. Big Master is across from Ford Tropical. Now, let's go to Prudente supermarket (...)*.

**Encontro 8** (1h30m.): Usando a maquete, praticam em inglês: *From home to school – turn right on... and go straight ahead for ... blocks. Turn left on ... and go straight ahead for.. Turn left on and walk half block. The school is...*

**Encontro 9** (1h30m.): Usando a maquete, aprendem a estrutura ‘*what are your favourite places in Tangará?*’ ‘I love going to

the Mall', 'I like hanging out at Mamut's Lan house', 'I like hanging out at the square in my district'. Praticam e explicam as direções a partir da pergunta 'how do we get there?' (from the school).

**Encontro 10** (1h30m.): Apresentam a maquete para professores, coordenadores e diretores: a cidade, o bairro onde moram (*This is Tangará and this is where I live, this is Av. Brasil, there are a lot of nice places in my city, my favourite are...*). No *Datashow*, apresentam suas fotos nos lugares que mais gostam.

**Encontro 11** (1h30m.): Elaboram um quadro com palavras que remetem a este tema. Em seguida, procuram o significado em inglês. Na sequência, respondem se utilizam os meios de transporte, para onde vão, como são as condições dos ônibus (higiene, velocidade, tratamento dos funcionários, etc) (em português e em inglês – *How do you come to school? By bus; on foot; by car*). Posteriormente, fazem uma pesquisa de campo na empresa de transporte da cidade, a fim de registrar a frequência e os bairros servidos e não servidos por este meio de transporte.

**Encontro 12** (1h30m.): Em duplas, vão aos pontos de ônibus do centro para fazer uma pesquisa de campo com os usuários de ônibus. Elaboram um quadro/ (em português) com os problemas e sugestões de melhoria. Passam o resultado para o inglês (***what we have***: *dirty buses, long waits, few buses, expensive bus fares etc.* – ***what we need***: *more buses; punctual services, clean buses, a bus line to district X, friendly drivers, etc.*). Colocam esse quadro no mural da escola.

**Encontros 13 e 14** (2h): Aprendem, o gênero *carta formal* (em português) e elaboram uma carta a ser entregue na Câmara de Vereadores de Tangará da Serra. A carta em inglês é elaborada pela professora junto com os alunos, no *Datashow*, tendo como base a carta em português. Desse modo, é possível, fazer comparações de estilo e formação de sentenças). Marcam uma reunião com representantes da casa para discutir o assunto e entregar a carta em português.

Essas foram as teorias e metodologias utilizadas na confecção da oficina *This is where I live*. O uso das mesmas propõe novas

possibilidades de ensino voltado para a prática na escola regular. Destacamos nessa iniciativa, a experiência que os bolsistas do PIBID adquirem com a preparação das atividades e sua associação com a prática. A questão identitária é elencada a fim de integrar os anseios dos alunos no aprendizado de uma LI. O ensino como transgressão tem como objetivo despertar noções de cidadania por meio do estudo da LI.

Neste século, o professor de línguas tem o desafio de propor estratégias de aprendizagem que vão ao encontro dos anseios dos alunos e, ao mesmo tempo, contribuam para a sua formação intelectual e cidadã. Temos a responsabilidade, como professoras formando professores, de colaborar para um repensar no ensino e aprendizado, não só de LI, mas de todas as LEs e disciplinas que fazem parte do currículo escolar.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. The economics of linguistic exchanges. **Social Science Information**, v.16, no. 16, 1977, p. 645-668.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Orientações curriculares para o ensino médio**. Linguagens, códigos e suas tecnologias: conhecimento de línguas estrangeiras. Brasília, DF, 2006. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book\\_volume\\_01\\_internet.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_01_internet.pdf). Acesso em 18 set. 2014.

CANALE, M.; SWAIN, M. Theoretical bases of communicative approaches to second language teaching and testing. **Applied Linguistics**, 1, 1980, p. 1-47.

CESTARO, S. A. M.. **O ensino da língua francesa nas escolas públicas estaduais de Natal**: estudo exploratório. Natal, RN, 1997. 83p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

ELLSWORTH, E. **Why doesn't this feel empowering?:** working through the repressive myths of critical pedagogy. In: LUKE, C.; GORE, H. (Eds.) *Feminisms and critical pedagogy*. New York: Routledge, 1992, p. 90-119.

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007[1967]).

GARDNER, R. C. **Social psychology and second language learning:** the role of attitudes and motivation. London: E. Arnold, 1985.

GRIGOLETTO, M. Representação, identidade e aprendizagem de língua estrangeira. *Claritas*, 6, 2000, p. 37-47.

HOOKS, B. **Teaching to transgress:** education as a practice of freedom. New York: Routledge, 1994.

KRASHEN, G. **Principles and practices in second language acquisition**. Oxford: Pergamon, 1982.

MICCOLI, L. **Aproximando teoria e prática:** para professores de línguas estrangeiras. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

NORTON, B. **Identity and language learning: gender, ethnicity and educational change**. Harlow: Pearson education, 2000.

PENNYCOOK, A. Por uma linguística aplicada transgressiva. In: LOPES, L.P.M. (Org.) **Por uma linguística aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006. p. 67-83.

URZÊDA-FREITAS, M. T. **Ensino de línguas como transgressão:** corpos, discursos de identidades e mudança social. Jundiaí: Paco editorial, 2013.

WEEDON, C. **Feminist practice and poststructuralism theory**. 2nd. Ed. London: Blackwell, 1977.